

CAPITALISMO E BARBÁRIE SOCIAL NO BRASIL

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

*Alecsonia Pereira Araujo
Danielle Viana Lugo Pereira
Maria de Fátima Leite Gomes*
Organizadoras



Capitalismo e Barbárie Social no Brasil:

contribuições do Serviço Social



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Valdiney Veloso Gouveia
Reitor

Liana Filgueira Albuquerque
Vice-Reitora



Ulisses Carvalho da Silva
Diretor do CCTA

Fabiana Cardoso Siqueira
Vice-diretora do CCTA



José David campos Fernandes
Editor

Paulo Vieira
Secretário do Conselho Editorial

Pedro Nunes Filho
Coordenador do Laboratório de Jornalismo e Editoração

Carlos José Cartaxo
Magno Alexon Bezerra Seabra
José Francisco de Melo Neto
José David Campos Fernandes
Marcílio Fagner Onofre
Conselho Editorial

Capitalismo e Barbárie Social no Brasil: *contribuições do Serviço Social*

*Alecsonia Pereira Araujo
Danielle Viana Lugo Pereira
Maria de Fátima Leite Gomes
[organizadoras]*

1ª Edição – 2024

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do código penal.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO
SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES).

Projeto gráfico e Supervisão editorial: **Mateus Vilela**
Editoração eletrônica: **Larissa Torres**
Imagem de capa: **Ricardo Gomez**

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

C244 Capitalismo e barbárie social no Brasil :
contribuições do Serviço Social [recurso
eletrônico] / Organização: Alecsonia Pereira
Araujo, Danielle Viana Lugo Pereira, Maria de
Fátima Leite Gomes. – João Pessoa : Editora do
CCTA, 2024.

Recurso digital (1.521 KB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN : 978-65-5621-464-1

1. Capitalismo. 2. Serviço Social. 3. Políticas
sociais.
I. Araujo, Alecsonia Pereira. II. Pereira, Danielle
Viana Lugo. III. Gomes, Maria de Fátima Leite.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 330.342.143:36

Sumário

Prefácio	8
-----------------------	----------

Capitalismo e Barbárie Social

Direitos humanos, encarceramento e formação social brasileira: esboço para uma primeira aproximação	12
--	-----------

Jamerson Murillo Anunciação de Souza e Liana Amaro Augusto de Carvalho

Parece que é o neoliberalismo, mas é o capital.....	23
--	-----------

Albani de Barros

Panorama recente da financeirização e bancarização da pobreza no Brasil.....	36
---	-----------

Eliane Leite Mamede

Políticas Sociais em Tempos de expropriações de Direitos

Contrarreforma da previdência social, expropriações de direitos e implicações nas despesas previdenciárias e trabalhistas no governo Bolsonaro	51
---	-----------

Fabício Rodrigues da Silva e Elaine Rossetti Behring

A centralidade do Trabalho Social no SUAS.....	66
---	-----------

Robéria Dantas Marques, Emanuel Luiz Pereira da Silva, Marinalva de Sousa Conserva e Maria da Conceição Silva Felix

Condicionalidades do Programa Bolsa Família na região nordeste: uma análise no setor saúde entre 2016 e 2021	79
---	-----------

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento e Maria de Fátima Leite Gomes

A política de educação do ensino superior público para Pessoas com Deficiência	93
---	-----------

Jeovana Batista de Sousa Nunes

Serviço Social e Produção do Conhecimento

Serviço Social e formação profissional: a importância da pesquisa numa perspectiva antirracista..... 108

Aline Maria Batista Machado

As tendências e os desafios dos grupos de pesquisa no Serviço Social brasileiro 117

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, Danielle Viana Lugo Pereira, Edna Tania Ferreira da Silva, Maria Betânia Gomes da Silva, Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva e Randriele de Lima Calixto

Ensaio sobre a produção do conhecimento acerca do trabalho do Serviço Social em cuidados paliativos 131

Ana Paula Rocha de Sales Miranda, Cristiana Carla da Silva, Patrícia Barreto Cavalcanti, Rafael Nicolau Carvalho, Alecsonia Pereira Araujo, Katiusca Torres Medeiros, Claudenizia de Oliveira Pereira e Carla Mousinho Ferreira Lucena

Serviço Social e Extensão Universitária

O combate ao trabalho análogo à escravidão, a economia solidária e o trabalho decente: a sistematização de um trabalho social com as artesãs de Pitimbu/PB146

Valéria Costa Aldeci de Oliveira, Ana Lúcia Aurino, Luziana Ramalho Ribeiro, Valquíria Domingos da Silva, Mariana Marcelino do Nascimento, Joyce Arielli dos Santos Silva e Júlya Maria Ramos de Oliveira

Sobre as autoras e os autores 160

Sobre as organizadoras 166

Prefácio

Foi com muito carinho que aceitei o honroso convite para prefaciar esta obra organizada por docentes do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e que conta com a participação, para além das(os) docentes e pesquisadoras(es), de assistentes sociais e estudantes de pós-graduação e graduação.

Na UFPB tenho ex-alunas(os) que cursaram o nosso PPGSS/UERJ, companheiras(os) de trajetória militante compartilhada na categoria profissional, algumas(uns) que passaram a fazer parte do meu próprio trabalho na qualidade de parceiros intelectuais e de militância político-profissional, mas também parte da vida como amigas(os). Quero aproveitar esse espaço e tomar a liberdade de prestar minha *femenagem* a uma delas – amiga e parceira –, que nos deixou tão precocemente – Luciana Cantalice. Ela foi minha aluna de pós-graduação da UERJ, e nos encontramos inúmeras vezes nas lutas da categoria desde que ela era estudante de graduação, e depois como dirigente que se tornou no CRESS-PB e na ABEPSS, onde estava prestes a assumir a presidência, lugar em que também estive entre 2009 e 2010 e para o qual ela contava com meu firme apoio, não fosse a interrupção inesperada dessa trajetória brilhante, o que nos encheu de perplexidade e tristeza. Luciana deixou uma lacuna na UFPB e no Serviço Social brasileiro, destacadamente para docentes e assistentes sociais da sua geração. A vida é assim: “real e de viés”, como nos provoca Caetano Veloso em seus *Quereres*, nos exigindo a coragem de que nos fala Guimarães Rosa, no Grande Sertão. Sigamos.

O carinho se misturou com a satisfação, pois trata-se de instigar e convidar à leitura de uma obra intitulada *Capitalismo e Barbárie Social no Brasil: contribuições do Serviço Social*, e que em cada uma de suas partes e capítulos, reatualiza e concretiza a verve crítica que constitui o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. Essa associação entre capitalismo e barbárie não é exatamente nova, pois que Rosa Luxemburgo já nos chamava atenção sobre o tema no início do século XX, diante da carnificina da Primeira Grande Guerra (1914-1918) e da capitulação da maioria da social-democracia alemã, ao apoiar os créditos de guerra no Reichstag, legitimando a guerra imperialista e lançando os trabalhadores numa guerra fratricida. Não é extemporânea nem ociosa essa referência, pois que estão em curso hoje no mundo inúmeros combates que alimentam todos os dias a indústria armamentista e sua correlata necropolítica.

Estamos num tempo de crise estrutural do capitalismo que se manifesta de muitas formas bárbaras, sendo a guerra e seu rastro de morte uma delas. Este capitalismo em crise e decadência reage à sua crise num sócio metabolismo des-

trutivo das pessoas e da natureza. Tal condição se manifestou como crise sanitária - e vários capítulos fazem referência aos impactos da pandemia da COVID, alguns destacando seu enfrentamento inaceitável no Brasil por um governo neofascista e ultraneoliberal, que esteve no poder entre os anos 2019 e 2022, e ainda queria se perpetuar com uma tentativa de golpe de Estado, como hoje sabemos. Uma pandemia que encontra sua razão de ser - tael como a epidemia de dengue no Brasil de 2024 - no aquecimento global, que produz a cada ano fenômenos climáticos os mais violentos, e que atingem desigualmente as populações. Hoje se fala, inclusive, num racismo ambiental, pois que os territórios habitados por trabalhadores(as) pauperizados tendem a ser mais duramente atingidos, o que articula classe, raça e sexo, ademais indissociáveis. O planeta, na verdade, evidencia seu cansaço com o produtivismo conspícuo, com as energias fósseis e poluentes, com tanto plástico e lixo. Oceanos, biomas como as florestas, espécies animais e a maioria dos seres humanos clamam por medidas concretas. Mas o que se vê são compromissos insuficientes e iniciativas pífiyas, num ambiente de austericídio fiscal dos Estados nacionais, quando o lucro se coloca acima da vida.

Outro aspecto central da crise endêmica do modo de produção capitalista é a condição da classe trabalhadora, alterada em sua morfologia e subjetividade pelo desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a expansão do pauperismo. Assim, milhões de pessoas são jogadas numa luta diuturna e embrutecida pela sobrevivência, já que esse quadro se combina à expropriação de direitos e desproteção generalizada com o ataque neoliberal às políticas sociais em seu financiamento e concepção - elementos que comparecem em vários capítulos da presente obra. Aos pobres que “não se comportam” como empreendedores, trabalhadores uberizados, e outras formas semelhantes, neste salve-se quem puder instaurado para extrair mais-valor, a face penal do Estado reserva o encarceramento ou a morte precoce, seja pela violência que vem de cima, seja por um cotidiano duro onde atuam nos territórios segregados milícias, narcomilícias e forças semelhantes, que instauram - simbólica e efetivamente - o medo apassivador das subjetividades e da consciência de classe. Não é de surpreender, diante do evidente recrudescimento da barbárie, a expansão das explicações metafísicas do mundo largamente explorada por mercadores da fé; bem como o que Fredric Jameson qualificou como esmaecimento dos afetos constituindo uma subjetividade, um ethos do tempo presente, de aprofundamento do individualismo.

Como se verá nas quatro partes e onze capítulos que compõem esta coletânea, o compromisso com a crítica destas dinâmicas que colocam em risco o futuro da humanidade, bem como a generosa perspectiva da emancipação humana que marca o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, em busca de construir no presente a contenção da barbarização da vida e da banalização do humano, no mesmo passo em que se constrói um devir distinto, são elementos que estão presentes. Mesmo quando há mediações num plano mais concreto e regionalizado, ou a partir de eixos temáticos como as pessoas com deficiência, a formação profissional e a extensão universitária, ou de recortes históricos como a análise dos desdobramentos do neofascismo e do ultraneoliberalismo no Brasil, por exemplo, encontra-se a perspectiva metodológica da totalidade, acompanhada das condições e mediações necessárias.

Desta forma, a obra que o(a) leitor(a) tem em mãos irá certamente compor o já amplo acervo crítico bibliográfico do Serviço Social brasileiro, seja para fazer o debate de políticas públicas e sociais relevantes, seja para combater o conservadorismo que busca transformar o trabalho profissional em mera gestão do pauperismo e da barbárie. Ao compor uma cultura disruptiva no Brasil, a partir da redemocratização, forjando alianças com os(as) usuários numa perspectiva classista - desde 1979, mas com passos que vêm de antes - decidimos coletivamente, nós assistentes sociais, escrever, como trabalhadoras(es) que somos, uma história à contrape-lo: anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Redefinimos corajosamente nossos compromissos, nosso projeto profissional e lugar societário. A presente obra é mais uma expressão desses passos. Boa leitura!

*Por Elaine Rossetti Behring
(Professora Titular da UERJ)*

Capitalismo e Barbárie Social

Direitos humanos, encarceramento e formação social brasileira: esboço para uma primeira aproximação

Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Liana Amaro Augusto de Carvalho

Introdução

O artigo analisa o encarceramento e suas relações com os níveis de empobrecimento na realidade brasileira, abordando a partir de uma perspectiva crítica à proposta liberal dos direitos humanos. Resulta de uma revisão bibliográfica que tem como método de análise a perspectiva crítico-dialética marxiana. Nela, o trabalho aparece como *categoria* central e determinante para a reprodução do ser social, permitindo abordar a realidade social em suas contradições históricas.

Tomando como suposto que o breve século XX, caracterizando-se como uma era de extremos (Hobsbawm, 1995), em que as experiências nazifascistas e autorcráticas se espalharam pelo mundo, emergiu com nitidez várias incompatibilidades entre a proposta teórica dos Direitos Humanos e as particularidades do sistema capitalista em sua expressão tardia (Mandel, 1982), ou, sob outra ótica, em sua crise estrutural incontrolável (Meszáros, 2011).

Isto porque, embora os direitos humanos convençionem-se como uma pauta de interesse internacional, o que se tem visto em variados quadrantes do globo é a ampla violação de tais direitos, uma vez que os compromissos estabelecidos são progressivamente atacados, sobretudo, por forças político-econômicas de extrema-direita. Nesse tipo de contexto, a reprodução ampliada do capital costuma colher alguns avanços substantivos, capitaneados por contrarreformas que sorvem o orçamento público das nações em favor de medidas de desregulamentação do mercado.

Considerando as particularidades da formação social brasileira, que evidenciam uma revolução burguesa não clássica e conformam um caleidoscópio de muitos pretéritos (Ianni, 2004), onde o moderno e o arcaico se articulam para dar concretude a um modo específico de reprodução de capitalismo dependente, tem-se a articulação de formas arcaicas e modernas de exploração de força de trabalho, indicando um nível extra de extração de mais valia. O resultado disso é não apenas manter em funcionamento este capitalismo periférico, como também o andamento das transferências de valores necessários a reprodução do capitalismo central, reafirmando o lugar de subalternidade deste país na divisão social e técnica do

trabalho e canalizando para níveis ampliados de empobrecimento as classes trabalhadoras, tanto formais, quanto informais.

Para iniciar o debate, nossas perguntas norteadoras são: como a formação sócio-histórica do Brasil interfere nas possibilidades de garantia dos Direitos Humanos?

Procurando respondê-la, organizamos a exposição com uma primeira seção teórico-conceitual, em que expomos uma perspectiva crítica à lógica puramente liberal. Nela, recorreremos a algumas ideias, categorias, noções ou conceitos extraídos da matriz de pensamento do materialismo dialético. Na sequência, comparecem problematizações acerca das particularidades da formação social brasileira. É o espaço oportuno para destacar os problemas que esse tipo de desenvolvimento capitalista periférico e dependente impõem à universalização e consolidação dos Direitos Humanos. Essas balizas nos permitirão inserir algumas inquietações sobre como o fenômeno do encarceramento em massa no Brasil contribuiu para os ataques reacionários a quaisquer perspectivas de avanços substantivos em termos Direitos Humanos.

Teoria dos direitos humanos: uma análise crítica

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 aparece com relativo consenso na literatura especializada como referência central em qualquer abordagem teórica sobre o tema. Nela, estão pressupostas as complexidades sócio-culturais e político-econômicas que deram vazão a sua constituição. Isto tem uma implicação implícita: significa que os Direitos Humanos não resultam de algum grau de abstração religiosa, mítica ou metafísica. Antes, são um resultado complexo e contraditório de tensões e conflitos sociais historicamente desenvolvidos.

É isto o que explica as possibilidades de crítica a tais concepções de Direitos Humanos como sendo, lógica ou socialmente falando, muitas vezes contraditórias entre si. Dizendo de forma direta: os Direitos Humanos são contraditórios porque eles entranham, em sua concepção, formulação e no debate público, as contradições da própria sociedade de classes capitalista, assim como todas as demais grandes mediações da vida social: a cultura, a educação, o trabalho, a política, assim por diante.

Contudo, é importante assinalar que a Declaração de 1948, da ONU, não inaugura essa concepção. Muito antes dos horrores do nazifascismo, a França revolucionária já ensaiava sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na segunda metade do século XVIII. A França revolucionária imprimiu nela algumas ideias centrais, herdeiras do iluminismo, tais como: liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão, incluindo ainda outras tantas liberdades civis, políticas e sociais (muito embora os sociais tenham sido tardiamente estabelecidos: trabalho, moradia, rudimentos de assistência, entre outros) (Bobbio, 1992).

Em sentido amplíssimo e genérico, por isso mesmo sujeito a imprecisões importantes, outras iniciativas com o objetivo de resguardar direitos da pessoa humana podem ser reconhecidos desde a Antiguidade, como por exemplo os Dez Mandamentos, a Lei das Doze Tábuas, o Código de Hamurabi, o próprio Direito Romano e tantas outras iniciativas datadas de civilizações e culturas ancestrais. De tal modo que apresenta a construção da noção de Direitos Humanos como parte de

um processo histórico e filosófico que vem desde a Antiguidade, encontrando seus contornos contemporâneos definidos pela Modernidade.

Contemporaneamente, é possível conceber uma visão historicista dos Direitos Humanos: eles mudam através do tempo, adaptam-se a contextos políticos específicos, expressam conquistas a partir de pactos, declarações e códigos, diante da correlação de forças em disputa. Geralmente, tais avanços surgem de forma tardia em relação a múltiplas violações, produzidas por diferentes modelos de autoritarismos ou autocracias. Nesse sentido, podemos ainda dizer que tais direitos conformam uma unidade na diversidade, um processo dialético de contínuo vir a ser, de modo que a luta pela sua defesa e efetivação é contínua e perpassada por conquistas e retrocessos historicamente.

Em um pensador social-liberal como Norberto Bobbio, por exemplo, temos a seguinte ideia:

O elenco dos direitos se modificou e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes do poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. [...] O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. [...] Não se trata de encontrar o fundamento absoluto [...] mas de buscar, em cada caso concreto, os vários fundamentos possíveis. Mas também essa busca dos fundamentos possíveis não terá nenhuma importância histórica se não for acompanhada pelo estudo das condições dos meios e das situações nas quais este ou aquele direito pode ser realizado. Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar de solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (Bobbio, 1992, p.18-25).

Já em Comparato (2010), temos que a Declaração Universal de 1948, retomando os ideais da Revolução Francesa, representou a manifestação histórica do reconhecimento e retomada dos valores da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os seres sociais, de modo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (UNICEF, 1948, s/p).

De tal modo, todo ser social tem dignidade, pois a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, assinala tal princípio. Nesse preciso sentido, recompondo a tradição liberal, uma das principais finalidades dos Direitos Humanos é a defesa do indivíduo contra possíveis arbítrios do poder político, seja em sua forma oficial: o poder político de um Estado autocrático corrompido, seja em suas formas ilegais: milícias, justiceiros, quadrilhas, facções, assim por diante.

O princípio da dignidade da pessoa humana, uma das pedras angulares desse debate, vincula-se a uma antiga noção aristotélica, segundo a qual o ser humano não pode ser tratado como objeto, pois ele é resultante do traço distintivo da ra-

ção e da consciência. Obviamente, aqui pressupomos a adaptação da perspectiva aristotélica no sentido moderno de universalização desse preceito, rompendo com a visão grega original que restringia profundamente a noção de “humanidade”. Já o valor da dignidade, é considerado absoluto e consta na Constituição Federal Brasileira de 1988, aparecendo como fundamentação valorativa central da Carta Magna.

Mas, e a perspectiva marxista, como se aproxima dessa discussão? Na perspectiva marxiana, a consciência do ser social se desenvolve a partir do trabalho, inteirando-se do seu lugar no mundo a partir do processo de reprodução social. Em sociedades de classes, em que estão constituídas a propriedade privada dos meios de produção, o Estado e a divisão social do trabalho, a formação das consciências ocorre mediante a aproximação ou afastamento das reais determinações das desigualdades sociais, tal como mediante as propostas de solução dos conflitos, passando pelas categorias da alienação, exploração e produção da riqueza material. O capitalismo, em suas peculiaridades históricas, eleva a extremos todos os problemas provenientes das relações entre as classes sociais.

Para Marx a sociedade capitalista é uma sociedade de classes oriunda das contradições insolúveis do mundo feudal – especificamente, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (avançando muito tecnicamente) com as relações sociais de produção (colocando arcaicas amarras aristocráticas). Deu concretude a uma forma organizativa de sociedade que fez ruir o antigo regime, de natureza estamental, fazendo emergir na cena histórica duas classes fundamentais, principalmente a partir das revoluções burguesas, a saber, burguesia e proletariado, que se colocam como classes opositoras entre si principalmente a partir de 1848 (Marx, 2012).

Importante assinalar: no debate marxiano, as classes fundamentais não são as únicas classes existentes. Há de serem consideradas, em cada análise concreta de cada formação histórica concreta, as classes de transição, as franjas, os setores, os grupos de interesses, as dissidências. É uma teoria complexa que leva em consideração a complexidade da sociedade, no sentido oposto de certa vulgata neoliberal que acusa do marxismo de ser “reducionista”.

Outro apontamento importante é o fato de que Marx tinha uma posição crítica em relação ao que ele chamava de “emancipação política”, isto é, a vigência de uma sociedade baseada em um Estado de Direito e em liberdades civis, políticas sociais restritas aos limites do capitalismo. Parece seguro sustentar que Marx percebia o modo de produção capitalista como antagonista histórico da “emancipação humana”, onde as peculiaridades da reprodução das sociedades de classes seriam superados em favor de liberdades plenas, libertas das amarras da propriedade privada dos meios de produção. Essas questões estão classicamente formuladas no texto *Para a questão judaica* (2009), de Karl Marx.

Ora, podemos dizer que as formas interpretativas no sentido jusnaturalista ou positivista do direito colocam-se como uma alienação no entendimento marxiano, tendo em vista que ao contemplar os direitos dos indivíduos isolados entre si, reforçando o egoísmo do homem como membro dessa sociedade, que busca seus próprios interesses particulares, dissociado dos interesses da comunidade, cria-se uma noção de personalidade vinculada à ideia de indivíduo isolado, abstrato, despidido das contradições das sociedades de classes.

No caso do Direito, sendo um complexo social que se desdobra historicamente do desenvolvimento do ser social mediante os processos de trabalho que executa, pelo aumento da produtividade social do trabalho, pelo contínuo recuo das barreiras naturais e a ampliação da sociabilidade do ser social, fica candente o motivo pelo qual os direitos humanos passam a se desenvolver como uma estrutura específica mediante a ascensão da sociabilidade burguesa. Ele incorpora uma forma específica de regulação social que tem como suposta a própria reprodução desse tipo de sociedade, relegando a generidade humana à sociabilidade burguesa (como se essa fosse a única possível, imutável e transcendente), tornando os direitos humanos uma forma explicativa da contradição entre os interesses privados e os interesses de todos.

Dilemas centrais do encarceramento no Brasil

Sobre os aspectos gerais acerca da emergência e o desenvolvimento do cárcere, a emergência de diferentes sistemas penais está diretamente relacionada com as fases do desenvolvimento econômico. Por isso, enquanto na idade média a punição tinha como base os castigos corporais, ou suplícios (Foucault, 2014), foi mediante a ascensão do modo de produção capitalista que as formas punitivas passaram a ser estabelecidas de acordo com a classe social à qual o condenado pertencesse. Desta forma as penas assumiram historicamente duplo caráter: à modalidade de punição corporal passou-se também à possibilidade de pagamento de fiança. Para os considerados criminosos pertencentes às camadas pauperizadas, sendo consequentemente inafiançáveis, foram criadas casas de correção que tinham por base a execução de trabalhos forçados, com o objetivo de controle e disciplina dessa força de trabalho (Rusche; Kirchheimer, 2004).

Sabendo que a modalidade de pena no capitalismo tem como suposto o critério de pertencimento de classe, o Estado passa a conceber esses espaços como lugares em que, além de fomentar a correção das condutas indesejáveis pela via coercitiva, também fosse possível garantir o adestramento dos condenados para fins laborais. Desta forma, além de tornar o indivíduo errante em um trabalhador de boa conduta, não se descartava o uso da sua força de trabalho, tornando-a viável à inserção posterior nos espaços laborais.

Contudo, vale mencionar que as condições de trabalho nas chamadas *workhouses*, ou seja, as casas de trabalho forçado, deveriam ser piores que o pior emprego fora desses lugares. Eles deveriam ser indesejáveis, de modo que as condições de existência fora daquele local pudessem ser sempre superiores às condições de permanência nele. O princípio de menor elegibilidade é contemporâneo a estas transformações oriundas da Inglaterra pós industrial, como desdobramento da *Poor Law Amendment Act*, de 1834. Inequivocamente, as casas de trabalho forçado, oriundas dos lugares onde triunfou o “novo mundo”, correspondem às bases para a criação daquele que hoje corresponde aos espaços prisionais (Giorgi, 2006).

Interessa notar que essas preocupações não estiveram alheias às preocupações teóricas dispostas nos escritos marxianos. Medrado & Sartori (2021), indicam que a questão penal aparece como uma preocupação efetiva destes autores em variados momentos ao longo das obras que desenvolveram. Por exemplo, no capítulo XXIV de *O Capital*, ao discorrer sobre a chamada Acumulação Primitiva, Marx tra-

tou diretamente sobre as *workhouses* e o encarceramento como expressões contraditórias que marcaram a emergência do assalariamento, funcionando como uma mediação da reprodução social capitalista (Marx, 2013).

Ainda, precisamente em *A ideologia Alemã*, ao desferir fortes críticas a uma noção idealista de direito, pena e crime, o autor concebe este último como “a luta do indivíduo isolado contra as condições dominantes” (Marx; Engels; 2007, p. 318). Nesse sentido, o crime concebido como uma luta individual contra as condições dominantes refere à função social ou ao caráter que tal ação assume diante do que o sistema capitalista entende como criminoso, ilegal ou punível, podendo variar de acordo com aspectos consuetudinários de determinada formação social ou ainda diante dos processos históricos ao longo do tempo.

Nesse sentido, a conduta criminosa é, sob a ótica marxiana, duplamente determinada, pois contraria as condições dominantes e, por ser ação de um indivíduo isolado, e não de uma classe, não é e nem pode ser revolucionária, já que não é capaz de transformar ou suprimir o modo de produção capitalista. Fica evidente, portanto, que não ocorre em Marx uma naturalização do crime, mas uma interpretação objetiva, passando a corresponder mais que a mera violação da lei, mas privilegiando o contexto no qual o crime se materializa, situando-o como resultante de contradições postas (Medrado; Sartori, 2021).

Na contemporaneidade, as prisões correspondem aos espaços de cumprimento de pena privativa de liberdade, onde a punição se expressa em frações de tempo. Sobre esse aspecto, Santos (2008) explica que

a prisão é o aparelho penal exaustivo da sociedade capitalista, constituído para o exercício de poder punir mediante privação de liberdade, em que o tempo exprime a relação crime/punição: o tempo é o critério geral e abstrato do valor da mercadoria na economia, assim como medida de retribuição equivalente do crime no direito. [...] Portanto, esse dispositivo do poder disciplinar funciona como aparelho *jurídico econômico*, que cobra a dívida do crime em tempo de liberdade suprimida (p. 499, grifos do autor).

De acordo com o referido autor, baseando-se no legado da crítica da economia política marxiana, interessa ao capitalismo manter uma perspectiva de dosimetria da pena baseada na relação com o tempo de encarceramento pois considera-se que mesmo não estando aquela força de trabalho livre e disponível no mercado, em termos equivalentes o crime pode ser “pago” mediante a supressão de tal liberdade. Obviamente, isso não inviabiliza que essa força de trabalho, depois de submetida a processos coercitivos de controle e disciplina, possa estar disponível para quando o capital dela precisar para garantir os seus níveis de reprodução ampliada fora do espaço prisional.

Partindo deste entendimento, o autor acresce:

Em sociedade desiguais, aplicar penas criminais não significa aplicar punições, mas administrara conflitos ideológicos e emocionais conforme parâmetros autoritários e democráticos de controle social. Absolver ou condenar condenados criminais não são decisões neutras, regidas pela dogmática como critério de racionalidade, mas exercício de poder seletivo

orientado pela ideologia penal, quase sempre orientadas por estereótipos, preconceitos e outras idiosincrasias pessoais, por sua vez desencadeados por indicadores sociais negativos de pobreza, desemprego, marginalização, etc. (Santos, 2008, p. 6-7).

Nessa esteira, Wacquant (2007) indica que na contemporaneidade o punitivismo em ascensão nos países capitalistas, especialmente no caso estadunidense por ser objeto de seu estudo, explica-se não pelo aumento da criminalidade, mas da insegurança social, de modo que as retrações no campo das políticas públicas assistenciais e o contínuo investimento nas políticas criminais agem em consonância para garantir o disciplinamento das frações mais precarizadas da classe trabalhadora, configurando-se como um Estado Penal.

Giorgi (2007) acresce ainda que em razão do aumento do punitivismo estatal pela via carcerária aumenta-se também as estratégias alternativas de controle de força de trabalho. Contudo, tendo em vista que há uma expulsão estrutural de força de trabalho dos espaços laborais – seja pela via do desemprego ou do pauperismo – há também o armazenamento de sujeitos que não são mais úteis à produção e que, portanto, podem ser administrados apenas através da sua neutralização.

Diante do exposto, e trazendo o debate para a particularidade da formação social brasileira, parece ser possível alegar que tendo este país os traços de uma heteronomia que articula traços modernos e arcaicos (Fernandes, 2005), é também possível referir historicamente a uma articulação de formas punitivas que se mesclam entre si. Gomes (2017) indica que com a invasão do povo europeu de origem portuguesa nas terras onde hoje constituiu-se a formação nacional brasileira impôs-se inicialmente uma cruel legislação medieval, influenciada pela Igreja, sendo superada depois de muito tempo, por codificações penais importadas até chegar-se ao modelo atual de punição.

Contudo, embora formalmente os espaços carcerários sejam os espaços de cumprimento de pena, observando-se a contraditória articulação que se estabelece no Brasil enquanto encarnação real capitalista, tem-se que aquela imbricação entre as formas punitivas que fizeram parte da nossa constituição enquanto formação social permanecem em vigência até a contemporaneidade, ora se alternando ou ainda se somando como formas punitivas válidas.

Ora, sendo o Brasil em suas origens uma colônia de exploração, fruto das invasões europeias resultantes de saques, pirataria e exploração típicas da acumulação primitiva do capital (Marx, 2013), o desenvolvimento desigual e combinado do país, associado ao lugar de dependência que o mesmo ocupa, parece ser possível alegar que o sistema prisional brasileiro atualmente é resultante não apenas de uma legislação importada, como é verificável num código penal com forte inspiração europeia, mas se porta sobretudo como um “caleidoscópio de muitos pretéritos” (Ianni, 2004), isto é, articulando o suplício e a pena cumprida no cárcere, o que nos coloca diante de um grande desafio para a efetivação dos direitos humanos. Pois, como se sabe, as condições de reprodução dentro do ambiente prisional, embora estejam formalmente garantidas pelo Estado, permanecem indesejáveis. Nesse sentido, parece ser possível verificar que a ideia original de um lugar indesejável permanece mantida, tendo como suposto que estas condições indesejáveis estão associadas ao caráter punitivo assumido historicamente pela formação social brasileira.

O fato é que nesses espaços homens e mulheres têm o mínimo acesso a satisfação das suas necessidades biológicas, sendo mantidos vivos sem, no entanto, ter acesso à liberdade, que no modo de produção capitalista coincide com a possibilidade de venda de força de trabalho em troca de um salário. Ademais, como no Brasil é proibida a execução de trabalhos forçados mediante o que está disposto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), os espaços prisionais são verdadeiros amontoados de pessoas que se engajam pontualmente com o trabalho e os estudos, evidenciando possibilidades remotas de ressocialização efetiva.

A informação de que setores pauperizados compõem a maior camada entre os indivíduos encarcerados nos leva a questionar também as condições de existência fora do espaço prisional, de onde são oriundos. Há historicamente no Brasil um aviltamento do padrão de reprodução social, agudizado principalmente nos tempos neoliberais, mantendo-se sempre próximo aos níveis mínimos, de modo que a satisfação das necessidades humanas aparece frequentemente reduzida aos níveis biológico, incorporando algum elemento histórico moral eventualmente. O Brasil chegou a um nível de rebaixamento das condições de reprodução de força de trabalho que aglutinam inclusive níveis de empobrecimento absoluto e relativo, de forma que as condições de vida fora do espaço prisional acabam se tornando tão aviltantes quanto as de dentro da prisão, excetuando-se apenas pela liberdade de venda de força de trabalho, muitas vezes não absorvida, como dissemos (Carvalho, 2014).

Pelo exposto, fica evidente os riscos de violação dos direitos humanos não se revelam apenas no espaço prisional, (que no imaginário social inclusive se tornou lugar comum da violação legitimada desses direitos, como refere a máxima de que “direitos humanos só existe para bandido”), mas se espalha ao substrato mais empobrecidos da sociedade de modo geral, pois padece principalmente sem o acesso principalmente aos direitos sociais, comprometendo em última instância a efetivação dos direitos da pessoa humana dentro e fora do espaço prisional.

Considerações finais

Depreende-se da exposição acima que a conquista e a efetivação de direitos no capitalismo implicam também disputa entre interesses antagônicos. De tal modo, parece ser possível alegar a impossibilidade de efetivação plena dos Direitos Humanos enquanto perduram o modo de produção capitalista e o Estado suscetível à hegemonia do grande capital.

Entendendo os Direitos Humanos como aqueles que, à custa de reivindicações e conquistas históricas se consolidaram formalmente, que continuam em transformação histórica dialeticamente, e que padecem de efetivação prática (Bobbio, 1992), compreendemos que se dentro do espaço prisional as condições de reprodução social são rebaixadas, garantindo em péssimas condições a reprodução biológica desses indivíduos, fora desse espaço há também níveis agudos de empobrecimento e de rebaixamento do valor da força de trabalho ativa, ou ainda uma queda geral no padrão de existência, comprometendo em última instância os níveis de sua reprodução social, ameaçando inclusive o direito à própria vida, enquanto um direito e garantia fundamental (Brasil, 1988).

Colocando em outros termos: os dilemas centrais do encarceramento no Brasil reproduzem um padrão específico do desenvolvimento capitalista periférico. Incidem sobre o encarceramento no Brasil: a tendência à sua privatização, as restrições orçamentárias em termos de política pública de segurança pública, a reprodução do racismo estrutural que coincide, em termos de segmento populacional, com os mesmos segmentos expostos às condições mais degradantes de trabalho. Significa dizer que o encarceramento se constitui como mais uma particularidade na reprodução do sistema do capital. Não pode ser tomado isoladamente, como se fosse uma espécie de cópia da concepção liberal de indivíduo: algo isolado, abstrato, que se justifica em si mesmo.

A importância da perspectiva do método de Marx para analisar os problemas do encarceramento no Brasil consiste exatamente nisso: em colocá-lo sob o ponto de vista da totalidade. Com isso, ele pode ser tomado em sua teia de mediações sócio-institucionais e econômico-políticas. O método marxiano permite a reconstituição da complexidade dos problemas do encarceramento como um dos nós górdios para o avanço progressista dos Direitos Humanos no Brasil.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em dezembro de 2023.

CARVALHO, Liana Amaro Augusto de. **Os impactos do programa bolsa família sobre a pobreza absoluta e relativa no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7245>. Acesso em março de 2024.

COMPARATO, Fábio. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio da interpretação sociológica**. 5ª Edição. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª Edição. Petrópolis, Vozes, 2014.

GIORGI, Alessandro De. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

GOMES, Luís Flávio. **A menor elegibilidade (“less eligibility”) da prisão**. Publicado em 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19887/a-menor-elegibilidade-less-eligibilityda-prisao>. Acesso em fevereiro de 2022.

GOMES, Efigênia Paulo. **A evolução das punições no direito penal brasileiro**. Publicado em 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55630/a-evolucao-das-punicoes-nodireito-penal-brasileiro>. Acesso em fevereiro de 2022.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDRADO, Nayara; SARTORI, Vitor. Apontamentos sobre crime, direito penal e pauperismo. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Volume 181, ano 29, p.229-272. São Paulo: Editora RT, 2021.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª Edição revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEQUENO, Andreia Cristina Alves; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Serviço Social**. São Paulo: Saraiva, 2015.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2º Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: parte geral**. 3ª Edição. Curitiba: ICPC, 2008.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em março de 2024.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Reivan, 2007.

Parece que é o neoliberalismo, mas é o capital

Albani de Barros

Liberalismo e mercado

É com os autores contratualistas que nasce a concepção de que a sociedade é a soma de indivíduos. Nesse sentido, quando os contratualistas questionavam qual a origem da vida social, qual sua gênese, eles a identificavam no indivíduo. Essa posição significou um rompimento com a longa tradição oriunda da filosofia grega antiga, em especial Aristóteles, que compreendia a sociedade como o modelo de uma família ampliada.

Aristóteles considerava que o homem é um animal político (*zoon politikon*). Dessa forma, o ser humano é capaz de realizar-se plenamente apenas na vida em sociedade, estando fora da vida social deixa de ser humano, ele seria “uma besta ou é um deus” (Aristóteles, 2000, p. 148). Notemos que Aristóteles não coloca a sociabilidade como um elemento externo que é conquistado pelos indivíduos. A sociabilidade germina do interior da essência humana. Na relação entre homem e sociedade, a *pólis* tem precedência sobre cada um de seus elementos constitutivos (Teixeira, 2008). O espaço da sociabilidade é superior ao individual.

Em resposta a tradição aristotélica, os contratualistas deram ênfase o ser humano individualmente e a filosofia política liberal erigiu o indivíduo como elemento fundante da vida social. Na perspectiva liberal, o homem em seu estado de natureza encontra-se isolado. A sociedade então é fundada a partir de um contrato social firmado pelos indivíduos. Ainda que as interpretações desse contrato sejam variadas a depender do autor, havendo distinções entre Hobbes, Locke e Rousseau, por exemplo, em todos há em comum o fato de partirem do indivíduo para explicarem a lógica da sociabilidade humana.

A partir do momento em que mercantilização da vida social se amplia, crescendo o domínio burguês, as explicações filosóficas também necessitam se ajustar às determinações mercantis que estão em acelerado crescimento. A propriedade privada toma a forma de capital individual, que por sua própria natureza, precisa continuamente crescer e acumular privadamente, ainda que isso jogue parte da sociedade na vala da miséria. É dessa forma que o “individualismo se vê na propriedade privada, que não é compartilhada por todos, mas é legitimada como um direito do indivíduo, e dele contra todos, *erga omnes*” (Mascaro, 2002, p. 37).

A ascensão do individualismo relaciona-se com a propriedade privada. Já sua forma mais extrema, possui intrínseca relação com o processo de desenvolvimento da sociedade burguesa. Tal relação aparece de forma explícita nas palavras de Locke (s/d, p. 73), ao mencionar que “a preservação da propriedade é o objetivo do governo, e a razão porque o homem entrou em sociedade, ela necessariamente supõe e requer que as pessoas devem ter propriedade”. Dessa forma, para o liberalismo clássico de Locke (s/d), é o interesse particular da garantia da posse de sua propriedade que leva os indivíduos a buscarem a realização de um contrato social, portanto, trata-se de uma imposição exterior ao ser humano.

Esta é a posição de um dos precursores do liberalismo clássico, a ênfase ampla e intransigente da defesa da propriedade e, como consequência, a justificativa para incontornável existência do livre mercado (Teixeira, 2008). Na concepção liberal, o caráter avaro do indivíduo coloca o dinheiro acima de tudo. A predominância da propriedade privada, é demonstrável quando Locke argumenta o direito à propriedade como superior até ao da própria vida. Que ele mesmo o diga:

[...] ao sargento, que poderia ordenar um soldado a marchar até à boca de um canhão, ou a ficar em uma brecha onde sua morte é quase certa, não pode ordenar que aquele soldado lhe dê um centavo de seu dinheiro; nem o general, que o condena à morte por desertar de seu posto ou por desobedecer às ordens mais desesperadas, pode, com todo o seu poder absoluto de vida e de morte, dispor de um níquel dos bens daquele soldado ou se apoderar do mais insignificante dos objetos que lhe pertence. (Locke, s/d, p. 73-74).

Ainda de acordo com Locke (s/d), o Estado não seria a instância fundamental da sociabilidade. Para ele, mesmo anteriormente ao surgimento do Estado, os indivíduos já teriam descoberto a imperiosa necessidade de sobrevivência. Dessa forma, a apropriação da natureza e sua transformação teriam um caráter necessário para o ser humano, mas sua efetivação ocorreria plenamente somente mediante o mercado. A partir das potencialidades e aptidões, cada homem produziria livremente, enquanto o resultado desse ato, aquilo que fora produzido, pertenceria ao indivíduo. Para Locke (s/d), a propriedade privada deriva desse esforço individual. Se a natureza não era o saldo imediato de seu agir, mas uma dádiva divina, a apropriação dos bens resultantes de sua ação é sua legítima propriedade. Trata-se de um direito natural.

No que se refere à liberdade de mercado, esse tema é aprofundado principalmente no âmbito da economia política clássica, em especial por Adam Smith (1983). Seguindo a tradição do pensamento liberal, converge um “mito” que profetiza a virtuosidade do mercado. Nesses termos, caberia aos indivíduos procurarem no mercado a satisfação de suas necessidades e na medida em que cada um individualmente buscasse seu sucesso particular, isso acabaria por promover o bem coletivo. Conforme Smith, os indivíduos devem procurar “empregar o seu capital em fomentar a atividade [...] e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade” (1983, p. 379).

Smith ainda compreende que ao desenvolver tais atividades individualmente, e numa esfera maior em cada capital isoladamente, estes são levados por “uma mão

invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções” originalmente (1983, p. 379). Em outras palavras, as ações individuais convergiriam para além de seus interesses particulares, alcançando o patamar do interesse coletivo. Em tais condições, a garantia da obtenção de objetivos da sociedade passaria necessariamente pela via do mercado. O Estado deveria permanecer distante e não interferir nos “negócios”.

Na visão liberal clássica, apesar de seu conteúdo progressista de contraposição ao absolutismo, surge também uma concepção de que o Estado não pode ser um elemento que promova nenhum tipo de “privilégio”. É o esforço individual que deve ser premiado a partir da livre concorrência, este sim, seria o indutor do acesso à riqueza e ao bem-estar.

Capitalismo monopolista: ascensão e declínio do Estado keynesiano

Durante o capitalismo concorrencial, a apologia da não intervenção do Estado ainda encontrou respaldo, principalmente em virtude de que naquelas condições, as ações estatais burguesas estavam especialmente voltadas para a manutenção da ordem pela via coercitiva, como também pela garantia dos instrumentos jurídicos necessários para o controle do metabolismo social. Contudo, na fase do capitalismo monopolista, a própria dinâmica de acumulação do capital exige que o Estado atue para além de uma ação essencialmente repressora. Se o mito liberal da não intervenção do Estado poderia ser defendido no contexto do capitalismo concorrencial, na sua fase monopolista, tornava-se necessário atender aos interesses de ampliação dos monopólios, em conformidade com os pressupostos da expansão imperialista, e ainda tendo que enfrentar crises cada vez mais severas.

Foi a partir das últimas três décadas do século XIX que o capitalismo monopolista se estabeleceu, superando a lógica concorrencial que o precedera. Tal como o nome sugere, a dinâmica capitalista passava a ter, a partir de então, não mais o traço da forte concorrência entre capitais mais ou menos equivalentes como sua matriz característica. Agora, a economia capitalista gravita sob a regência dos grandes monopólios. O Estado burguês também passou por algumas transformações, ainda que sua essência não tenha sofrido uma radical alteração.

Dentre as várias razões para ampliação da atuação do Estado, uma das que se destacam na esfera econômica é a elevação da severidade das crises, que a partir das últimas décadas do século XIX passam a ter maior intensidade. O exemplo mais conhecido, mas não único, é o da crise de 1929 e seus desdobramentos econômicos e políticos. A maior intervenção do Estado passou a ocorrer através do impulso às guerras, como o devido incentivo a indústria bélica, ou até mesmo mediante a ampliação de políticas públicas.

Some-se a esses aspectos a pressão exercida no plano político pelas lutas de classe. Nesse ponto, é importante enfatizar que de forma alguma é possível imaginar que a conquista de direitos ou políticas sociais, seja um mero resultado de concessões do Estado. A nosso ver, tal raciocínio acaba, em última instância, negando um dos mais importantes legados do pensamento marxiano: a luta de classes como motor da história (Marx; Engels, 2006).

Do ponto de vista das políticas públicas e de um movimento de relativa melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, essencialmente na Europa, as três décadas posteriores à segunda guerra mundial representaram o auge do capitalismo monopolista. Tratou-se do chamado *Welfare State*, ou como os franceses o denominaram: as três décadas gloriosas do capital. É o período também de pináculo quanto à ampliação dos direitos sociais (Behring; Boschetti, 2008).

Ocorre que esse movimento relativamente progressista, não se refletiu mundialmente para os trabalhadores, esteve circunscrito fundamentalmente nos países centrais, em especial no norte da Europa. Contudo, apesar desse reduzido espaço de abrangência, sua existência atestou a necessidade da atuação do Estado para garantia do processo de acumulação e expansão capitalista. Na mesma medida, também confirma a capacidade de luta dos trabalhadores.

Analisando ainda alguns aspectos do Estado de bem-estar, deve-se considerar que sua existência não se configurou como uma ruptura com os determinantes liberais burgueses. A esse respeito é bastante lembrar que seu principal mentor não é um representante dos trabalhadores, mas trata-se de Keynes, economista inglês vinculado ao partido liberal, ainda que, como bem aponta Behring e Boschetti (2008), seja um liberal heterodoxo. As ações desencadeadas pelas políticas keynesianas, em combinação com o padrão fordista de produção, deram prosseguimento às estratégias do *New Deal*, passando o Estado a incorporar políticas sociais, notadamente a partir do final da década de 1940. Apenas a título de ilustração, é emblemático que o Sistema de Saúde o Inglês tenha seu surgimento em 1948. Pensando nas políticas sociais de maneira mais ampla, tais medidas também foram capazes de ser indutoras para o aquecimento do consumo e revitalização da economia no pós-segunda guerra. Nota-se, portanto, que a primazia dos interesses do mercado não foi superada pela ampliação de políticas sociais.

[...] não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes [...]. Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo (Behring; Boschetti, 2008, p.63).

A manutenção dos interesses fundamentais burgueses, o aumento do consumo, o crescimento dos níveis de produtividade e a elevação substancial das taxas de lucratividade foram objetivos alcançados pelas políticas keynesianas no *Welfare State*. Ocorre que o capitalismo é a contradição em constante movimento e o prolongamento infinito da solução keynesiana, seria algo impossível de ser efetivado. A validade do conjunto de medidas econômicas e políticas do Estado de bem-estar foram adequadas à conjuntura do cenário do pós-guerra e, naquele contexto histórico, provou ter sido a solução mais viável para o capital.

O problema é que a elevação da produtividade se estabelece a partir de um movimento que inclui um maior volume de capital constante investido em relação

ao capital variável (Marx, 1996). Esse movimento trata-se de uma engrenagem econômica autodeterminante que os capitais individuais não conseguem escapar. É o modo como necessitam agir para enfrentar a concorrência no mercado. A questão é que essa elevação nos níveis de produtividade acaba por contribuir para o aumento do montante de mercadorias, saturando o mercado. Por isso, a mesma razão que impulsiona a elevação da produtividade, acaba também por provocar taxas de lucros tendencialmente decrescentes (Marx, 1996, 1984).

A elevação dos níveis de produtividade e o aumento em escala mundial da produção de mercadorias expressam algumas das características do período de ascensão do capital durante o *Welfare State*. Porém, esse movimento também é a causa de seu exaurimento. Em razão das contradições inerentes do processo de acumulação capitalista, o modelo keynesiano entra em colapso na década de 1970.

O contexto neoliberal e o mito da virtuosidade do mercado

O neoliberalismo tem como marco inicial a chegada ao poder da primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, em 1979, tendo na sequência a eleição Reagan em 1980 nos Estados Unidos. Contudo, sua primeira experiência sucedeu durante o período da ditadura do General Pinochet, no Chile, sob a orientação de economistas norte americanos, notadamente Milton Friedman (Anderson, 2008). Quanto ao aparecimento das ideias neoliberais, essa é um pouco anterior, surge com as concepções de Frederick Hayek em 1944, embasadas em seu livro *O Caminho da Servidão*. Já no Brasil, as políticas neoliberais passam a ser executadas a partir de 1990, tendo continuidade até os dias atuais, ainda que durante esse percurso tenha passado por consideráveis variações de intensidade e forma.

Iniciemos essa brevíssima análise do neoliberalismo, portanto, por seu surgimento. Notemos que o cenário em que emergem as ideias de Hayek é no período de quase término da segunda guerra mundial, momento em que as concepções econômicas predominantes eram àquelas vinculadas a Keynes, defensor da ampliação da intervenção do Estado e da criação de uma “malha protetora” para atenuar os efeitos das crises. No confronto com as ideias keynesianas, o próprio título do livro de Hayek (1990) – *O Caminho da Servidão* – é sugestivo e esclarecedor. A servidão a que fala Hayek é o indesejado para os liberais ortodoxos, é o seria o risco quanto ao mercado tornar-se submisso ao trabalho. Contudo, seu diálogo fundamental não tem a preocupação de analisar o que seria tal servidão. O núcleo duro de suas ideias está direcionado a combater o “caminho” que levaria a servidão, esse risco residiria na aplicação do receituário de Keynes.

Contrariamente as projeções de Hayek, o que a história demonstrou é que com o passar dos anos e a efetivação das políticas keynesianas, o que se viu não foi a derrota do mercado, mas exatamente o inverso. Durante o *Welfare State* houve trinta anos de forte crescimento econômico; elevadas taxas de lucratividade; expansão do mercado para a periferia do mundo; aumento do consumo; melhoria nas taxas de desemprego; crescimento da massa salarial e o engajamento de expressivos setores do sindicalismo europeu, que ao romperem com as propostas revolucionárias, direcionam suas lutas para a via da negociação, com efetivos ganhos de produtividade para o capital.

O problema é que já a partir do final da década de 1960 e de forma inequívoca em meados da década de 1970, o domínio do capital passa por severas perturbações e a combinação entre o modelo fordista e as políticas keynesianas mostra seu esgotamento. Na esfera econômica, ocorre uma significativa queda nas taxas de lucratividade. Harvey (2002) chama atenção que esse declínio já se inicia em 1968 e atinge níveis preocupantes em 1974. Soma-se a esse declínio, o fato de os mercados encontrarem-se saturados pela produção em massa fordista, além do fenômeno da maior penetração de produtos oriundos do Japão e da Alemanha, países esses que na década de 1970 já haviam completado o seu ciclo de retomada industrial, iniciado logo após o término da segunda guerra mundial (Harvey, 2002).

Nesse período também ocorre uma ampliação nos deslocamentos de capitais para os países periféricos, que por sua vez passam a realizar um crescente processo de substituição das importações, com o apoio dos Estados nacionais, alguns experimentando políticas desenvolvimentistas. É diante desse cenário que medidas de alteração na produção e no Estado tornam-se uma imprescindível necessidade. Isto significava reestruturar a produção e o aparato jurídico estatal para intensificar os níveis de exploração e de controle do capital sobre os trabalhadores. É seguindo essa direção que os ideais “liberais” voltam a ganhar força. Se na década de 1940 o ideário neoliberal não tivera a supremacia para guiar o leme da ação econômica e política burguesa, Hayek e Milton Friedman, respectivamente, são celebrados com o Nobel de Economia em 1974 e 1976.

No cenário contemporâneo do final do século XX, nos escombros da queda do “Muro de Berlim” e num quadro de vigoroso ataque aos trabalhadores, os ideais neoliberais ganham ímpeto e amplitude. Sob o impulso do poder ideológico e midiático dos grandes monopólios e a proteção dos Estados imperialistas, a crença nas formulações liberais e na virtuosidade do mercado, ganharam força e vitalidade. Não é casual que Anderson (2008) evidencie que a grande vitória do neoliberalismo não se deu no plano econômico, mas na dimensão ideológica. Algumas das marcas indelévels da ideologia liberal nas últimas quatro décadas são: a exaltação do individualismo, a negação dos projetos coletivos, a ampliação sem precedentes dos espaços mercantis para quase todas as esferas da vida, o culto a meritocracia, a defenestração de qualquer conquista trabalhadora no âmbito do Estado e a correspondente defesa das “qualidades” do mercado.

Junto com a efetivação desse ideário apologista do mercado, ocorreu também a destruição de inúmeros direitos sociais duramente conquistados, a precarização das políticas públicas e o avanço das privatizações. Não só na periferia como no centro do sistema, agrava-se um cortejo de misérias, tais como: ampliação da pobreza; alargamento do fosso de desigualdades sociais entre os países e no interior das nações; crescimento em escala mundial do desemprego; ampliação das formas de precarização sobre os trabalhadores; intensificação do racismo, da xenofobia e do ódio contra grupos historicamente oprimidos.

Se as ideias de Keynes não evitaram as crises, ainda menos o receituário neoliberal. As crises são constituintes do capitalismo. Nas últimas décadas, uma sequência de crises tem acompanhado a sociedade capitalista. Para Mészáros (2002), isto expressaria um movimento de continuidade depressiva, com anódinos espasmos de reanimação, o que caracterizaria uma crise estrutural do capi-

tal. Harvey (2012), considera que o capital vem passando por severas crises desde a década de 1970, mas não intitula esse movimento como sendo de crise estrutural. O fato é que a sequência e a severidade dos colapsos econômicos têm se mostrado cada vez mais persistentes e graves.

Com o adensamento do último grande pico de crise econômica a partir de 2008, foi aplicado em escala global um conjunto de medidas de austeridade fiscal e de ofensiva aos trabalhadores, resultando dezenas de contrarreformas com o intuito de flexibilizar e precarizar o trabalho. Curiosamente, no momento mais intenso da crise em 2008, os governos dos países centrais não titubearam em despejar trilhões de dólares para salvar o sistema financeiro. Exemplo também pertinente naquele contexto foi a bilionária ação do Estado americano para salvar a General Motors da bancarrota. Esses exemplos apenas confirmam que o Estado é rigorosamente indispensável não apenas para garantia da propriedade burguesa, como também para propiciar condições adequadas para a manutenção da acumulação capitalista, reacomodando suas contradições, sem jamais poder superá-las.

Contratendências para enfrentar a queda nas taxas de lucratividade

A existência do capital pressupõe o controle sobre o trabalho, este último é o fogo que anima os elementos mortos do capital (Marx, 2011). Sendo uma relação social, o capital precisa do trabalho transformado em mercadoria para se nutrir de valor. É nesse sentido que a existência do trabalho assalariado significa impor aos homens e mulheres, desprovidos do acesso à propriedade dos meios fundamentais de produção, a alienação de suas potencialidades físicas e espirituais.

Ao realizar a crítica da economia política, Marx (1996) nega qualquer virtuosidade do mercado. Ao analisar a acumulação capitalista, o autor explica o contínuo movimento pelo aumento do componente constante e a diminuição do capital variável. Esse processo, por sua vez, possibilita o aumento da produtividade, garantindo condições mais vantajosas na esfera competitiva do mercado para cada capitalista individualmente. Entretanto, o problema é que essa mesma lógica provoca novas contradições para o conjunto da economia (Marx, 1984, 1996).

No longo prazo, essa dinâmica acaba por estimular uma tendência que é intrínseca à acumulação capitalista, a queda nas taxas de lucratividade. A respeito desse aspecto, argumenta Iasi: “como o valor é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário, o valor só pode ser produzido pelo consumo da força de trabalho” (2010, p. 29). O capital é dependente da força de trabalho para obter sua riqueza. O aumento da composição orgânica do capital e a maior utilização de capital constante em relação ao componente variável é o elemento provocador da tendência de queda nas taxas de lucratividade. Nas palavras do próprio Marx: “A queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma *diminuição relativa do componente variável* do capital global, de sua diminuição comparada com o capital constante” (1984, p. 167, grifo nosso).

Mas se existe uma tendência de queda nas taxas de lucratividade, os capitalistas não ficam inertes diante dela, buscando mecanismos para seu enfrentamento. Ao escrever o volume três de *O Capital*, em seu capítulo XIV, Marx (1984) analisa quais são as estratégias que o capital executa para enfrentar a tendência à que-

da nas taxas de lucratividade, elencando seis possibilidades para aquela realidade histórica. São elas: a elevação do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, o aumento da superpopulação relativa, a ampliação do comércio exterior e por fim, o aumento do capital por ações (Marx, 1984).

O curioso é que os elementos descritos por Marx, ainda no século XIX, não poderiam ser plenamente vistos a época aos seus olhos, pois o próprio capitalismo não tinha se expandido de maneira uniforme e plena sequer em toda Europa, porém, Marx já os colocava como uma tendência. É no capitalismo monopolista, notadamente com o agravamento das crises desde o final do século XIX, que essas ações de contratendências se tornam mais evidentes. Além do mais, a efetivação dessas seis estratégias será realizada também por um sujeito aparentemente oculto, o Estado, aspecto que Marx (1984) sequer cita no referido capítulo. Mas como a acumulação capitalista é necessariamente contínua, as estratégias de contratendências para enfrentar a queda nas taxas de lucratividade também devem efetivadas permanentemente.

No contexto histórico contemporâneo, com a expansão da lógica mercantil por todo mundo e a emergência da chamada crise estrutural (Mészáros, 2002), os Estados nacionais tendem a incorporar esses de mecanismos de contratendência na agenda de suas políticas de forma ainda mais intensa. Ela ocorre via “flexibilização” de leis trabalhistas; por meio de gastos com subsídios em matérias-primas e facilitação por via legal ao acesso a fontes naturais de riqueza; pela privatização de atividades públicas; por meio do financiamento para garantia da ampliação de mercados, pela elevação das taxas de juros, o que propicia irrigar com recursos públicos os rentistas, compensando as eventuais debilidades de lucros na esfera produtiva.

Além da natureza fluída do capital, os grandes monopólios desconhecem fronteiras nacionais. Dessa forma, a busca por espaços onde a aplicação dessas contratendências possa ser efetiva mais intensamente, viabiliza a obtenção de taxas de lucratividade mais elevadas a partir de uma ampla oferta de força trabalho disponível e sub-remunerada e de um aparato estatal subserviente.

Brasil: ataque ao trabalho

O metabolismo da produção capitalista, desde sua gênese até os dias atuais, não se desenvolveu isoladamente, não se alargou limitado em apenas um país ou em uma específica região. Como argumenta Mészáros, “o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção a ‘globalização’ desde sua origem” (Mészáros, 2008, p. 61). O processo de acumulação capitalista tem demonstrado que ao longo da sua história, a fluidez do capital implica e impulsiona deslocamentos espaciais a procura de condições vantajosas de produção e circulação de mercadorias. Dessa forma, “o dinheiro é reunido em alguma região e levado para um lugar especial para utilizar os recursos de trabalho que vêm de outro lugar” (Harvey, 2012, p. 42).

Como parte do movimento de acumulação capitalista, cuja lógica permanece com seus alicerces inalterados, a intensificação do processo de centralização de capitais nas últimas décadas tem provocado uma verdadeira “orgia” de capitais. Estes se misturam e se relacionam mutuamente em escala global. Porém, algo em

comum e suas diferentes formas de representação, todos precisam arrancar riqueza do trabalho.

Necessitando expropriar sobretrabalho, o capital age globalmente sob a regência dos interesses do sistema financeiro e dos grandes monopólios. Desde a década de 1970, o mapa mundial da divisão internacional do trabalho foi remodelado por amplas alterações (Harvey, 2016). Os deslocamentos de capitais rumo a periferia do sistema criaram áreas de produção, cuja característica principal é a baixíssima remuneração da força de trabalho e a existência de frágeis legislações protetivas. Por sua vez, acompanhando esse movimento, as necessidades expansionistas inerentes ao capitalismo monopolista, em combinação com os interesses imperialistas, demonstram a rigorosa necessidade de participação do aparato estatal para garantir a reprodução dos objetivos dos monopólios.

O aprofundamento das contradições do capital, acentuadas em sua fase de crise estrutural (Mészáros, 2002), trouxe um intenso ataque aos trabalhadores. No tocante a América Latina, Druck (2011) aponta algumas das principais características das relações de produção no continente e no Brasil a partir dos anos 2000. A autora assinala que em razão de um “crescimento da produtividade limitado a alguns setores produtivos; parte do crescimento das ocupações foi no trabalho informal” (Druck, 2011, p. 45). Os empregos ofertados estão crescentemente vinculados ao trabalho temporário, por meio da expansão da terceirização e de as baixas remunerações. Ainda quanto a informalidade, um recente relatório publicado pela OIT em 2016, aponta que persistem elevados níveis de informalidade, tratando-se de uma das tendências dos empregos na América Latina.

No caso brasileiro, o país está, sobretudo, submetido aos apetites vorazes das frações rentistas da burguesia nacional e internacional. A condição parasitária do rentismo obriga-o a buscar na periferia global do capital condições mais favoráveis para apropriação de riqueza. O contínuo crescimento da dívida pública, alimentada por elevadas taxas de juros, tem propiciado que parte da riqueza produzida pelo trabalho e, em seguida recolhida pelo Estado, seja generosamente entregue aos rentistas. O aspecto ainda mais perverso é que o crescimento dessa dívida é evocado para justificar cortes no orçamento público, em especial nos valores destinados a proteção social.

Para realizar essa apropriação de riqueza em volume crescente, o Estado brasileiro tem conduzido a execução de ações de contratendências à queda nas taxas de lucratividade de várias formas. Na conjuntura pós-golpe jurídico-midiático de 2016, elas se expressam por meio do rebaixamento dos salários; pela supressão de direitos previdenciários e trabalhistas; pela elevação dos níveis de subemprego; pela continuidade de uma política privatista do patrimônio estatal e mercantilista nas políticas públicas; por meio da manutenção de elevadas taxas de juros, propiciando monumentais massas de lucros para os grupos rentistas.

Enquanto isso, as frações burguesas nacionais ligadas à esfera da produção de mercadorias, tem se especializado em manter uma mão de subserviência ao grande capital internacional, outra mão açambarcando parte do fundo público e os dois pés sobre a garganta dos trabalhadores. Sobre o *modus operandi* da Federação da Indústria de São Paulo - FIESP e da Confederação Nacional da Indústria - CNI para atacar o trabalho, além do apoio explícito as pautas da extrema direita, é válido

mencionar o documento produzido pela CNI (2012), intitulado *101 propostas para modernização trabalhista*, publicado em 2012, que já antecipava parte importante das medidas de ofensiva aos trabalhadores e que foram materializadas na contrar-reforma trabalhista do governo Temer.

Em julho de 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista, a nova legislação permitiu uma série de retrocessos nas portas de proteção relativa aos trabalhadores, tais como: efetivação do trabalho intermitente, no qual o trabalhador permanece *full time* a disposição do empregador, mas só recebe pelas horas trabalhadas; a sobreposição do acordado sobre o legislado; a ampliação do período de contrato de trabalho temporário, entre outras medidas. Mas, é importante recordar, que meses antes, o Congresso já havia aprovado a Lei do Salário Parceiro, que na prática já indicava as tendências em curso de ofensiva ao trabalho, uma vez que essa legislação já apontava a desobrigação das empresas de são de beleza de arcar com encargos como 13º salário e o não pagamento da contribuição previdenciária e FGTS por parte dos empregadores.

Como o corte de gastos públicos não é o suficiente para saciar a orexia do capital que precisa devorar cada vez mais riqueza produzida, o ataque ao trabalho e a busca pela elevação das taxas de exploração é seu reflexo mais imediato. A manifestação concreta dessa ofensiva tem sido vivenciada de forma cada vez mais dura pelo trabalhador brasileiro. O sentimento que é gerado pela precariedade, pelo desemprego e a contínua retirada de direitos, é o sofrimento de o trabalhador perceber que além de um futuro incerto, o presente também é cada vez mais insuportável.

Considerações finais

Os liberais clássicos diziam que o Estado não deveria intervir, os neoliberais promulgam que o Estado deve deixar de intervir, mas o que a história mostra é que o Estado jamais se ausentou. O capital não sobreviveria um dia sem ele. Porém, essa resposta ainda é insuficiente. Seria apenas o análogo a dizer que o Estado é burguês, algo como afirmar que o sol é quente. Mas por que ele é burguês e como é que ele age? É por ser neoliberal que ele ataca o trabalho? Uma resposta mais sólida e que necessite de uma argumentação mais complexa, talvez escape aos objetivos desse breve ensaio, mas ao menos é possível provocarmos algumas reflexões.

O capital, em si, não tem uma substância que lhe dê existência, isso porque seu movimento determina que o valor que lhe é acrescido seja originário do consumo de trabalho vivo, portanto, ele é subordinado da unidade que estruturalmente lhe nega. Já o trabalho é tudo. É o trabalhador quem produz a riqueza e proporciona a valorização do valor. Formalmente, o trabalho é nada. Transformado em mercadoria, ele é quantificado e seu valor equivale aquilo que é necessário para que a mercadoria força de trabalho exista e se reproduza. Assim, não há um átomo que corresponda à dignidade humana no valor de um salário, seja ele de qual montante for.

A acumulação privada de riqueza ao lado da degradação da vida humana são partes inescapáveis das contradições do capital. Riqueza e pobreza são unidades aparentemente antagônicas. Entretanto, sob a contradição em movimento que é o capital, essas unidades não apenas não se excluem, como também são funcionais

para reprodução da acumulação. Em suma: as contradições basilares do sistema metabólico do capital não se encontram apartadas, elas se relacionam.

Ocorre que as contradições básicas que assolam a dinâmica capitalista não são postas por agentes externos, mas resulta de seu próprio movimento. Como parte da estrutura de proteção da propriedade privada burguesa e auxiliador fundamental ao processo de reprodução do capital, o Estado é o executor das ações que visam corrigir, sem jamais sanar radicalmente, as contradições postas pelo ininterrupto movimento de acumulação ampliada. Mas isso não é uma característica defeituosa de um modelo estatal, não é o resultado de determinações específicas do receituário neoliberal. Trata-se de uma orientação inextricavelmente impregnada na orientação e natureza do Estado. Esta corresponde a dependência ontológica que o Estado possui em relação a estrutura econômica e que precisa se ajustar permanentemente aos determinantes históricos de cada momento.

A perversidade da conjuntura atual sobre os trabalhadores acaba revelando um lado didático. Demonstra que o ataque do capital sobre o trabalho tem uma finalidade: nutrir de vida quem lhe retira qualquer dignidade humana. Não é o Estado neoliberal que ataca, é o capital. São as contradições jungidas pela acumulação capitalista que se revelam na ação do Estado burguês na busca permanente por arranjos jurídicos e coercitivos que permitam ao capital arrancar mais sobretrabalho, custe o que custar.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. SADER, Emir. (Org.) **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-28.

ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **101 propostas para modernização trabalhista**. Emerson Casali (Coord.) – Brasília: CNI, 2012. 136 p.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v.24, n. 01, p. 37-57, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2002.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Inst. Liberal, 1990.

IASI, Mauro. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v.19 n°1, p. 25-40, janeiro 2010.

LOCKE, John. **Segundo Tratado do Governo Civil**. São Paulo: Clube do Livro Liberal. s/d.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro terceiro, tomo 1. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MASCARO, Alysso. **Introdução à Filosofia do Direito. Dos Modernos aos Contemporâneos**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Perspectivas sociais e de emprego no mundo** – Sumário Executivo, 2015. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_369023.pdf. Acessado em 15 de outubro de 2023.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Coleção: Os Economistas. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

TEIXEIRA, Francisco. **Dinheiro e felicidade nos contos de fadas, nas narrações míticas e na política**. Fortaleza: Fund. Edson Queiroz, UNIFOR, 2008.

Panorama recente da financeirização e bancarização da pobreza no Brasil

Eliane Leite Mamede

Introdução

Nos últimos anos a situação socioeconômica brasileira revela indicadores sociais que apontam para a volta do flagelo da fome, do aumento da pobreza e da insegurança de renda; baixos salários que tornam difíceis a garantia de uma renda suficiente para atender às necessidades sociais básicas; além do crescimento da desigualdade econômica e concentração de renda. Tais fatores afetam o acesso de parcelas significativas da população aos recursos socialmente disponíveis, ocasionando dificuldades financeiras e instabilidade econômica de indivíduos e famílias em situações diversas de vulnerabilidades. Parte inferior do formulário

A gestão da pobreza e da vulnerabilidade econômica das famílias de baixa renda tem sido conduzida pelo Estado brasileiro, de modo expressivo ao longo das últimas décadas, mediante a intersecção entre programas de transferência de renda e inclusão financeira. Embora não haja uma exatidão e data específica dessa intersecção, essa trama é constatada com maior presença a partir dos anos de 2003 com a implementação do Programa Bolsa Família, que influenciou fortemente a expansão da bancarização da população considerada pobre e vulnerável economicamente.

Enquanto condutor principal que atua reiteradamente articulando a gestão da pobreza com a inclusão financeira, o Estado vem adotando medidas expansivas que objetivam aumentar o acesso das pessoas de baixa renda a serviços financeiros básicos, ao mesmo tempo em que anuncia promover através delas a redução da pobreza e quebra do ciclo intergeracional de sua reprodução.

Este capítulo versa sobre o panorama recente da financeirização e do processo de bancarização da população pobre no Brasil, considerando as interligações entre a gestão da pobreza pelo Estado e a lógica neoliberal, com ênfase na promoção da inclusão financeira das/dos usuárias/os da política de transferência de renda. As análises estão firmadas sob o prisma da Teoria Social Marxista, com suporte da pesquisa documental, a partir da qual é possível recorrer a dados de pesquisas, relatórios e documentos acerca de políticas, planos, projetos, dentre outras referências que contribuem com o presente estudo.

Em linhas gerais, a bancarização da população usuária dos programas de transferência de renda envolve o processo de inserção dessas pessoas no mercado bancário-financeiro, com vistas a proporcionar-lhes acesso a serviços financeiros formais, como contas bancárias, cartões de débito e/ou crédito, dentre outros produtos e serviços bancários. Uma vez acessados, propõem-se, dentre outros aspectos, facilitar a realização de transações financeiras, sobretudo, o recebimento do benefício sócio-assistencial diretamente em conta bancária pessoal, sem a necessidade de intermediários ou pagamentos em espécie.

Verifica-se que o campo de pesquisa sobre financeirização tem despontado com grande potencial de exploração conceitual e empírica em estudos internacionais e nacionais, sua literatura tem um crescimento exponencial no momento pós-crise de 2007-2008 (Epstein, 2005; Fine, 2009; Mader, 2015; Van der Zwan, 2020; Streeck, 2012; Lavinias, 2016), ganhando assim popularidade. Pode-se dizer que esse seja hoje um campo de estudo em expansão.

A popularização do uso desse termo e, segundo Epstein (2005), a sua polissemia, reforça a propositura de que a financeirização é um processo central da atual economia mundial, de caráter multidimensional, que produz efeitos geralmente prejudiciais para um número significativo de pessoas. Também para Mader (2015), a financeirização é um elemento central na atual variação do capitalismo que o reconfigura para beneficiar a classe rentista. Desse modo, urge a tarefa de aprofundamento sobre o extraordinário alcance da financeirização da vida social destinada a restabelecer a dinâmica da acumulação capitalista, a qualquer custo.

Associado a esse campo, emerge o debate sobre a “financeirização da pobreza”, conceito apresentado como “a transformação da condição da pobreza em um problema financeiro a ser solucionado financeiramente” (Benzaquen, 2022, p. 400), cuja abordagem ganhou maior tônica no Brasil em um momento de crise econômica que atingiu de modo desigual a população brasileira, verificada no segundo trimestre de 2017 e 2018 com quadro de estagnação, ou seja, com um crescimento baixo e estável ao redor de 1% ao ano (Benzaquen, 2022).

O tema aqui em evidência nos impõe a lançar luz sobre as novas configurações em torno das atuais relações entretecidas entre o Estado (através da política de transferência de renda) e o mercado (especialmente o bancário-financeiro) e a população de baixa renda (usuárias e usuários da política de transferência de renda), uma vez que a financeirização não pode ser compreendida isoladamente.

Financeirização, inclusão financeira e gestão da pobreza: uma análise da abertura do mercado bancário-financeiro à população pobre

Disposto a alcançar oportunidades de obter renda e lucro, o mercado é o grande impulsionador das atividades econômicas mediante empresas, instituições financeiras e investimentos para o funcionamento do sistema de mercado capitalista. Em especial, o mercado bancário-financeiro, que destina inserir seus interesses nos espaços econômicos, sociais, culturais e políticos, regidos sempre por disputas na sociedade, busca renda de diversas maneiras, aproveitando-se de sua posição central no sistema econômico.

O capital financeiro inaugura um novo regime de acumulação, cuja marca registra desenhos de políticas econômicas e sociais ditados pela racionalidade dos mercados financeiros e suas transações, as quais são prevaletentes em relação à produção e ao comércio. Financeirização pode ser definida por influência crescente dos mercados financeiros, das elites e das instituições financeiras no modo de funcionamento da economia real (Epstein, 2005). Todavia, esclarece o economista britânico Fine (2009), que a financeirização revela também um escopo de atuação mais amplo do capital financeiro, e “cuja influência estendese para além do mercado, penetrando em várias dimensões da vida social” (Van der Zwan, 2014, p. 101).

De modo geral, o capital financeiro refere-se aos recursos monetários disponíveis em forma de dinheiro, títulos, ações, empréstimos, entre outros ativos financeiros, que são utilizados para gerar lucro e renda. Os investidores buscam obter renda e lucro por meio do crescimento do valor desses ativos ao longo do tempo. Por outro lado, muitos especuladores buscam obter lucro ao apostar na valorização ou desvalorização de ativos financeiros em curto prazo de tempo.

No contexto do capital financeiro contemporâneo, o fator “curto prazo de tempo” é especialmente relevante, pois reflete as características do mundo financeiro globalizado e altamente tecnológico, evidenciadas, sobretudo, nas transações financeiras, que ocorrem em uma escala de tempo extremamente curta, enquanto que as decisões de investimento são muitas vezes tomadas em um ambiente de tempo extremamente acelerado. Logo, as incertezas e os riscos passam a ser presença constante na escolha das decisões, tanto para a democracia quanto para a economia.

A financeirização do capital é, portanto, um fenômeno complexo e multifacetado que influencia diversos aspectos da economia, da política, da cultura e da sociedade em geral. Pode ser vista como um estágio avançado da busca por lucro, onde a acumulação financeira supera a produção de bens tangíveis e as atividades financeiras – como investimentos, especulação e negociação de títulos – ganham importância crescente na economia e nas demais esferas da sociedade. Outrossim, é entendido nos contextos econômicos e sociológicos contemporâneos enquanto fenômeno que tem centralidade nos mercados financeiros, suas instituições e atores financeiros; implica em mudanças significativas ocorridas nas estruturas econômicas e nas relações sociais das sociedades capitalistas.

Nessa conformidade, Lazzarato (2012, p. 33) argumenta que capital financeiro é “a expansão da relação devedorcredor no capitalismo contemporâneo”, que se utiliza da cobrança de juros sobre empréstimos e créditos, modalidade pela qual é gerada renda e lucro para as suas instituições financeiras. Lavinhas, Araújo e Bruno (2017) acrescentam ainda às distintas facetas desse regime de acumulação a

[...] expansão extraordinária dos ativos financeiros vis a vis a economia real; proliferação de distintos ativos em meio à ascensão da lógica acionária; primazia da especulação, em lugar ou em detrimento dos investimentos, que tendem a recuar; mudança interna no setor privado, com os imperativos financeiros prevalecendo sobre os interesses da produção; aumento da desigualdade em função dos ganhos financeiros das elites; booms de consumo das famílias com base no crédito, em particular por parte daquelas que costumavam não ser “bancarizadas”; rápida e acentuada elevação do grau de endividamento das famílias, comprometendo parcela crescente e

alta da renda disponível; penetração da finança em todas as dimensões da reprodução da vida, re-mercantilizando o que havia sido desmercantilizado, em particular com a substituição da provisão pública por uma mitiade de seguros imperfeitos para os riscos que pretendem cobrir; aumento do risco, sob inúmeras e desconhecidas formas, e também ambientes macroeconômicos mais instáveis. (Lavinias; Araújo; Bruno, 2017, p. 6)

Diante do exposto, não bastasse às implicações do agravamento da desigualdade de renda, desponta no tempo recente o fenômeno dos *booms* de consumo com base na forte expansão do crédito, que tem levado ao aumento expressivo do grau de endividamento das famílias, para compensar a estagnação ou a queda dos rendimentos. A ação do Estado, por sua vez, constitui-se, historicamente, em fator determinante nas políticas de geração e distribuição de renda, por meio da sua atuação como regulador, provedor de serviços e agente econômico; a funcionalidade da renda pública é servir, em especial, para a redução da problemática da sazonalidade da renda enquanto fator prioritário de risco entre as famílias economicamente mais vulneráveis. A depender dos movimentos de expansão ou de sua minimização no trato da esfera social, a atuação do Estado na geração de renda pode variar de acordo com o modelo econômico e a estrutura política de cada país.

Nesse movimento paradoxal e constante de expansão e minimização, Celina Souza (2006) nos recorda da adoção de políticas restritivas de gastos que implica na escolha de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado brasileiro na economia e, sobretudo, nas políticas sociais que passa a ser corroída por cortes orçamentários em prol da responsabilidade fiscal. Ela afirma que essa agenda passou “a dominar corações e mentes” a partir dos anos 1980, e argumenta que na maioria dos países latino-americanos ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Diz também que “respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos.” (Souza, 2006, p. 20-21)

O Brasil não sendo, portanto, exceção tem enfrentado desafios significativos na formação de coalizões políticas eficazes no equacionamento de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de maneira sustentável. A natureza diversa dos cenários políticos brasileiros, com inúmeras divisões e interesses, tornam complexo alcançar consensos abrangentes em torno de agendas políticas e econômicas.

No decorrer dos primeiros anos do século XXI desponta, na sociedade brasileira, a proposta da inclusão financeira que se fundamenta na importância de se garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços financeiros básicos e oportunidades econômicas, independentemente de sua renda ou status socioeconômico. Essa proposta advém da “[...] mudança do padrão de financeirização, que, de restrito e ‘elitizado’ [...] ganha amplitude e profundidade” (Lavinias; Gentil, 2018, p. 197). No Brasil, a característica fundamental

[...] é a substituição dos ganhos inflacionários pela elevada renda de juros e demais modalidades de ganhos financeiros, tanto aqueles derivados do endividamento público interno quanto os provenientes do crescente endividamento das famílias e das empresas não financeiras. O Brasil entra, assim, numa nova fase em que seu regime monetário se consolida para reproduzir as condições propícias à financeirização em massa. (Lavinias, Gentil, 2018, p. 198).

O processo de reprodução das condições benéficas ao capital financeiro na sociedade brasileira segue vigente, apoiada nas políticas de liberalização e desregulamentação, resultantes da agenda neoliberal combinada para que a unidade do sistema se torne cada vez mais coesa. Com efeito, “[...] viabilizou o intenso ingresso de capital externo no país. Essa é uma das portas que leva a financeirização a ganhar corpo, subordinar a política fiscal e, conseqüentemente, a política social.” (Lavinias; Gentil, 2018, p. 198).

Em escala nacional, desde a primeira gestão do então presidente Luiz Inácio da Silva, a estrutura de financeirização já vinha sendo facilitada pelo Estado brasileiro mediante a existência da Lei nº 10.820/2003. Tal normativa autorizava a modalidade de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), inicialmente possibilitando o comprometimento de até 30% do valor recebido. (Brasil, 2003).

De acordo com os resultados da pesquisa de Neto, Pinheiro e Ferraz (2020), as manobras de crédito e microcrédito seguem intensificadas no decurso dos anos 2000 por meio de leis e decretos. Também passam a ser ofertadas a usuárias/os de programas sociais inscritos no Cadúnico, viabilizadas desde a Lei 10.735/2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de créditos destinados à população de baixa renda e a microempreendedores.

Neste prisma, não fugindo ao caráter neoliberal e financeirizante de suas plataformas de governo, Michel Temer avança na proposta de tomada da assistência social pelo mercado, mormente o financeiro, e efetiva a sugestão do microcrédito à população inscrita no Cadúnico por meio do Decreto-Lei nº 9.160/2017, criador do Plano Progredir. Uma das propostas enviadas pelo referido plano funda-se na viabilidade de criação de “cidadania financeira” aos indivíduos inscritos no Cadúnico. (Neto; Pinheiro; Ferraz, 2020, p. 241-242).

A suposta “cidadania financeira” proposta pelo Plano Progredir libera linhas de crédito e microcrédito à população em condições de vulnerabilidade socioeconômica, promete desburocratizar o acesso ao sistema bancário a indivíduos sem vínculos formais de trabalho e renda fixa, como boa parte dos participantes de cadastros sociais.

Neto, Pinheiro e Ferraz (2020) também identificaram que a ampliação do acesso ao sistema bancário-financeiro para viabilizar o “protagonismo social da população de baixa renda”, levada a cabo pelo Plano Progredir, apresentou desde logo resultados significativos. Registrou-se entre os meses de maio de 2017 a setembro de 2018 a operacionalização feita por 17 instituições financeiras no plano de R\$ 3,3 bilhões em microcrédito ao público do Cadúnico; com mais de 1,1 milhões de

operações e 66% de todo o valor ofertado o foi para usuários do Programa Bolsa Família. Desse modo, o plano fortalece a massificação do acesso ao mercado financeiro para a população em condições de vulnerabilidade por meio do microcrédito, incentivado por instrumentos normativos.

Na sequência das decisões do Estado brasileiro, com a alteração trazida pela Lei nº 13.172/2015, na gestão Dilma Rousseff, foi autorizado, também, que o percentual de empréstimo consignado chegasse a 35%, em que 5% destinam-se exclusivamente para a amortização de despesas contraídas com cartão de crédito e/ou a utilização deste com a finalidade de saque (Brasil, 2015).

Merece atenção, também, o contexto sócio-histórico de crise econômica, social e humanitária instalada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), anunciada em 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que afetou severamente a vida da população ao redor do mundo em decorrência dos efeitos da doença e das medidas de precaução adotadas no combate à Covid-19.

No caso do Brasil, foi identificado que a pandemia atingiu de modo desigual a população brasileira, trazendo maiores efeitos à população dos estratos de renda mais baixos. De acordo com Ugo Gentilini e equipe (2020), aqueles que enfrentavam maiores obstáculos em termos de acesso a serviços de saúde, emprego formal, estabilidade financeira, condições mais dignas de alimentação e moradia estavam mais expostos às consequências da crise sanitária.

Entre as complexas mudanças e medidas acionadas pelo Estado brasileiro, após pressão e mobilização social, destaca-se o Projeto de Lei nº 13.982/2020, que estabelece medidas de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia de Covid-19. O decreto regulamentou o Auxílio Emergencial (renda emergencial) às famílias cadastradas no CadÚnico, aos usuários do Programa Bolsa Família, aos trabalhadores informais, dentre outras pessoas em condição de pobreza e vulnerabilidades no país.

Relevante mencionar que o contexto de crise sanitária produzida pela Covid-19, as políticas de transferência de renda foram utilizadas na qualidade de instrumento de amenização dos graves impactos da crise sanitária. O Auxílio Emergencial, por sua vez, caracterizou-se como um dos benefícios de transferência de renda, temporário e emergencial, para indivíduos e famílias mais vulneráveis e atingidas pela pandemia.

Para fins de recebimento dos benefícios disponibilizados pelas políticas de transferência de renda, em cumprimento das medidas de proteção social, e em pleno cenário de distanciamento social com necessidade de pagamentos à distância (via meios digitais), resultou em um duplo e respectivo movimento: a ampliação das transferências de renda e a maior inserção da população no circuito bancário-financeiro. Assim, a “pandemia leva a bancarização de 9,8 milhões de brasileiros” (Folha de São Paulo, 2020).

De acordo com especialistas, o pagamento do Auxílio Emergencial, por meio de contas digitais da Caixa, foi responsável por grande parte da bancarização durante a pandemia. “A participação do auxílio nesse movimento foi grande porque, ou você era bancarizado, ou não recebia o recurso”, diz Estevão Garcia, professor da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras). Afirmou também que “foi muito importante, alcançou especialmente pessoas de

baixa renda, fora das grandes cidades”. Para ele, o processo de inclusão financeira é inevitável e foi acelerado pela pandemia. (Folha de São Paulo, 2020).

Celso Leonardo Barbosa, vice-presidente de negócios de varejo da Caixa, afirmou em entrevista que ao longo de 2020 o aplicativo “Caixa Tem” registrou 107 milhões de cadastros, o que, na prática, equivale à criação de milhões de contas bancárias digitais, com direito ao uso de um cartão de débito digital, operado por QR code. “Deste montante, 38 milhões eram não bancarizados”, explicou. (Falleti, 2021).

Isto posto, verifica-se que o Estado vem exercendo o papel de promotor da bancarização da população usuária de programas de transferência de renda, cuja posição anterior dessa população junto ao sistema financeiro era definida à margem do mesmo, o qual não logrou da desconfiança em prol da sua expansão. Dessa maneira, através de novas legislações e regulamentações, o Estado passa a ser também co-criador de garantias para a contratação de créditos, uma vez que os usuários recebem de modo previsível e regular a renda obtida via programas estatais de transferência de renda.

Todavia, a partir da implantação de novos mecanismos para resolver problemas econômicos ou sociais, como a falta de acesso ao sistema financeiro e a burocratização da transferência de renda, podem decorrer desdobramentos que supõem afetar a autonomia financeira e comprometer a singularidade dos indivíduos. Sobre esse ponto, Granemann (2007) designa o acesso ao crédito bancário ofertado pelo sistema financeiro como o grande responsável da geração de circuitos de inadimplência, endividamento e comprometimento de renda das famílias pauperizadas, ao passo que vem servindo para a busca de bens consumo e bens salário no mercado privado, atendendo à lógica financeirizante do capitalismo contemporâneo.

Lavinias; Araújo; Bruno (2017) reforçam o argumento de que nos últimos tempos aumenta e facilita-se as ofertas de crédito diversificados por agentes financeiros e não-financeiros aos usuários das políticas sociais e ao público em geral, a exemplo de empréstimos consignados ou não, cartões de crédito, contas simplificadas e demais serviços na esfera financeira.

Dados do Ministério da Cidadania ratifica a análise ao informar que no mês de outubro de 2022 foram concedidos R\$ 9,5 bilhões de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Emergencial. De acordo com a reportagem que veiculou essa informação, escrita por Amanda Rossi, 1 (um) de cada 6 (seis) beneficiários tomou o empréstimo; R\$ 7,64 bilhões foram oferecidos pela Caixa Econômica, um banco estatal controlado pelo governo federal; e 10 (dez) instituições financeiras privadas concederam, juntas, R\$ 1,8 bilhão. (Rossi, 2022).

Em vista dos efeitos da abertura ao crédito financeiro à população usuária de programas de transferência de renda tem-se a projeção de rápido comprometimento da renda familiar com o pagamento de dívidas ao setor financeiro, fator que sinaliza crescimento do percentual dessas famílias com dívidas que, certamente, irá impactar ainda mais às suas condições de sobrevivência.

Esse quadro sugere aos desatentos que a grande finança vem se democratizando, com propostas de equalização das oportunidades e de destravamento do crédito de consumo para todos. Em razão de esse mercado bancário-financeiro vir difundindo e ampliando alternativas de suprimento de renda, facilitadas pela concessão de crédito e acesso a produtos bancários, num contexto de escassez

de recursos e inserção do que se pode chamar de “financeirização” nas dinâmicas cotidianas (Sicré, 2009). Assim, as condições de vida das populações consideradas mais pauperizadas têm sofrido fortes rebatimentos.

Ao passo que a população pobre busca no mercado bancário-financeiro a satisfação das suas necessidades básicas mediante a oferta de “renda a mais” via crédito e produtos bancários, conduzindo-se a encontrar na esfera privada aquilo que lhe faltou de sustento e que não foi possível obter a partir do trabalho e da provisão estatal, via política pública, logo o mercado passa a tratá-la como um novo segmento de potencial consumo. Isso porque “nada impede que as empresas financeiras se utilizem do excedente de dinheiro [...] para ingressar em quaisquer negócios que aparentem ser os novos segmentos em crescimento, em proveito de seus clientes prediletos e, é claro, de si mesmas. (Streeck, 2012, p. 53).

Evidencia-se que os produtos bancários disponíveis à população de baixa renda vão desde a conta corrente que servem para realizar transações financeiras, receber salários ou benefícios sociais e pagar contas, como também o cartão de crédito, a poupança, o microcrédito, o crédito consignado, os seguros, as operações PIX, as recargas de celular, dentre outros.

Não sem motivo, a atual instauração e ampliação de relações bancário-financeiras junto à população considerada pobre e vulnerável economicamente revelam outro fenômeno, que se mostra intimamente articulado, chamado de “financeirização da pobreza”, cuja implicação central seria “transformar a população pobre em um sujeito financeirizado definido pela falta de dinheiro e pela incapacidade de gerir os recursos para melhorar suas rendas”. (Benzaquen, 2022, p. 404).

Diante do exposto, verifica-se que o Estado brasileiro vem adotando a “financeirização da pobreza” como enquadramento da política social estatal, um processo que tem sido levado a cabo desde as primeiras décadas do século XXI, mas que tem particularidades importantes no tempo recente.

A “financeirização da pobreza” como enquadramento da política de transferência de renda do Estado brasileiro

A “financeirização da pobreza” é um conceito que vem gradualmente se expandindo e ganhando espaço no debate contemporâneo. Para fins da discussão aqui proposta, é relevante ressaltar que financeirização e pobreza são fenômenos distintos, e que na conjuntura recente brasileira apresentam alinhamentos temporais num movimento de interface que vem ganhando expansão na propagação do primeiro (financeirização) enquanto alternativa de solução do segundo (pobreza). Logo, ambos são processos que se conjugam em múltiplas facetas, podendo assumir diferentes configurações e interligações, em caminhos extremamente ambíguos, ora em combinação, ora em desacertos pelo uso de mecanismos de inclusão/exclusão, mediada em todo tempo por relações de poder estabelecidas social e historicamente. Tais relações privilegiam inegavelmente os grupos dominantes do capital financeiro em detrimento dos segmentos pobres, os quais vão sendo moldados à natureza opressiva e de subordinação pela via do consentimento expresso pela inserção no circuito bancário-financeiro.

O fenômeno da “financeirização da pobreza” tem sido explorado recentemente por agendas de pesquisas no âmbito das ciências sociais e humanas. Dentre os estudos em evidência no âmbito nacional que adotam e desenvolvem o conceito em suas análises, destacam-se os de Sciré (2011) e Benzaquen (2022). Além de ambos os estudos, podem ser citados outros que contribuem com a investigação da expansão do setor financeiro, o endividamento e outras práticas financeiras que afetam as condições de vida das pessoas de baixa renda e as políticas públicas que estão interconectadas com essa questão. Apesar de não utilizar o termo supracitado, Lavinias (2016), Granemann (2007), Fine (2009), Lazzarato (2012), Neto; Pinheiro; Ferraz (2020), dentre outros autores, vem contribuindo com esse debate ao fornecer aportes iniciais importantes para a investigação.

Sciré (2011) e Benzaquen (2022) são algumas das referências pioneiras em âmbito nacional que utilizam e ampliam o debate sobre a “financeirização da pobreza”. Sciré (2011) utiliza o conceito para analisar o modo como o consumo atual da população com baixo rendimento é crescentemente mediado pelo acesso ao crédito. Ela adotou a expressão supracitada ao identificar, em suas pesquisas de campo, que é cada vez mais necessário o endividamento para os pobres terem acesso a mercadorias. Desse modo, é por causa do aumento da importância do crediário no consumo cotidiano da população considerada pobre que a autora reconhece esse processo como novo e abrangente na vida social.

Benzaquen (2022), por sua vez, traz análises sobre o modo como o governo Temer adotou a “financeirização da pobreza” como enquadramento da política social estatal, contribui com um diagnóstico em seus aspectos mais contemporâneos e atesta em suas análises comparativas, com os governos anteriores, a presença de dois movimentos complementares de continuidades e rupturas: (1) uma promoção indireta da financeirização articulada com as políticas de austeridade e (2) outra promoção ativa por meio da bancarização dos usuários dos programas sociais e dos programas de microfinanças voltados aos pobres.

É imemorável no Brasil o tratamento excludente da população pobre pelos serviços financeiros formais, cujo setor sempre exigiu comprovação de fonte de renda, de preferência estável, para viabilizar o acesso a seus serviços e produtos. Evidenciava-se uma condição severamente restrita do acesso dessa população ao mundo das finanças, considerada de perfil desprovido de garantias e contrapartidas a oferecer.

Assim, a exclusão financeira se manteve como um problema significativo que não está limitado a um único século, mas que ocorreu e persistiu por um período muito longo da história brasileira. A sociedade brasileira enfrenta desafios relacionados à inclusão financeira desde o período colonial até hoje, sendo ainda persistentes em inúmeras regiões do país. Contudo, assistimos nos últimos anos investidas consideráveis de esforços do Estado, junto ao mercado bancário-financeiro, na promoção e expansão da inclusão financeira de usuários de programas de transferência de renda, cuja população é caracterizada por um perfil de pobreza e vulnerabilidade econômica, social e financeira.

Como vimos, destacam-se os anos de 2003 e 2017 (em diante) como períodos de iniciação e consolidação da bancarização da população pobre, com destaque para a implementação do Programa Bolsa Família, do Plano Progredir e do Auxílio Emergencial. Benzaquen (2022) explica que houve também nesse período um au-

mento considerável no número dessas famílias com acesso ao crédito, assim como a introdução do crédito consignado enquanto uma das modalidades ofertadas pelo sistema financeiro. Essas iniciativas ilustram os esforços articulados de uma política de promoção das finanças como meio de inserção social.

O levantamento feito pelo Observatório Febraban (2020) mostra um diagnóstico inédito da bancarização, que avança em todos os seguimentos da população. Entre os entrevistados da pesquisa feita durante o período da pandemia, 84% têm conta bancária. Na população mais pobre, o uso dos recursos digitais aumentou para 55% de quem recebia até dois salários mínimos e 61% para quem tem renda entre dois e cinco salários mínimos. (Estúdio Folha, 2020).

Os dados evidenciam o advento da expansão da bancarização da população pobre, fator que abre a possibilidade real de uma esfera privada financeira mais inclusiva. No entanto, novos mecanismos e estratégias de poder podem estar à espreita desse segmento, de perfil socioeconômico vulnerável a todo tipo de manipulação e conflito dentro de um espaço ambíguo, típico do mercado, dotado de mecanismos tendenciosos que mais agravam à insegurança e vulnerabilidade, bem como pode provocar perda de bem estar.

Importante lembrar que a funcionalidade do mercado financeiro supõe a existência de uma estrutura diversificada de instituições e instrumentos financeiros que ostentam adversidades e conflitos, por tutelarem interesses privatistas da maximização do lucro. Nessa direção, as práticas injustas e de exploração no mercado bancário-financeiro podem aparecer nas taxas de juros abusivas, principalmente em empréstimos e cartão de crédito; no marketing enganoso que atrai os clientes à contratação de produtos que não são adequados às suas necessidades ou que possuem termos ocultos prejudiciais; nas vendas de produtos não desejados pelos clientes, impelidos por funcionários bancários, como seguros ou empréstimos; nas cláusulas contratuais de sentido ambíguo e assimétrico que são de difícil entendimento para consumidores de baixa renda, tornando-os ainda mais vulneráveis; nas cobranças indevidas e ações de cobranças abusivas; na falta de transparência das informações em geral, dentre outros exemplos comuns.

Não bastasse tamanha influência, a presença dominante de interesses financeiros na dinâmica interna de funcionamento da política de transferência de renda tende a enfraquecer os processos democráticos, arrefecer o dever do Estado na proteção e provisão de renda à população pobre, assim como na ampliação de políticas públicas de acesso igualitário a recursos e oportunidades que atendam às necessidades básicas e sociais. Sobre esse ponto, Jessé de Souza contribui ao explicar que o capitalismo financeiro domina pela imposição, superexploração e enganos; delinea capturar “[...] o Estado e a política para seus fins, e instaurar uma imprensa e uma esfera pública que implicam distorção sistemática da realidade” (De Souza, 2017, p. 95), que por sua vez passa a ser naturalizada e percebida como dado imutável e até necessário.

Esse é um movimento internacional e político óbvio, como estratégia de dominação que passa por um projeto de Estado que deve se isentar sucessivamente de seu papel de garantidor de direitos, mediante a redução de suas responsabilidades junto à esfera social. Nessa direção, torna-se legítima e ampliada a perspectiva privatista e individualista do mercado como instância alternativa de cidadania, ao passo que o mercado bancário-financeiro se converta na encarnação das virtudes modernas.

Considerações Finais

Diante das análises aqui correlacionadas, implica dizer que o mundo das finanças logrou construir respostas ao problema da inclusão financeira da população considerada pobre. Contudo, ressalta-se a atenção para três fatores importantes:

(1) que não é qualquer pessoa pobre que passa a ser tratada de maneira interessada pelo sistema financeiro, para além dos privilégios e distinções que tradicionalmente caracterizou a dinâmica funcional do mercado bancário-financeiro junto a sua clientela. Certamente, é a população pobre que detém renda, minimamente previsível e regular, logo possuidora de um potencial consumo que reúne condições materiais para contratar os múltiplos produtos ofertados pela prateleira financeira;

(2) a população pobre, especialmente a usuária de programas de transferência de renda, tem ampliado seu relacionamento com o mercado bancário, ora estimulada pelas facilidades e praticidades em realizar pagamentos e recebimentos de dinheiro, ora pelos incentivos e ofertas de crédito com base financeira, tendo em vista atender às necessidades básicas e à suplementação de renda para o alívio das sequelas da condição de pobreza e vulnerabilidades; e

(3) a apropriação da finança, através de múltiplos e sofisticados mecanismos de inclusão financeira e ofertas de créditos à população pobre e vulnerável, tem resultado na transformação com impetuosidade da política pública de transferência de renda num setor alinhado a corresponder aos anseios da acumulação e lucro das instituições privadas, notadamente financeiras. Logo, são enfraquecidos os processos democráticos e arrefecido o dever do Estado na proteção e provisão de renda da população pobre. Assim, o Estado a serviço da lógica e dos imediatos interesses financeiros passa a golpear a função de proteção social da política de transferência de renda e a minar por dentro o dever de assegurar a renda de subsistência que havia propiciado.

Nessa rota, o largo processo de financeirização da vida social que desponta na conjuntura recente, suscita a redefinição da noção de pobreza que passa a ser convertida em um problema eminentemente financeiro, transformada em um nicho de novas e crescentes relações de crédito que se tornam cada vez mais abrangentes. Manifesta-se aqui a “financeirização da pobreza” enquanto um dos processos singulares de exploração e perversidade, disfarçados de inclusão financeira dos pobres ao mercado bancário-financeiro, cujo conjunto de instituições opera dentro do sistema financeiro. Tais instituições vêm se apresentando instâncias alternativas, a “portas abertas”, para o alívio das sequelas da pobreza ou da escassez de renda, com implicações danosas para a população vulnerável economicamente, uma vez que passam a subjugar-las aos seus interesses e a submetê-las a dinâmica rentista e parasitária.

Referências

BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. O estímulo do governo Michel Temer à financeirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza v. 53, n.2, p. 399-436, jul/out 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.160, de 27 de setembro de 2017**. Brasília, Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: encurtador.com.br/uzNP3>. Acesso em 18 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.735, de 12 de setembro de 2003**. Brasília, Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: <http://encurtador.com.br/pJ159>>. Acesso em 18 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.820, de 18 de dezembro de 2003**. Brasília, Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: <http://encurtador.com.br/bmESX>>. Acesso em 18 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.172, de 22 de outubro de 2015**. Brasília, Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: <http://encurtador.com.br/fhEH6>>. Acesso em 18 set. 2020.

BRASIL. **Plano Progridir**: enfrentamento a desigualdade pela inclusão produtiva. Brasil, MDS, 2018.

BRASIL volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. **Jornal Nacional/G1**, São Paulo, 06 jul. 2022. Disponível em: <http://globo.com>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CRESCEM bancarização e satisfação com ação dos bancos no país. **Estúdio Folha/Observatório Febraban**, São Paulo, 11 dez. 2020. Disponível em: <http://estudio.folha.uol.com.br/observatoriofebraban/2020/12>. Acesso em: 10 out. 2023.

DE SOUZA, Jessé José Freire. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

EPSTEIN, Gerald (ed.). **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FALETTI, Felipe. Pandemia acelera bancarização e transforma setor de meios de pagamento. **CIAB FEBRABAN**, São Paulo, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://febrabantech.febraban.org.br> Acesso em: 01 set. 2023.

FINE, Ben. **Financialization and social policy**. United nations research institute for social development. Social and political dimensions of the global crisis: implications for developing countries. Genebra, 2009.

GENTILINI, Ugo et al. **Social protection and jobs responses to Covid-19**: a real-time review of country measures. Washington, DC: World Bank, 2020.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em Pauta**, Nº 20, p. 57-68, 2007.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2021.

LAVINAS, Lena. Na contramão da financeirização: preservar a provisão pública no século XXI. *Futuros do Brasil: textos para debate*. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Rio de Janeiro, p. 5-9, 2016.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Revista UFRJ** *ie*. Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-40. 2017.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **DOSSIÊ balanço crítico da economia brasileira (2003-2016)**. CEBRAP, São Paulo. V. 37, nº 02, p. 191-211, 2018.

LAZZARATO, Maurizio. **The making of the indebted man**: an essay on the neoliberal condition. Cambridge: The MIT Press, 2012.

MADER, Philip. **The political economy of microfinance**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

NETO, Horígenes Fontes Soares; PINHEIRO, Lessi Inês Farias; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. O pobre na mira do crédito: assistência social e financeirização no Brasil. **Perspectivas em políticas públicas**. Vol. XIII, nº 26, p. 229-261, mai/ago. 2020.

PANDEMIA leva à bancarização de 9,8 milhões. **Folha de São Paulo**. Caderno: Mercado. Seção: Assunto: Economia, página A19. Publicação: 19 out. 2020. Disponível em: <<http://redeclipping.com.br>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RELATÓRIO da ONU mostra que Brasil voltou para o Mapa da Fome em 2021. **CNN Brasil**, São Paulo, 12 jul. 2022. Disponível em: <<http://cnnbrasil.com.br>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ROSSI, Amanda. Consignado do Auxílio Brasil concedeu R\$ 9,5 bilhões durante segundo turno. **Uol notícias**, São Paulo. 08 dez. 2022. Disponível em: <<http://uol.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SICRÉ, Claudia. Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo. **Revista Plural**. USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 93-109, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. **Revista Piauí**, edição 79, p. 1-21, abr 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/material/o-cidadao-como-consumidor>> Acesso em 19 jan 2023.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos estudos**. Dossiê Crise Global. n. 92, 2012.

VAN DER ZWAN, Natascha. Making sense of financialization. **SocioEconomic Review**. Vol. 12, n. 1, p. 99-129, 2014.

**Políticas Sociais em
Tempos de expropriações
de Direitos**

Contrarreforma da previdência social, expropriações de direitos e implicações nas despesas previdenciárias e trabalhistas no governo Bolsonaro

Fabício Rodrigues da Silva
Elaine Rossetti Behring

Introdução

A estrutura fiscal e tributária construída ao longo dos últimos anos no Brasil, pelos governos neoliberais, tem resultado numa punção expressiva de parcelas do fundo público para a fração do capital portador de juros, por meio do engenhoso mecanismo do sistema da dívida pública. Sendo uma das principais respostas a crise capitalista, o custo da manutenção dessa estrutura mencionada tem recaído sobre a classe trabalhadora, a qual vem vivenciando historicamente a regressão das políticas sociais, sobretudo, aquelas que compõem a Seguridade Social, em especial, a Previdência Social e, ainda, o Trabalho, alvos constantes de processos contrarreformistas que expropriam os direitos sociais. Essa lógica, em muito se aprofundou na quadra histórica recente, a partir da eleição de Bolsonaro (2019 – 2022).

Nessa direção, problematizamos no presente capítulo a expropriação de direitos previdenciários promovida pela contrarreforma da Previdência Social realizada em 2019 e suas implicações nas despesas de alguns benefícios previdenciários, bem como, nas despesas dos benefícios trabalhistas. Para isso, realizamos pesquisa documental no SIGA BRASIL, levantando os dados orçamentários das funções de despesas da Previdência Social (N. 0009) e Trabalho (N. 0011), no período de 2019 a 2022. A análise dos dados e dos fenômenos sociais em questão guia-se pelo método materialismo-histórico-dialético, considerando a sua capacidade de capturá-los no movimento real das relações sociais de produção capitalista, considerando as categorias da totalidade, contradição e mediação.

O capítulo está organizado em dois itens de discussão, intitulados de “Causalidades da contrarreforma da previdência social de 2019” e “Regressão das despesas previdenciárias e trabalhistas no governo Bolsonaro”.

Causalidades da contrarreforma da previdência social de 2019

A contrarreforma da Previdência Social, seja do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos dos entes federativos, tem se constituído como um elemento histórico-estruturante do ajuste fiscal permanente brasileiro (Behring, 2003). Este permite ao Estado reduzir as despesas com benefícios e serviços direcionados aos seus segurados, o que vem a ser “positivo” no alcance das metas do *superavit primário*, mecanismo necessário ao pagamento dos serviços da dívida pública. Essa relação, não justifica, mas explica o histórico contexto de contrarreformas previdenciárias empreendidas, a todo custo, pelos governos neoliberais pós-democratização de 1988, bastando lembrar que o PDRE/MARE (1995) apontava desde suas primeiras linhas a previdência social como alvo.

Se exploramos em outros estudos essa relação, demonstrando como os instrumentos do ajuste fiscal operaram desfinanciando o Orçamento da Seguridade Social, no qual se insere o RGPS, pressionando assim, a realização das contrarreformas previdenciárias (Behring, 2021; Silva, 2023); por outro lado, não havíamos explorado, com a devida atenção, outras duas causalidades das contrarreformas previdenciárias, tarefa que optamos por enfatizar nesse capítulo que, por consequência, nos fundamentará na análise das implicações da contrarreforma da Previdência Social realizada pelo governo neofacista de Bolsonaro, por meio da Emenda Constitucional N. 103/2019.

A contrarreforma da Previdência Social não possui apenas essa razão de ser: liberar recursos públicos para o *superavit primário*. Ela também se relaciona fundamentalmente com o processo de expropriação de direitos que implica na disponibilização da força de trabalho nos termos pautados pela superexploração (Fontes, 2010) e, com o processo de transformação dos benefícios previdenciários em mercadorias comercializadas pelos fundos de pensão, pelo artifício da financeirização que atinge inúmeras políticas sociais (Granemann, 2006; Brettas, 2020). Nesse sentido, mantemos alinhamento com Boschetti (2023, p.9), para quem,

A supressão dos direitos trabalhistas e previdenciários tem o propósito de rebaixar o valor da força de trabalho, ampliar e intensificar a jornada de trabalho, obrigando-a trabalhar mais tempo, com salários mais baixos, retardar o acesso à aposentadoria, reduzir seu valor e estimular sua mercantilização, com expansão de seguros privados. Trata-se de um nítido processo de subsunção do trabalho ao capital e de expropriação de direitos a fim de disponibilizar a força de trabalho para o capital.

Isso nos leva a observar que todas as contrarreformas previdenciárias empreendidas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, possuíram uma similaridade entre as severas modificações realizadas nos direitos previdenciários, apesar das diferenciações políticas e ideológicas que cada um deles possuía, resguardando indiscutível, a tônica neoliberal.

Todas as contrarreformas realizadas nesse período incidiram sobre três pontos fundamentais: 1 – alteração, para mais, da idade mínima e tempo de contribuição para acesso, sobretudo, a aposentadoria, o que significa mais tempo de trabalho e menos tempo de gozo da aposentadoria; 2 – regulamentação gradual da previdên-

cia complementar, na qual os fundos de pensão operam se apropriando de parcelas de trabalho socialmente necessário para investir na compra de títulos públicos; e, 3 – instituição de teto previdenciário que limita o valor dos benefícios, além da criação de critérios que dificultam o alcance do valor do benefício estipulado pelo teto.

No que se refere ao último ponto, em grande medida, o processo de redução do valor dos benefícios já avançou, considerando que “os benefícios, especialmente do RGPS, estão longe de se aproximar desse teto, já que o valor médio pago em 2022 foi de R\$ 1.623,38, correspondendo somente a 22,9% do teto e a 27,0% do salário-mínimo necessário para sobrevivência” (Boschetti, 2023, p.17).

Tais pontos não só apareceram nas propostas apresentadas pelos governos ultraneoliberais a partir de 2016, mas foram radicalizados. Dito isso, nos interessa avançar, na análise das implicações sobre os direitos previdenciários a partir das modificações impostas pela contrarreforma previdenciária de 2019, uma vez que ela é costurada a partir dos principais elementos que estruturam a fracassada PEC N. 287/2016, que tratava da contrarreforma previdenciária, proposta pelo ilegítimo governo de Michel Temer, cujas linhas gerais, não só foram mantidas, mas aprofundadas na Emenda Constitucional N. 103/2019.

Embora a classe trabalhadora tenha se manifestado em posição de defensiva, de norte a sul do país, ante as propostas nefastas de Bolsonaro, a exemplo, da realização da greve geral em junho de 2019, fato é que os “representantes do povo” no Congresso Nacional, espaço democrático que foi tomado pelos blocos mais conservadores de extrema-direita nas eleições de 2018, viriam a acatar as modificações impostas pela PEC N. 06/2019, ainda que, para isso, tenham deixado para trás algumas das alterações mais catastróficas, o que não diminuiu em muito a agressividade da contrarreforma em questão.

Enviada ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro de 2019, a PEC N. 06/2019, possuía no seu texto inicial a proposta de desconstitucionalização da Previdência Social, o que significaria que as demais modificações sobre os direitos previdenciários poderiam ocorrer por meio de aprovação de leis complementares em substituição as emendas constitucionais (Brasil, 2019), simplificando, assim, a aprovação das propostas. Cabe lembrar que essa medida integrava o pacote do ex-ministro Paulo Guedes, apelidado, por ele mesmo, de DDDs: desvinculação de recursos, desindexação dos reajustes das despesas, desobrigação dos mínimos sociais previstos na CF/1988 e desconstitucionalização dos direitos sociais.

Ao ser aprovada em segundo turno pelos deputados, com 370 votos a favor e 124 votos contra, foi ratificada também pelos senadores, os quais entregaram 60 votos a favor e 19 contra, tendo sido sancionada pelo ex-presidente Bolsonaro, em 17 de dezembro de 2019, a partir de então, transformando-se na Emenda Constitucional N. 103/2019. Se por um lado, a desconstitucionalização, as alterações no BPC e a criação de contribuição direta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais não foram aprovadas, por outro, avançou um conjunto de critérios restritivos que recaíram sobre os contribuintes do RGPS, como também, do RPPS dos servidores públicos federais, aprofundando ainda mais a corrosão da proteção social previdenciária para esses segmentos.

A começar, pelo aumento da idade mínima combinada ao tempo de contribuição para acesso ao principal benefício previdenciário, a aposentadoria. A idade

mínima foi novamente alterada, elevando-se para 62 anos, mulheres e, 65 anos, homens. No RGPS, o tempo de contribuição elevou-se para 20 anos de contribuição para homens e 15 anos para mulheres, enquanto no RPPS dos servidores públicos federais, definiu-se 20 anos de contribuição para ambos os sexos dos contribuintes, havendo regras de transição nesse quesito (Brasil, 2019).

A combinação entre idade mínima e tempo de contribuição, portanto, configura uma mediação histórica e fundamental na expropriação dos direitos previdenciários, o que se torna perverso quando observarmos as condições do mercado de trabalho brasileiro, cujo profundo quadro de desocupação e informalidade, ambas em avanço na quadra histórica em análise, pouco oportunizarão o acesso a aposentadoria, sobretudo, da população negra e mulheres. Segundo Boschetti (2023, p.17):

A contrarreforma expropria direitos quando aumenta a idade e/ou tempo de contribuição, o que obrigará trabalhadores/as urbanos a trabalhar por mais tempo, e, portanto, contribuir por mais anos e receber o benefício por menos tempo, já que a dramática condição de desemprego e precarização das relações de trabalho indicada anteriormente dificulta a manutenção do tempo efetivo de contribuição requerida e obrigará homens e mulheres a trabalhar muito além da idade mínima estabelecida (65 anos/homens e 62/mulheres). Hoje, segundo dados oficiais divulgados em fevereiro de 2022 pelo INSS, 34,58% dos/as trabalhadores/as ocupados/as não contribuem para nenhum regime de previdência; se somamos a estes também os/as considerados/as desocupados/as, subocupados e força de trabalho potencial sem trabalho, temos 58 milhões de trabalhadores/as expropriados/as do direito ao trabalho e à previdência social, ou seja, mais da metade da população em idade de trabalhar. Entre as/os trabalhadoras/es domésticas/os, o universo de não contribuintes praticamente reproduz o universo total, chegando a 34,39%, sendo a maioria mulheres, o que hipoteca a possibilidade de acessar direitos como FGTS, auxílio desemprego, auxílio-doença, aposentadoria e pensões. O caráter misógino da nova lei reforça ainda mais a estrutura patriarcal das relações sociais, pois as mulheres sofrem as expropriações de forma mais intensa que os homens, já que suas taxas de desemprego são superiores à eles, recebem salários e aposentadorias menores, são minoria entre quem recebe benefícios de aposentadoria (49 milhões contra 51 milhões de homens) e o valor médio das aposentadorias recebidas (R\$ 1.513,44) é inferior à dos homens (R\$ 2.019,43), não chegando a 75% do seu montante [...].

A expropriação avançou também por meio do artifício do cálculo aplicado para composição do valor da aposentadoria, seguindo a tendência das contrarreformas anteriores, o qual foi alterado no sentido de aprofundar o rebaixamento do valor do benefício. A contrarreforma impôs, para ambos os regimes, RGPS e RPPS dos servidores públicos federais, o cálculo que considera a média de todas as contribuições realizadas, não havendo mais a exclusão de 20% das contribuições mais baixas. Esse critério não se aplica, apenas, aos servidores e servidoras que ingressaram no funcionalismo público até o ano de 2003, sendo mantida para esses a aposentadoria integral, cujo valor do benefício corresponderá ao último salário, desde que se aposentem com a idade mínima de 65 anos, se homem e, 63, se mulher (Brasil, 2019). Boschetti (2023, p.17) também problematiza esse critério, para quem:

Também a conjugação da idade mínima e tempo de contribuição, acrescida das mudanças nas regras de cálculo do valor dos benefícios reduzirão o montante da aposentadoria. Esta será calculada pela média aritmética simples de 100% dos salários de contribuição, sem exclusão dos menores salários, o que puxará o valor médio para baixo [...] o valor da aposentadoria será menor porque corresponderá a 60% daquela média (na regra anterior esse percentual era de 85%). Embora esteja previsto um acréscimo de 2% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, para os homens, e de 15 anos para as mulheres, a autora sinaliza que para alcançar o valor da aposentadoria integral (100% da média) serão necessários 40 anos de tempo de contribuição (480 contribuições) para os homens, e 35 anos de contribuição (420 contribuições) para as mulheres, o que obrigará homens e mulheres a trabalhar muito mais tempo do que o estabelecido no tempo mínimo de contribuição para conseguir alcançar um valor mais elevado de aposentadoria [...].

A pressão provocada pelo ajuste fiscal permanente (Behring, 2021), no sentido de aumentar a capacidade de formação do *superavit* primário, também implicou na modificação das alíquotas de contribuição de ambos os regimes, as quais se tornaram progressivas. Com o discurso de taxaço proporcional e justa, a contrarreforma reduziu a alíquota inicial para 7,5%, incidente sobre o salário de contribuição no valor de até R\$ 1.302,00. No entanto, aumentou a última faixa para 14% sobre os salários de contribuição entre R\$ 3.856,95 até R\$ 7.507,50, dos trabalhadores e trabalhadoras do RGPS, conforme tabela atualizada em 2023. Anteriormente, as alíquotas variavam entre 8% e 11%. No RPPS, as alíquotas passaram a variar entre 7,5% e 22%, para aqueles que não aderiram a FUNPRESP, do contrário, os que aderiram à referida “previdência” complementar terão a alíquota máxima em 11,69% (Brasil, 2019), o que demonstra nitidamente a estratégia do governo de estimular a adesão à FUNPRESP, cujos vínculos com os processos de financeirização tem sido largamente apontado.

A redução do valor dos benefícios também se aprofundou com as regras que incidiram sobre a aposentadoria por incapacidade permanente e da pensão por morte. No primeiro, o valor do benefício corresponderá a 60%, acrescido de mais 2% correspondentes por ano de contribuição que exceda os 20 anos de contribuição. Já no segundo, ocorre significativa redução da pensão por morte, que passa a ser de 50% do valor do benefício para o conjugue, acrescido de 10% por dependente, se houver, respeitando o limite de 100% do valor da pensão (Brasil, 2019).

Uma imposição inédita imposta pela contrarreforma em questão se refere ao limite de acumulação de benefícios. Tomando como exemplo a pensão por morte e a aposentadoria, não é mais permitido a mesma pessoa acumular 100% de ambos os benefícios, exceto algumas categorias previstas na Emenda Constitucional (Brasil, 2019).

Essas foram algumas condições que pautaram a nova rodada de expropriações dos direitos previdenciários da classe trabalhadora brasileira, empreendida pelo governo de Bolsonaro. Mantemos acordo com Behring (2021, p.218), quando destaca que “pensamos que esse é um processo claro de expropriações dos meios de vida dos trabalhadores e que vai gerar um generalizado e ainda mais ampliado que hoje, contexto de empobrecimento da população no médio prazo”. Trata-se,

portanto, de uma conjuntura na qual o governo em questão radicalizou a corrosão da essencialidade da Previdência Social brasileira, desvirtuando sua histórica finalidade de comparecer na vida da classe trabalhadora (Silva, 2021).

As modificações impostas pela contrarreforma da Previdência implicam na negação dos benefícios previdenciários, ou sua concessão, porém, com um valor reduzido, nas circunstâncias mais delicadas em que se encontram os trabalhadores e trabalhadoras, como na velhice e no adoecimento. E assim como na contrarreforma trabalhista, a contrarreforma previdenciária também afeta e afetará distintamente os segmentos que integram a classe trabalhadora, a partir das diferenciações de gênero, raça-etnia, faixa etária e região, que estruturam o mercado de trabalho brasileiro.

Esses são elementos factuais que mostram, a nosso ver, a desigualdade de condições intraclasse trabalhadora para inserção no mercado de trabalho no país, o que incidirá no acesso também desigual a previdência social, entre outros direitos. Assim, a contrarreforma atinge a classe trabalhadora na sua totalidade, mas, de forma particular, mulheres, negros e negras (Behring, 2021, p.222).

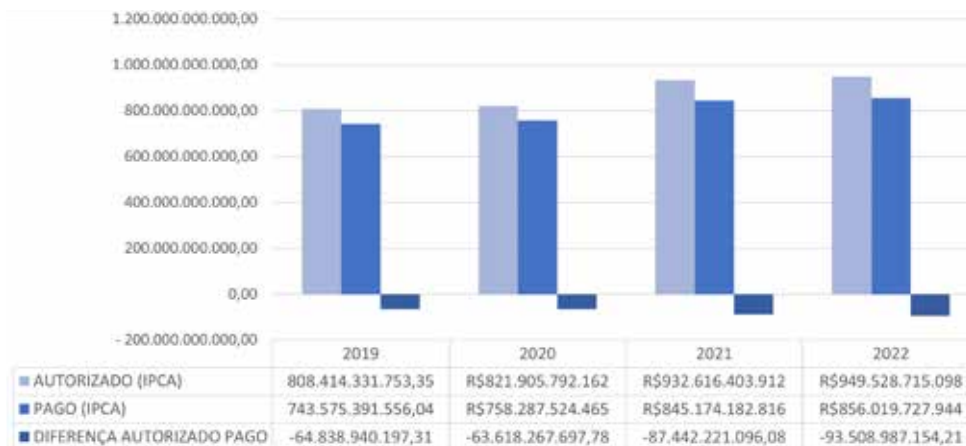
Essas modificações se deram numa conjuntura na qual o desfinanciamento da política social brasileira já se expressava significativamente, tanto no conjunto dos benefícios e serviços operados pelas políticas de Saúde, Assistência Social e Educação, bem como, nas políticas de Previdência Social e Trabalho, segundo os números orçamentários dramáticos relativos às despesas de importantes benefícios previdenciários e trabalhistas, os quais passaremos a analisar com ênfase no próximo item de discussão. Ademais, essa combinação, implicou no aumento do empobrecimento da população, sobretudo, no contexto de calamidade pública provocada pela pandemia de COVID-19, que teve seu ápice entre 2020 e 2022.

Regressão das despesas previdenciárias e trabalhistas no governo Bolsonaro

A regressão de importantes despesas relativas aos serviços e benefícios das políticas sociais, durante o governo Bolsonaro, ocorreu muito em função da pressão provocada pelo teto dos gastos instituídos no NRF, aprovado pela Emenda Constitucional N. 95/2016, já que os gastos com serviços são qualificados como discricionários, cuja execução depende da avaliação do governo. Já em relação aos benefícios monetários operados pela Previdência Social e Trabalho, são despesas consideradas ainda obrigatórias, as quais, pelo princípio constitucional da irredutibilidade, não podem sofrer redução no valor dos benefícios que, inclusive, são vinculados ao salário-mínimo e pelo teto previdenciário, ambos reajustados anualmente.

Nesse sentido, entre as principais razões que levaram à regressão desses benefícios, ao nosso ver, estão as alterações restritivas realizadas nas contrarreformas anteriores, as quais impuseram exigências e critérios extremamente difíceis de serem cumpridos, reduzindo, assim, o acesso da classe trabalhadora aos benefícios ou, quando acessam, recebem benefícios com valores muito abaixo do necessário para sobreviver. A seguir, os dados no gráfico 1 fornecem o retrato dessa regressão no âmbito da Previdência Social.

Gráfico 1: Despesas Função Previdência Social de 2019 a 2022 – autorizado, pago e diferença, IPCA, valores em milhões de R\$



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 13 jun. 2023.

A média anual de despesas da Previdência Social no período analisado foi de R\$ 800,7 bilhões, o que faz dela a maior – do ponto de vista de alocação de recursos – entre as demais políticas que compõem a Seguridade Social, a Saúde e Assistência Social, que vem ocupando as 2ª e 3ª posições, respectivamente, além de ser a 2ª maior despesa no Orçamento Geral da União, evidenciando sua grandiosidade e importância para a sociedade brasileira, em especial, no que se refere à distribuição de renda de milhares de trabalhadores(as), sendo fundamental nas economias dos municípios, conforme aponta Silva (2021, p.8):

A previdência social também é vital para dinamizar a economia dos municípios. Pesquisa da ANFIP sobre o tema, mostra que em 2017 foram pagos mais de 34 milhões de benefícios do RGPS, cujos valores superaram a arrecadação em 87,9% dos municípios, ou seja, em 4.896 municípios. Nessas cidades, os recursos advindos dos benefícios previdenciários superaram também a receita do Fundo de Participação dos Municípios (ANFIP, 2019). Esta é uma amostra do peso social e econômico do RGPS para o conjunto da sociedade.

É justamente a magnitude de recursos que esta mobiliza, contrariando o falacioso discurso de *déficit* previdenciário, que a coloca sempre na mira dos processos de financeirização, cujo capital financeiro tem tentado a todo custo capitalizar os direitos previdenciários, tornando-os mercadorias rentáveis no processo de apropriação de valor, ao mesmo tempo que sua magnitude orçamentária ancora os instrumentos do ajuste fiscal permanente que operam transferindo seus recursos para o *superávit* primário.

Quanto ao suposto *déficit* previdenciário, é importante enfatizar que a metodologia tendenciosa utilizada pelo governo resume o orçamento da Previdência

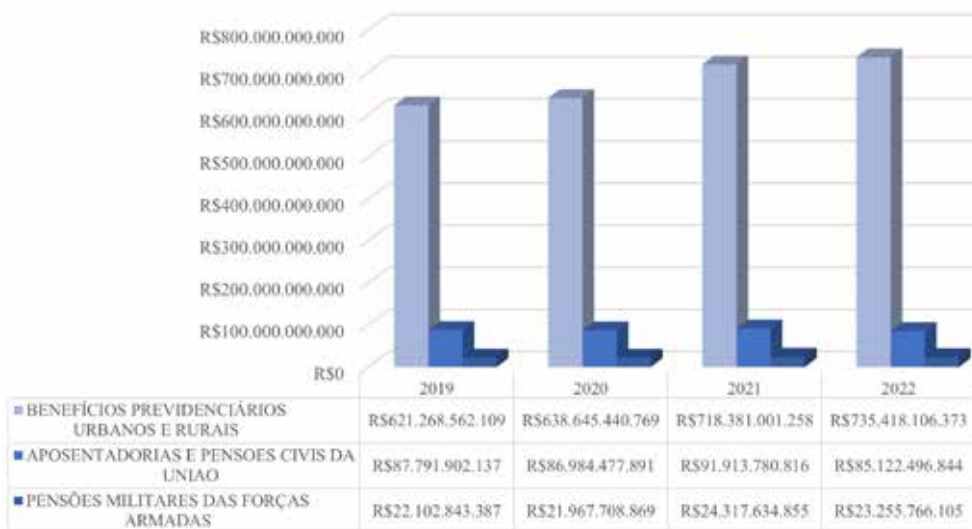
Social à contribuição folha de pagamento, aquela paga pelos(as) trabalhadores(as), além dos empregadores no âmbito do mercado de trabalho formal, sendo ela apenas uma contribuição entre outras contribuições sociais que compõem o OSS. A alegação do *déficit* tem sido uma permanência no ajuste fiscal brasileiro.

Seguindo em nossas análises, podemos observar que a função Previdência Social registra valores pagos inferiores aos valores autorizados, cujo montante acumulado no período ultrapassa a marca dos R\$ 309,4 bilhões, cifra que se aproxima do total do orçamento da Função Trabalho nos quatros anos analisados, como demonstraremos a seguir.

Foram pagos em relação aos valores autorizados em 2019, 2020, 2021 e 2022, 91,98% 92,26%, 90,62% e 90,15%, respectivamente, obtendo a média anual de pagamento de 91,25% no período. Do ponto de vista da tendência orçamentária, as despesas na Previdência Social não registraram queda no ano de 2020 em relação a 2019, mas tiveram pífio crescimento de 2%. Já em 2021, o crescimento avançou para 11% em comparação ao orçamento de 2020, despencando para 1% em 2022, em relação ao que havia sido pago em 2021, o que faz dele o menor crescimento entre os anos analisados. Os dados nos permitem inferir que, no período analisado, a variação da função em questão foi de crescimento de 4%, percentual baixo e que pode ser explicado pela involução do crescimento tanto do valor dos benefícios, sendo a grande parte das aposentadorias e pensões calculados com base no salário-mínimo, como também, pela queda de benefícios em virtude do crescimento nos óbitos, além de indeferimento de novos benefícios, como discutiremos mais à frente.

No gráfico 2, detalhamos as três principais ações orçamentárias da função Previdência Social, no intuito de contribuir na análise das despesas nessa importante área.

Gráfico 2: Três maiores ações orçamentárias de despesas no total da função Previdência Social – Pago, 2019 a 2022, valores em milhões de R\$



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 13 jun. 2023.

As três maiores ações orçamentárias de despesas da função Previdência Social totalizam a média de 99,61% de participação no período analisado. Os benefícios previdenciários urbanos e rurais alocam recursos na expressiva média de 85,46% do total da função, vindo na sequência, aposentadorias e pensões civis da união, com média de 11,13% de participação e, pensões militares das forças armadas com 2,89% de participação, cuja presença desta última neste orçamento de benefícios próprios do RGPS, financiado com contribuições sociais do OSS é, ainda, uma incógnita, já que o pagamento de tais pensões é de competência do Tesouro Nacional, uma vez que o pagamento das pensões militares e da remuneração da inatividade não tem natureza contributiva, conforme prevê o Decreto Lei N. 667/69. Isso vem acontecendo ao longo dos governos, mas nos parece inconstitucional.

A ação orçamentária benefícios urbanos e rurais foi a única a não sofrer redução na série histórica analisada, mas também, não registrou grandes crescimentos, considerando que no ano de 2020, essa cresceu 3% em relação a 2021, crescendo mais 12% em 2021, comparado ao ano de 2020 e, caindo para um crescimento de apenas 2% em 2022, levando em consideração o ano de 2021, acumulando, logo, crescimento de 4% no período estudado.

Aposentadorias e pensões civis da união, sofreu redução de 1% no orçamento de 2020 em comparação ao de 2019, recuperando-se em 2021 com crescimento de 6% em comparação ao ano de 2020, mas voltando a sofrer redução de 7% em 2022, levando em consideração o ano de 2021, acumulando, portanto, redução de 1% no período analisado. Pensões militares das forças armadas também registrou redução de 1% no orçamento de 2020 em comparação ao de 2019, no entanto, recuperou-se em 2021 com crescimento de 11% em comparação ao ano de 2020, apesar também de voltar a redução de 4% em 2022, levando em consideração o ano de 2021, acumulando, assim, crescimento de 1% no período examinado.

Tanto o baixo crescimento da ação orçamentária benefícios previdenciários urbanos e rurais e a redução ocorrida na ação orçamentária aposentadorias e pensões civis da podem estar relacionadas diretamente com o aumento de óbitos provocados no contexto pandêmico, uma vez que havíamos alcançado a lamentável marca de mais de 692 mil mortos em dezembro de 2022 (G1, 2022), dentre esses, idosos aposentados e demais beneficiários, mortes que poderiam ter sido evitadas se não fosse a ação irresponsável e criminosa do governo neofacista de Bolsonaro (Badaró, 2020; Behring, 2021).

Note-se, também, que o programa voltado aos militares teve uma evolução positiva, o que denota a forte presença deste setor no governo em questão, em busca, também, de benefícios econômicos, conforme aponta Badaró (2020, p.209):

A forte presença militar no governo pode ser entendida como uma garantia de exercício de poder por Bolsonaro. Mas é preciso lembrar que ela também possui um elemento econômico-corporativo forte. Ocupando tal espaço e posição de força no interior do Estado, os oficiais militares não apenas escaparam da reforma da previdência como, na contramão da política de austeridade implantada pela área econômica, elevaram seus vencimentos, melhoraram o plano de carreira e conseguiram elevar a fatia de gastos militares no orçamento em quase 11%.

Voltando às razões da evolução das despesas previdenciária, se o contexto pandêmico provocou a morte de muitos beneficiários e, por consequência, implicou no baixo crescimento das despesas previdenciárias, igualmente contribuiu para esse quadro o exorbitante número de benefícios indeferidos e, ainda, o aprofundamento da morosidade na análise dos requerimentos de benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), muito em razão do desmonte do quadro de pessoal dos servidores técnicos e analistas do seguro social, incluindo, da área de Serviço Social. Conforme aponta Silva (2021, p.11):

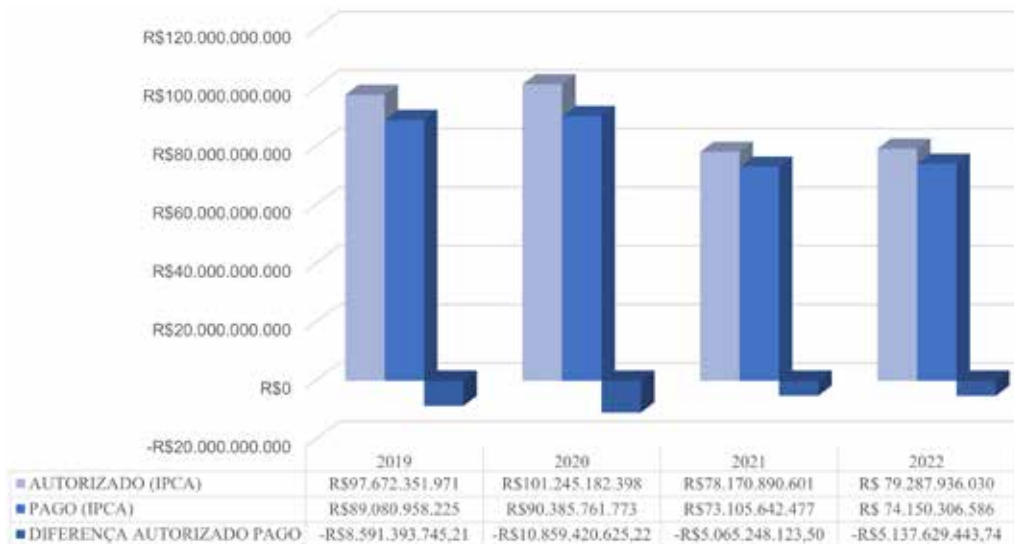
Em 2019 foram concedidos 5.190.239 benefícios pelo INSS. E, indeferidos 4.201.320, ou seja, 8,01% a mais do que em 2018 (BRASIL, 2021b, p. 49). Em 2020, foram concedidos 4.868.146 benefícios, isto é, -6,21% do que em 2019. Já os indeferidos em 2020 foram 4.463.911- um aumento de 6,25% em relação a 2019 (BRASIL, 2021b, p. 49). Na pandemia, o número de benefícios com pendências de análise também cresceu. Em abril de 2021, esse número atingiu quase dois milhões, ou seja, 1.900.391 benefícios. Deste total, 76,9% dependiam de providências do INSS e 1.262.217 aguardavam análise há mais de 45 dias - prazo legal máximo para o INSS processá-los [...].

O aprofundamento do desmonte da estrutura do INSS foi uma opção política empreendida pelo governo Bolsonaro, incluindo aí a redução do quadro de pessoal, para o qual, não foi realizada reposição por meio de concurso público. A razão de ser dessa medida, conforme indicam os dados, é dificultar o acesso aos benefícios, aumentando exorbitantemente o tempo na fila de espera. Cabe lembrar que o governo em questão chegou a convocar em torno de sete mil militares da reserva para atuarem no INSS, analisando os requerimentos dos benefícios. Essa medida, distante de resolver o problema estrutural em questão, configurou-se em mais uma estratégia autoritária de privilegiar os militares, cujo gasto chegaria a absurda cifra de R\$ 14,5 milhões mensais (CUT, 2020).

O baixo crescimento da ação orçamentária benefícios previdenciários urbanos e rurais está associado a desvalorização do salário-mínimo no período de 2019 a 2022, outra consequência dos ataques proferidos pelo governo neofacista e ultraneoliberal de Bolsonaro contra a classe trabalhadora, o que decorre de o governo em questão ter extinto a política de valorização do salário-mínimo em 2019, e ter vinculado a correção do mesmo ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que considera a inflação entre o público cuja renda é composta por até cinco salários-mínimos, o que resultou em quatro anos sem aumento real.

Se, por um lado, as despesas com previdência sofreram evolução vegetativa no período, por outro, não podemos dizer o mesmo sobre as despesas relacionadas à proteção social trabalhista. Elas foram fortemente afetadas nessa quadra histórica, comprovando a eficácia das nefastas medidas impostas contra os direitos trabalhistas, realizadas ainda no governo de Dilma Rousseff e aprofundadas nos governos ultraneoliberais de Michel Temer e Bolsonaro. A seguir, o gráfico 3 ilustra o comportamento das despesas da função Trabalho.

Gráfico 3: Despesas Função Trabalho de 2019 a 2022 – autorizado, pago e diferença, IPCA, valores em milhões de R\$

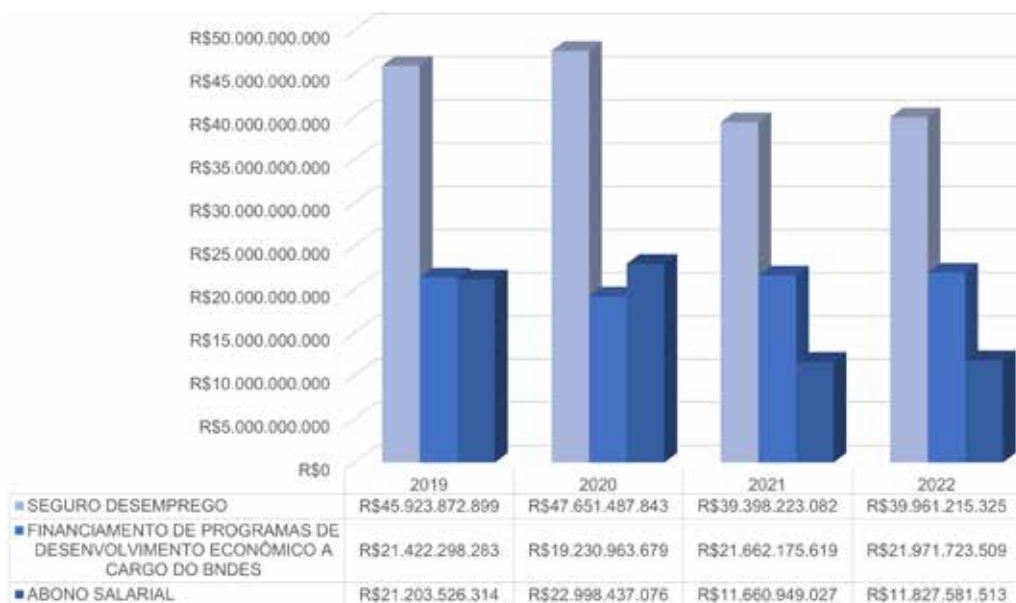


Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 13 jun. 2023.

Os dados dispostos no gráfico 3 evidenciam uma média anual de despesa na função trabalho em torno de R\$ 81,6 bilhões no período analisado, chamando-se atenção ao fato da redução entre o valor pago efetivamente e o que havia sido autorizado, já que a diferença nos quatro anos acumula mais de R\$ 29 bilhões. Em todos os anos da série histórica, os valores pagos foram inferiores aos valores autorizados, sendo pago em 2019, 2020, 2021 e 2022, 91,20%, 89,27%, 93,52% e 93,42% do valor autorizado, respectivamente.

Observamos, ainda, a tendência expressiva de queda na despesa da função trabalho no ano de 2021, sendo o valor pago 19% menor em comparação ao valor pago no ano de 2020. Já os anos de 2020 e 2022 não registraram queda, no entanto, tiveram pífio crescimento de 1% em relação aos anos que os antecedem, não repondo a significativa redução ocorrida em 2021. No período analisado, a variação da função trabalho sofreu queda de 4%, revelando a redução na totalidade do orçamento, tornando necessário apontar em que benefícios tal redução incidiu, fato que podemos desvendar analisando as três maiores ações orçamentárias da função, que seguem no gráfico 4.

Gráfico 4: Três maiores ações orçamentárias de despesas no total da função Trabalho – Pago, 2019 a 2022, valores em milhões de R\$



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 13 jun. 2023.

As três maiores ações orçamentárias acima representam a média de 99,45% de toda a função Trabalho no período analisado. Em 1º lugar, o seguro-desemprego é quem mais mobiliza recursos, cuja alocação alcança a média de 53,01% da função no período, seguido da ação financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES, que mobiliza a média de 26,15% dos recursos e, por último, o abono salarial, cuja média no período é de 20,29% de participação.

Podemos apontar que a redução de 4% da função trabalho no período analisado recaiu exclusivamente sobre as ações orçamentárias do seguro-desemprego e abono salarial, sendo elas as que mais sofreram redução. O seguro-desemprego teve crescimento de 4% em 2020 em comparação ao ano de 2019, no entanto, seu orçamento foi 17% menor em 2021 comparado ao de 2020, crescendo apenas 1% em 2022 comparado a 2021, o que implica reconhecer que os pífios aumentos não repõem a significativa redução em 2021. Já no abono salarial, a redução se complexifica. Ocorre um crescimento de 8% em 2020 em comparação a 2019, o que é insignificante quando observada uma brutal redução de 49% no orçamento em 2021 comparado ao de 2020, seguindo com aumento pífio de 1% em 2022 em comparação ao ano de 2021. Seguro-desemprego e abono salarial, assim, acumulam no período redução de 3% e 13%, respectivamente.

Essa realidade assusta quando lembrado que tal redução ocorre no segundo ano pandêmico provocado pela COVID-19, coincidindo com o primeiro ano de orçamento elaborado e executado pelo Governo neofascista e ultraneoliberal de

Bolsonaro, o que exprime que ele não mobilizou esforços para enfrentar as consequências que atingiam e ainda atingem o campo do trabalho, o que requisitaria mais investimentos na área, algo não verificado, conforme os dados.

É importante destacar que naquele momento histórico, vários trabalhadores haviam perdido seus empregos, cuja desocupação no país chegou a alcançar 9,3%, aumentando a demanda pelo seguro-desemprego, além do aumento no quadro da informalidade, que alcançou a marca de mais de 39 milhões de pessoas (IBGE, 2024), o que confirma a necessidade da população de buscar alguma forma de renda diante da severa crise sanitária que aprofundava a situação de insegurança alimentar de grande parcela da população, já que o governo optava pelo negacionismo e desprezo, o que significa, portanto que a volta do Brasil ao mapa da fome, no contexto pandêmico, foi resultado também de opção política do governo de Bolsonaro.

Ao nosso ver, um outro determinante implicou nesta brutal redução no orçamento do abono salarial, qual seja, as alterações de regras sofridas por meio da Lei N. 13.134/15, aprovada no governo Dilma Rousseff, que impuseram, para cálculo do benefício de até um salário-mínimo, a proporcionalidade do tempo de serviço cumprido de, no mínimo, 180 dias ininterruptos de trabalho no ano anterior ao do pagamento do benefício, o que significa que a interrupção dos muitos vínculos de trabalho com carteira assinada em 2020, em virtude do contexto pandêmico, reduziu a formação do valor do benefício pago em 2021.

Considerações finais

Combinando os dados orçamentários relativos às despesas apresentadas, podemos visualizar o nível de avanço da expropriação sobre os principais direitos previdenciários e trabalhistas da classe trabalhadora brasileira no período em foco, ainda que no contexto de um duradouro ajuste fiscal. Os números vistos com empolgação pelas alas conservadoras e ultraneoliberais do país, são resultantes diretas daquelas modificações empreendidas paulatinamente sobre as legislações da Previdência Social e do Trabalho, além de outros mecanismos de desmonte, como por exemplo, a desestruturação das agências do INSS e do seu quadro de recursos humanos.

Não restam dúvidas de que o pífio crescimento de 4% das despesas da Previdência Social e a queda de 4% das despesas relativas ao Trabalho, em grande medida, contribuíram para a formação do *superavit* primário no governo neofacista de Bolsonaro, o que coloca em evidência a natureza política e de classe, desse mecanismo que garante o pagamento dos serviços da dívida pública, meio pelo qual as frações do capital portador de juros abocanham significativa parcela de fundo público, à custa do sacrifício da maioria da população brasileira.

Referências

BADARÓ, Marcelo Mattos. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de Direitos, Superexploração e Desigualdades de Classe, Gênero e Raça no Brasil Recente. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Os Direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo**. São Paulo: Editora Usina, 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, DF. Disponível em: encurtador.com.br/pBDY4. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRETAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Bolsonaro privilegia militares ao convocar reservistas para trabalhar no INSS. **CUT**. 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-privilegia-militares-ao-convocar-reservistas-para-trabalhar-no-inss-b9f8>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

G1. Brasil registra 282 novas vítimas de Covid; média de mortes continua em alta. **G1**. 12 dez. 2022. Disponível em: <https://abre.ai/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: uma história de desconstrução e de saques**. 1 ed. Rio Janeiro: Mauad X, 2019.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da “previdência privada”**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Painel da PNAD Contínua. **IBGE** 19 mar. 2024. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. **Textos e Contextos**. V. 20, n. 1, p. 1-16, jan./dez. 2021.

SILVA, Fabrício Rodrigues da. **Contrarreformas e desfinanciamento da Previdência Social e Trabalho em tempos ultraneoliberais (2016 a 2022)**. 2023.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A centralidade do Trabalho Social no SUAS

Robéria Dantas Marques
Emanuel Luiz Pereira da Silva
Marinalva de Sousa Conserva
Maria da Conceição Silva Felix

Introdução

Este texto traz uma reflexão acerca das interpelações entre a questão social e o trabalho social no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), especialmente no contexto da crise socio sanitária da Covid-19. A relevância desse estudo reside na elucidação de indicadores que contribuem no debate acerca da atuação de profissional dos(as) Assistentes sociais que atuam cotidianamente no atendimento das acirradas expressões da questão social agudizadas pela pandemia da Covid-19.

Parte-se da compreensão de que o trabalho social no âmbito do SUAS consequentemente às condições laborais estabelecidas na ação cotidiana estão inseridas no contexto de flexibilização e precarização do trabalho. Considera-se, ainda, alguns agravantes, tais como sentimento de medo e adoecimento, diante ameaça concreta de ameaça à vida. Por outro lado, é de peculiar importância mobilizar a categoria e a todos na luta pela manutenção da democracia, a fim de que possamos, num futuro bem próximo, garantir a existência e a permanência do SUAS, melhorando sua estrutura e as condições de trabalho para todos que atuam junto às famílias e indivíduos que, por sua vez, vivenciam os difíceis tempos de barbárie.

É a partir da capacidade de projetar intelectualmente o seu trabalho e ser capaz de criar meios e instrumentos de trabalho que o homem se define como ser social. Nesse sentido, Iamamoto (2008, p. 60), ao fazer uma aproximação à teoria marxista para compreender o significado social da profissão do assistente social, entende que “o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens, portanto, distinto da natureza”.

Assim, compreende-se que o trabalho profissional da/o assistente social está inserido em processos coletivos de trabalho, que perpassam pela relação com diversas condicionantes, sejam elas internas ou externas. Contudo, como toda profissão, a sua ação incide sobre determinado objeto, ou seja, quando nos referimos ao objeto do Serviço Social, estamos nos referindo às complexas expressões da “questão social”.

A “questão social” deve ser compreendida como movimento sociopolítico inerente à própria estrutura social do capitalismo, definindo-a como um crescimento progressivo da pobreza na mesma proporção em que a riqueza, sustentada pelo movimento das forças produtivas, assentada na relação contraditória entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza social. (Netto, 2009, p. 56). A questão social não é senão as expressões do processo de desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como trabalhador.

O Trabalho dos/as Assistentes Sociais na Política Nacional de Assistência Social - rebatimentos da crise da Covid-19

A partir de 2003, com a chegada ao governo federal de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), a população brasileira, passou a vivenciar a ampliação das políticas públicas, conheceu de perto os equipamentos das diversas políticas sociais, espaços de diálogos, de escutas, que passaram a ter no seu locus de vivência os profissionais antes vistos apenas a distância, como advogados, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais.

A Política de Assistência Social adquiriu centralidade no enfrentamento das expressões da “questão social” e, em virtude da descentralização das políticas sociais e o conseqüente aumento da sua materialização a partir dos serviços no âmbito dos municípios, hoje existem diversos programas, serviços e benefícios socioassistenciais que são implantados e implementados nos municípios, independentemente do seu porte, conforme preconiza a PNAS (2004), a NOB SUAS (2005) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

O combate à pobreza desenvolvido nos governos Lula e Dilma, a partir da centralidade da Política de Assistência Social e seus programas de transferência de renda, evidenciou também um expressivo aumento dos espaços sócio-ocupacionais para as/os assistentes sociais em todo o país. Nesse sentido, Yamamoto (2008) defende que “[...] para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social”.

Diante da ampliação da Política de Assistência e dos respectivos espaços sócio-ocupacionais por ela implementada, as/os assistentes sociais se tornaram profissionais de referência, tanto nesses espaços, efetivando junto à população as ações desses serviços, mas também atuando na estruturação, organização, elaboração de Planos de Ação, Planos Plurianuais da Política de Assistência Social e no controle social.

Yamamoto (2008) compreende que “a municipalização das políticas públicas vem redundando em uma ampliação do mercado profissional de trabalho”. Contudo, a autora sinaliza que,

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (Yamamoto, 2008, p. 20).

No entanto, o trabalho na referida política é permeado por tensões que derivam do próprio desenvolvimento da assistência social no Brasil na perspectiva do favor, clientelismo e primeiro-damismo; das tensões contemporâneas que conformam seu aparato legal-normativo permeado por concepções social-liberais que responsabilizam o indivíduo por sua condição de pobreza; o apelo às ações de controle das condutas dos usuários como requisito para o acesso aos benefícios; e ao próprio conservadorismo profissional, entre outras. Desse modo, em meio à ação profissional, tem-se observado com frequência, posicionamentos (neo)conservadores que vêm impactando fortemente a vida das/dos assistentes sociais.

Com atuação que perpassa tanto pela execução final da políticas sociais quanto pela formulação e gestão, em especial na política de Assistência Social, a/o assistente social tem vivenciado um duplo movimento, pois, de um lado, enfrenta cotidianamente as demandas que são postas pelo acirramento das complexas expressões da “questão social”, do acirramento da pobreza e da miséria em detrimento dos atuais congelamentos, cortes no orçamento das políticas sociais, retirada de direitos – a exemplo dos cortes do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, de outro lado, como trabalhador/a assalariado/a, enfrenta os desafios dos espaços precarizados de trabalho, dos baixos e congelados salários e descontinuidade dos serviços.

Nesse contexto de desconstrução de tudo que vinha se consolidando desde 1988, a partir das garantias constitucionais e lutas de diversas categorias profissionais, desconstrução que foi acelerada e institucionalizada no governo atual, as/os assistentes sociais se deparam, mais uma vez, com a insuficiência de recursos financeiros para a efetivação das ações, com a descontinuidade dos recursos e ainda com a crescente demanda de famílias em situação de extrema pobreza e exclusão social. São, portanto, novos desafios, que perpassam desde março de 2020 pelo enfrentamento da pandemia da covid-19, mas também pelos desafios em enfrentar a realidade que a pandemia escancarou: aprofundamento da pobreza, do desemprego, da crise ambiental, entre outros.

Marques (2022), em seus achados de pesquisa sinaliza em termos de organização do SUAS, com fontes primárias de trabalhadoras/es que atuam no âmbito da atenção direta ao público (serviços, programas e projetos) e das que estão desempenhando suas funções nas atividades de gestão. Em termos do perfil e área de atuação, evidenciou-se uma presença maior das/os profissionais nos serviços socioassistenciais, correspondendo à própria organização desse sistema, cujo crescimento da rede territorializada ganhou envergadura em seu processo de implementação.

No Brasil, não foi a crise sanitária que provocou todas as outras crises, mas a crise sanitária escancarou e acirrou a crise financeira e social que já se tinha a partir de 2016, com o governo Michel Temer, e que se intensificou com o governo Bolsonaro. Aproveitando-se das fragilidades do contexto da pandemia, o governo de Jair Bolsonaro implementou no país inúmeras ações que visam a minimizar cada vez mais o Estado brasileiro através das mais diversas ações de retiradas de direitos, reformas, inclusive em áreas estratégicas, a exemplo da educação superior, com cortes nos orçamentos que rebatem diretamente no repasse dos recursos e obviamente nos serviços ofertados, inclusive com suspensão de bolsas de pós-graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES) e assim comprometendo tanto a formação quanto a pesquisa e a extensão.

Assim, para além da situação sanitária que teve, *a priori*, a capacidade de letalidade negada; liberação das fronteiras do Estado brasileiro para livre trânsito de pessoas originárias de outros países que já vivenciavam a pandemia; ausência de um plano nacional para enfrentamento da pandemia; a não garantia de recursos para os órgãos científicos na produção de vacinas, a exemplo do Butantã; culpabilização de outros países pela pandemia; relações pouco diplomáticas com outras nações, a exemplo da China, no tocante à possibilidade de aquisição de insumos para a produção e aquisição de vacinas; baixa oferta de testes em massa para a população, negação de medidas preventivas, como o uso de máscaras e isolamento social; dentre outros aspectos, o país passou a vivenciar diversas crises: econômica, social, política, institucional.

É consenso entre diversos autores das diferentes áreas, como Behring e Boschetti (2021), Antunes (2020), Castro (2020), Cabral e Melo (2020) que, no Brasil, os rebatimentos da crise causada pela covid-19 não somente impactaram a dinâmica produtiva e reprodutiva que repercutirão por longos anos. Os rebatimentos e danos estão sendo e serão sentidos pelas diversas políticas públicas, como a saúde, educação, assistência social, trabalho, pois, para além dos efeitos previstos pela crise sanitária, o governo ainda demandou ao Congresso Nacional consideráveis mudanças, alterações da Carta Magna, inclusive.

Quanto ao aspecto trabalho e renda, dados do IBGE (2023) mostram que a taxa de desocupação foi de 14,1% no terceiro trimestre, fechado em setembro de 2021, ficando estável em relação ao trimestre encerrado em fevereiro (14,4%). Isso corresponde a 14,8 milhões de pessoas buscando um trabalho no país.

A Política de Assistência Social, que inclusive está incluída nos serviços essenciais através do decreto governamental nº 10. 282, de 20 de março de 2020, não sofreu nenhuma restrição ou proteção, tendo em vista ser a política social que atua cotidianamente no enfrentamento das acirradas expressões da questão social, atendendo às demandas das classes menos favorecidas, que pela sua condição social, econômica e sanitária se encontram ainda mais vulneráveis ao contágio da covid-19.

Tendo como parâmetros os estudos de instituições de referências públicas, demonstram que, com a pandemia, evidenciou o aumento das diversas expressões da questão social, através do desemprego, do subemprego, aumento da violência, do feminicídio, do aumento considerável da pobreza, e além desses aspectos, os repasses financeiros através da transferência fundo a fundo, além do rebaixamento do valor, têm sofrido também a inconstância no repasse, produzindo múltiplas inseguranças e riscos para população brasileira. Tais irregularidades no repasse dos recursos financeiros dificultou ainda mais as ações dessa política nos municípios que já vinham enfrentando a crise, mas com a pandemia, fez-se necessário ampliar o atendimento de serviços e benefícios, a exemplo dos benefícios eventuais, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em situações de calamidade pública.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - 2022 (IPEA) traz o dado de que até abril de 2020 havia sido repassados apenas R\$ 295 milhões de recursos ordinários, menor volume quando comparado ao primeiro quadrimestre dos anos anteriores. No final do referido ano, os recursos ordinários totalizavam apenas R\$ 1,36 bilhão, o menor repasse para os serviços socioassistenciais observados desde 2004.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício assistencial que é gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), este também não tem

sido poupado. Além das dificuldades para realização do simples requerimento há inúmeras situações em que o requerente, quando pessoa com deficiência, chegou a esperar por até um ano em 2020; outro aspecto que chama a atenção são as suspensões dos pagamentos e também dos benefícios que seguem contrariando a normativa do Ministério da Cidadania (Portaria 624 de 31 de março de 2021), que assegura que durante o período de pandemia, as atualizações do Cadastro Único estariam suspensas, ou seja, não teria repercussão no pagamento do BPC.

Com relação ao Cadastro Único, observa-se a não utilização da sua base cadastral para concessão do retardatário auxílio emergencial. O Programa Bolsa Família, que embora represente para muitos como um programa de cunho eleitoreiro, tem sido desde o ano da sua criação um importante programa no combate à fome e à miséria.

O SUAS, Crise Socio sanitária e seus rebatimentos no trabalho das(os) Assistentes Sociais

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, desde 2009, o parâmetro no que concerne ao modo de como operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social. É através da gestão do SUAS que as prerrogativas previstas nos princípios, diretrizes e atribuições de cada ente federado previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foram regulamentadas.

Definido como Sistema Único da Assistência Social, o SUAS trouxe não só a unificação das ações da assistência social afiançadas pelo Estado, com uma arquitetura de redes de serviços e benefícios socioassistenciais, organizadas a partir das proteções – básica e especial, com particularidades de espaço territorial denso, complexo e distinto em todo território do estado brasileiro. A Proteção Social Básica, que têm como referência os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e a Proteção Social Especial, cujo principal equipamento é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de acordo com o porte do município, estes garantiram (e ainda garantem) que as populações com maiores vulnerabilidades socioeconômicas tivessem acesso a esses equipamentos públicos nos 5.565 municípios brasileiros.

No entanto, muitos desses equipamentos ainda estão aquém do real que se pensou, isso no que tange aos seus espaços físicos, disponibilidade de equipes multidisciplinares, profissionais efetivados através de concursos públicos, dentre outras garantias. O fato é que a população conhece esses equipamentos como um meio através do qual pode requerer seus direitos, podem construir diálogos, buscar informações. Nesse sentido, Couto traz a importante contribuição ao apontar que:

O Sistema Único da Assistência Social (Suas) introduz uma concepção de sistema orgânico em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental [...]. Os municípios loci primeiros da materialização da política, apontavam para a transferência de responsabilidades sem a devida reforma tributária e sem o empenho dos recursos que continuava sendo muito escasso. [...] A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Suas, em especial no seu modo de gestão, repõem a necessidade de enfrenar o desafio de dar materialidade à política, conforme os preceitos da Loas. (Couto, 2009, p. 206).

Previsto na PNAS/2004 e deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003, foi iniciada a construção e normatização do SUAS, que tem como objetivo articular as responsabilidades, os vínculos e a hierarquização dos serviços, benefícios e ações da assistência social, com controle social em todo território nacional. Na compreensão de Couto (2009), “a PNAS e o Suas alteram as referências conceituais, a estrutura organizativa e a lógica de gestão e o controle das ações na área”.

Importa destacar que a implantação do SUAS foi fruto de muitas lutas e enfrentamentos, que contou com a participação de diversos atores: a categoria das/dos assistentes sociais no âmbito dos municípios brasileiros, dos estados da federação, de colegiados e diversas/diversos intelectuais do serviço social e parlamentares. Ao longo desse processo foi se constituindo um arcabouço tanto jurídico quanto normativo, a exemplo da Resolução nº 130 do CNAS, que regulamenta a Norma Operacional Básica–NOB, base sustentável para a consolidação do SUAS.

Implantar um Sistema Único de Assistência Social para o Brasil requereu vontade política, expressa na direção de um governo democrático e popular. Mas também é fruto do acúmulo da luta de profissionais, gestores, técnicos, usuários e intelectuais pelo reconhecimento do direito socioassistencial, da sua organização e que foram traduzidos na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. (Brasil, 2007, p. 20).

Através desse arcabouço jurídico normativo foi possível garantir a constituição do SUAS como sistema único, descentralizado, com participação democrática das instâncias de controle social, com as garantias e destinações orçamentárias, e responsabilidades dos entes da federação. Assim, o SUAS padronizou os serviços da assistência social, em outras palavras, ele historicamente representa um divisor de águas na Política de Assistência Social brasileira no que tange ao modo de como operacionalizar essa política nos menores e nos mais longínquos municípios da federação.

Para além desses aspectos, é importante destacarmos, ainda, a criação e implementação de toda rede de informatização do SUAS, o SUAS WEB. Esse sistema foi criado em 2006, e tonou-se um instrumento virtual de peculiar importância, por permitir tanto o acesso público quanto o acesso restrito. Trata-se de um banco de dados que possibilita aos implementadores, gestores, executores, usuários, pesquisadores e estudiosos da área acessar as mais diversas informações no âmbito de estrutura de equipamentos, existência de serviços, benefícios e programas.

Assim, compreende-se a peculiar importância do SUAS para os avanços conquistados na assistência social pós-constituição de 1988 e pós-LOAS em 1993. A partir do SUAS foram definidos níveis de gestão, responsabilidades dos entes federados, garantia das destinações orçamentárias com repasses contínuos e sistemáticos, regulamentação dos fundos municipais de assistência social, ferramenta de peculiar importância no trato do repasse regular e contínuo dos recursos financeiros, tanto no âmbito nacional quanto na esfera municipal, com a regulamentação dos fundos municipais de assistência social e, portanto, na garantia de que essa política pública seja executada de forma contínua e planejada.

Assim como a Assistência Social, o SUAS se inscreve como um sistema inserido como política de estado e não de governo, deixando para trás as incertezas da sua continuidade, especialmente no âmbito dos estados e dos municípios, onde muitas vezes o pensamento ideopolítico forja as garantias constitucionais.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância da regulamentação do SUAS no âmbito dos municípios através das leis municipais dos SUAS, que referendadas no arcabouço jurídico nacional, regulamentam no seu âmbito, partindo da sua realidade as ações da Assistência Social no que tange à execução dos serviços e benefícios assistenciais, sob o aval dos Conselhos Municipais de Assistência Social, importante instância de controle social no SUAS.

Outro aspecto de relevância da rede SUAS está relacionado ao registro de informações da área dos recursos humanos, considerado ferramenta essencial para a concretização da Assistência Social no dia a dia, nos diversos e peculiares territórios dos municípios de todo território nacional.

Através do CAD SUAS é possível conhecer quem são as gestoras e gestores, equipes técnicas, trabalhadores do SUAS, em geral, e ainda conselheiros municipais de Assistência Social. Anualmente, através do Censo SUAS, atualizam-se as informações acerca desses atores e das estruturas físicas dos equipamentos, tais informações possibilitam compreender o cotidiano do SUAS, pensar e elaborar estratégias, e assim responder com maior eficiência as demandas da população.

Quando nos referimos às/aos trabalhadoras/es do SUAS na esfera dos municípios estamos nos referindo àqueles profissionais que atuam no cotidiano da vida das famílias que residem nesses territórios. Fazendo um recorte para o trabalho das/dos assistentes sociais do SUAS, é importante observarmos um duplo processo: por um lado, a assistência social se tornou um *locus* de atuação por excelência, tendo em vistas a implantação de diversos equipamentos estatais, programas como CRAS, CREAS, PAIF, Centro Pop nos municípios brasileiros, por outro lado, essa/esse profissional se tornou para as famílias, para os indivíduos que habitam esses territórios, um profissional de referência, tanto no que concerne ao atendimento para a viabilidade dos direitos socioassistenciais, quanto a outros direitos sociais das demais políticas públicas, especialmente na saúde e educação.

Quando nos referimos ao SUAS, é de suma importância destacarmos, ainda, que, com a inserção da Assistência Social na Constituição Federal no tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, há mais de três décadas, essa política vem se constituindo tanto no campo jurídico normativo, como na publicação de documentos reguladores, disciplinadores e orientadores para todos os atores envolvidos. Assim, fortalecendo a assistência social como uma política pública de obrigação estatal e direito de cidadania, embora ainda tenhamos que lidar com pensamentos e ações conservadoras no modo de fazer essa política. Assim, apresentamos uma breve cronologia do processo de construção no âmbito normativo e regulatório dessa política, conforme podemos visualizar no quadro 1.

**Quadro 1: Cronologia do processo de construção legal
normativo da Política de Assistência Social**

Ano	Avanços e Conquistas
1988	Promulgação da Constituição Federal.
1993	Promulgação da LOAS.
2003	IV Conferência Nacional de Assistência Social que delibera pela criação do NOB, e por consequência delibera pelo SUAS.
2004	Publicação da Política Nacional de Assistência Social-PNAS;
2006	Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS;
2006	Aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB RH/SUAS.
2007	Publicação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB RH/SUAS.
2007	Publicação do livro Gestão e Sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social – rede SUAS.
2009	Publicação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS.
2009	Publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
2011	Publicação da Resolução nº 32, que estabelece percentual de recursos do SUAS cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integrem as equipes de referência, de acordo com o art. 6º- e da Lei 8.742/1993, inserido pela Lei 12.435/2011.

Fonte: Marques (2022).

Visualizando o quadro 1, é possível compreender melhor o quanto a assistência social avançou entre os anos 2003 e 2012. As normas ora referendadas foram até então o referencial para se constituir e dar concretude ao que temos implementado nos municípios brasileiros.

Mas esse SUAS, que avançou e que se materializa nos municípios do Brasil não necessitou somente de mãos e mentes para construir o seu arsenal normativo. Esse sistema, descentralizado, participativo, democrático, que garante o comando único das ações, necessita cotidianamente de mentes e de mãos para concretizá-lo junto às famílias, aos indivíduos através dos serviços que estão implantados nos territórios, são realizados pelas/os trabalhadoras/es do SUAS que vêm ao longo dos anos garantindo a sua efetivação, e aqui fazemos um recorte para fazer referência ao trabalho profissional das/dos assistentes sociais.

A centralidade alcançada pela Assistência Social a partir de 2003, no início do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, ampliou consideravelmente os espa-

ços ocupacionais para as/os assistentes sociais em todos os municípios brasileiros, independentemente do seu porte, da sua densidade demográfica, da sua capacidade de gerar receita.

Assim, observa-se que o aumento do mercado de trabalho para a/o assistente social está associado à ampliação das diversas políticas sociais, e sobretudo, a política de assistência social, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que implantou inúmeros serviços socioassistenciais municipalizados através dos CRAS e CREAS, ampliando, assim, de forma considerável as demandas para essas/es profissionais.

Vale uma ressalva, o Estado brasileiro, ao tempo que propiciou tais conquistas em relação à Política de Assistência Social, atendeu também às determinações neoliberais, e nesse sentido, as políticas públicas são pensadas à ótica do grande capital. Reconhecer tais aspectos é importante, pois o debate dos espaços sócio-ocupacionais das/dos assistentes sociais perpassa por essas contradições do sistema capitalista, pelo diálogo acerca da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho, pois o trabalhador assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho sofre os rebatimentos dessas transformações. Assim, o trabalho do assistente é permeado por tensões, tendo em vista as fortes correlações de forças, interesses, jogos políticos nas instituições onde estão inseridos.

Nos dias atuais, esses espaços ocupacionais apresentam novos desafios, os quais se pensava terem sido superados, pois com as restrições orçamentárias desde 2016, através de EC 95/2016, os recursos vêm sendo repassado de forma reduzida e descontínua. Há, ainda, na assistência social, um retorno à forte tendência (neo)conservadora que se desdobra em discursos e ações através, por exemplo, do primeiro-damismo, colocando em xeque a compreensão dos benefícios e serviços socioassistenciais não como um direito, mas como um favor, uma benesse.

É nesse território que, como assistente social do SUAS há mais de uma década, experienciamos o fazer profissional da assistente social, que nos deparamos cotidianamente com a retórica da dicotomia teoria *versus* prática. É aqui que percebemos que há uma relação diferenciada entre a assistência social e o assistencialismo, garantia de direitos e favor. É neste *locus* que lidamos com as diversas narrativas, tanto aquelas narrativas que negam quanto aquelas que asseguram a Assistência Social como Política Pública de Estado.

Para Marques (2022), e na atuação diária que fazemos as nossas escolhas, e como tal, devem estar amparadas no atual Código de Ética Profissional, construído a partir do referencial teórico marxista, que para além de um projeto para a categoria propõe um projeto mais amplo que envolve toda a sociedade.

A Política de Assistência Social, existente desde a promulgação da CF/88, e vinha sendo construída e se legitimando, a partir de 2016 sofre grandes retrocessos, principalmente por conta da Emenda Constitucional nº 55, que prevê o congelamento dos gastos com as políticas públicas por vinte anos. Associado a isso, o governo Bolsonaro adota uma série de medidas, a exemplo da extinção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com impedimento da realização da Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceria em 2018, sendo que o Conselho Nacional passou a convocar uma Conferência Popular.

Para Behring e Boschetti (2021), os dados que emergem com a pandemia, contudo, revelam mais do que uma mera crise sanitária, e desnudam a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo que se aliou, a partir de 2019, ao neofascismo no Brasil (Mattos, 2020). Essa combinação perversa, mórbida e tóxica nos levou ao lugar que ocupamos na pandemia, mas é fato que tal projeto já encontra um país dilacerado pela crise econômica e social.

Nessa linha de raciocínio, Castro (2020, p. 8-10) aponta que “a dimensão da assistência social que trata com as vulnerabilidades sociais da população foi retratada apenas pela ótica da insuficiência de renda – medida pelos diversos indicadores de pobreza de renda – e pela população de rua”.

A relevância desse debate da crise socio sanitária reside tanto pelo agravamento da crise econômica como pelos seus impactos nas diversas políticas públicas, pois já enfrentavam, desde 2016, cortes no montante dos recursos, reformas, descontinuidade e redução nos repasses financeiros, e dentre elas, chamamos a atenção para a Política de Assistência Social, tendo em vista nosso objeto de análise. Cabe aqui elucidar o Decreto n. 10.282 de 20 de março de 2020, que regulamentava a Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. No artigo 1º, lê-se:

Art. 1º - São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como: I - Assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares; II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade; III - Atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos; - Atividades de defesa nacional e de defesa civil dentre inúmeros outros. (Brasil, 2020, p.1).

Apesar da Assistência Social ter sido incluída pelo governo federal no rol dos serviços essenciais, na perspectiva de que se apresenta (e de fato é) no atendimento das necessidades inadiáveis da sociedade em extrema pobreza em seus territórios de vivência, o que se observa é que, para além do que normatiza o decreto, as ações governamentais seguem na contramão dessa compreensão.

Conforme preconiza a NOB RH SUAS, para a implementação do SUAS e para alcançarem os objetivos previstos na PNAS /2004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho e da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS (Brasil, 2011, p. 15).

Considerações finais

Podemos observar que, ao longo da sua construção, a Política Nacional de Assistência Social vem passando por avanços, retrocessos e inúmeros desafios, que atingem todo o sistema de proteção social brasileiro, e são certamente causados pelo imperativo das determinações (ultra)neoliberais que vêm ganhando força nos países em desenvolvimento.

É justamente com essas prerrogativas que o capital vem realizando suas investidas em todo o sistema de proteção social brasileiro, que, por meio de tantas contrarreformas, vem minando as diversas políticas públicas. Nesse sentido, podemos destacar a reforma previdenciária, ocorrida ainda em 2016, que embora no primeiro momento não tenha enveredado pela lógica da capitalização, ainda segue em debate no Congresso Nacional; além da mercantilização da educação superior, da saúde e da assistência social.

A dinâmica desse processo de crise e seus rebatimentos no SUAS, atravessa sobretudo, o trabalho social no que diz respeito as condições históricas de precarização das relações e das condições de trabalho. Como profissional assalariado, a/o assistente social sofre os rebatimentos também da ausência de equipamentos adequados para sua ação profissional, com espaços físicos em condições inadequadas (ausência de equipamentos, transporte, salas inadequadas, sem garantia de privacidade) e ainda recai sobre elas/eles os baixos salários, os frágeis regimes de contrato (quando não são concursados).

Há, portanto, um duplo e contraditório movimento, especialmente se relacionarmos os avanços conquistados pela Assistência Social e as condições de trabalho que são ofertadas, tendo em vistas que a nosso ver ainda não se conseguiu implementar as prerrogativas da NOB RH SUAS. Exige-se assim, desse profissional mais do que capacidade técnica, criatividade, exige-se um profissional que seja capaz também de resistir, e (re)conhecer que o momento requer a capacidade de unir forças, de mobilizar-se e mobilizar outros profissionais, trabalhadores do SUAS, usuários, pois o momento é de garantir a democracia do estado brasileiro, pela qual perpassa todos os demais direitos civis, políticos e sociais previstos em nossa Carta Magna, que completará trinta e quatro anos de existência justamente no dia cinco de outubro deste ano, dia em que a sociedade brasileira certamente estará reafirmando o compromisso com a democracia.

Referências

ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS (2005)** - Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH-SUAS)**. Brasília: MDF, 2011.

BRASIL. **Medida provisória n. 928, de 23 de março de 2020**. Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 56-C, p. 1, 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Proteção social em tempos de Covid-19. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 4, dez. p.5-12. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E405>. Acesso em: 08 dez. 2020.

CABRAL, Sandro; MELO, Carlos. A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalizador da Covid-19. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v.14, n. 39, p. 3681-3688, 2020. Disponível em: <https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/3259>. Acesso em: 08 dez. 2020.

COUTO, Berenice Rojas. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: UNESCO; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco/MDS, 2009. p. 205-217. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **POLÍTICAS SOCIAIS acompanhamento e análise** Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Brasília: Ipea, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo:** trajetória e desafios. Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social (2004, San José, Costa Rica) 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MARQUES, Robéria, Dantas. **Condições de trabalho profissional no SUAS em tempos da crise socio sanitária da Covid-19 no sertão paraibano:** um estudo na 13^a região geoadministrativa / Dissertação PPGSS/UFPB, João Pessoa, 2022.

NETTO, Paulo José. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família na região nordeste: uma análise no setor saúde entre 2016 e 2021

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Maria de Fátima Leite Gomes

O presente capítulo se dá a partir do recorte temático da dissertação de mestrado, intitulada “O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA (PBF): aspectos das condicionalidades na saúde entre 2016-2021”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Nesse sentido, as reflexões deste capítulo encontram-se firmadas na análise crítica acerca das condicionalidades do PBF na saúde, tecendo considerações sobre os avanços, limites e assertivas do acompanhamento das famílias beneficiárias, bem como os impactos causados no que tange ao acesso dos serviços de saúde pública para estas.

Ademais, apresenta-se uma análise comparativa de dados advindos da Região Nordeste entre 2016 e 2021, por esta se configurar enquanto uma região com números expressivos de beneficiários do referido programa. Vale ressaltar que, a coleta dos dados reflete a conjuntura nacional e regional, bem como os ataques diretos às políticas sociais frente a configuração socioeconômica do projeto ultraneoliberal à época.

Aspectos introdutórios das condicionalidades do PBF na saúde

O Programa Bolsa Família (PBF) é reconhecido globalmente como um modelo eficaz no combate à extrema pobreza. De acordo com a World Without Poverty (WWP), entre 2003 e 2011, o PBF reduziu a taxa de pobreza em 8%, o hiato da pobreza em 18% e a gravidade da pobreza em 22%. Durante esse período, a extrema pobreza caiu de 8% para pouco mais de 3%, enquanto a pobreza recuou de 16% para 6%. Sem o PBF, a quantidade de pessoas extremamente pobres seria significativamente maior.

Além disso, o programa teve impactos positivos em várias dimensões sociais, incluindo o aumento do acesso a alimentos essenciais, especialmente nas regiões mais pobres, e a ampliação do acesso a serviços financeiros, com um aumento de 23%. A gestão do benefício por meio de instituições bancárias também facilitou o acesso a outros serviços financeiros, como crédito e seguros. O Bolsa Família não

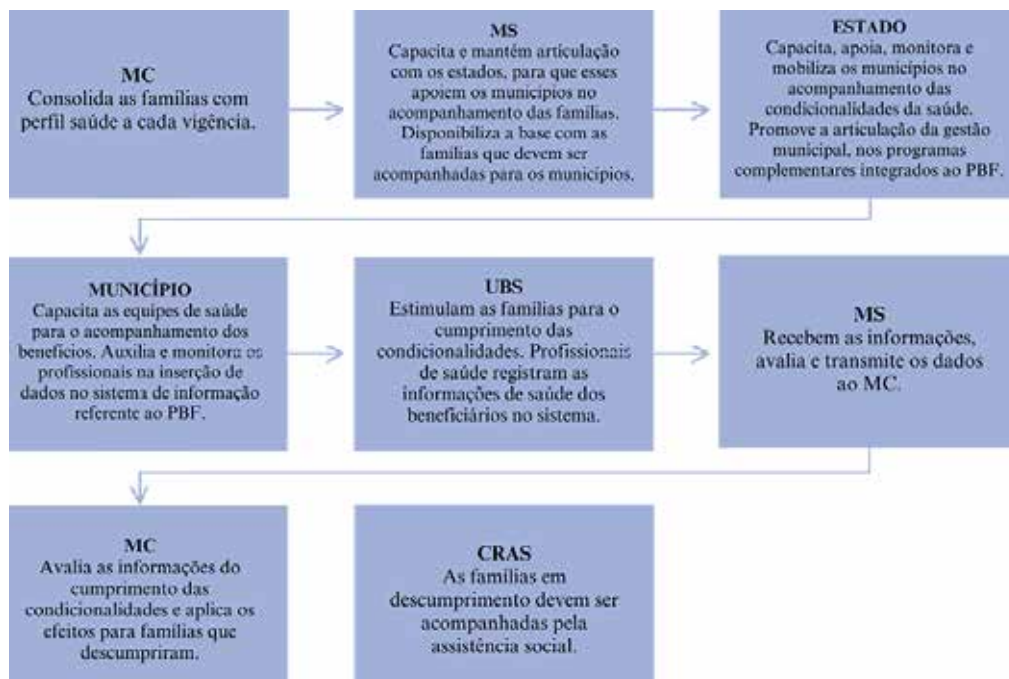
apenas oferece uma oportunidade para sair da pobreza, mas também está conectado a formas mais sofisticadas de acesso ao mercado financeiro.

A permanência no Programa Bolsa Família (PBF) envolve condicionalidades, a saber: acompanhamento no pré-natal, vacinação infantil e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Particularmente no setor da saúde, requer uma gestão complexa, envolvendo diferentes ministérios, esferas de governo e secretarias responsáveis. A coordenação nacional do PBF é feita através de reuniões técnicas com a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Cidadania (MC), onde são discutidas estratégias e prioridades.

O Ministério da Saúde também realiza reuniões técnicas com estados e municípios, videoconferências e oferece cursos de capacitação para profissionais envolvidos no programa. As ações federais prioritárias incluem incentivos aos municípios para integrar o acompanhamento das condicionalidades de saúde na atenção básica, identificação precoce de gestantes beneficiárias e monitoramento de municípios com dificuldades na gestão do programa. No entanto, a atenção básica enfrenta desafios na execução e na articulação entre políticas, especialmente em regiões com infraestrutura precária e baixa adesão às diretrizes federais.

À vista disso, através da Guia de Acompanhamento das Condicionalidades (2019), apresenta-se o fluxograma de monitoramento e acompanhamento das condicionalidades, no qual a figura 1 busca demonstrar:

Figura 1: Fluxograma de Monitoramento das Condicionalidades em Saúde



Fonte: Elaboração Própria (2022).

A Guia de Acompanhamento das Condicionalidades (2019), aponta que as condicionalidades se direcionam para a contribuição, a fim de concretizar os compromissos constitucionais da saúde, bem como, da legislação do SUS, explicitada nas Leis nº 8.080 e nº 8.142 de 1990. Também, reforça as políticas nacionais de Atenção Básica e Alimentação e Nutrição, na medida que incentivam a atenção à saúde e visam à melhoria das condições de saúde e nutrição da população (Brasil, 2019).

O acompanhamento dos calendários vacinais e do crescimento e desenvolvimento das crianças até sete anos, assim como o monitoramento do pré-natal das gestantes, visam garantir o direito constitucional à saúde. Outro fator importante é a contribuição para a prevenção ou redução de problemas como desnutrição, obesidade infantil e mortalidade materna e infantil.

De fato, o acompanhamento regular a população em situação de pobreza permite identificar as dificuldades e possibilita a ampliação do acesso aos serviços. Nessa direção, ocorre uma facilitação para que o poder público desenvolva diversas estratégias de garantia ao acesso através da atenção primária e amplie as ações buscando as especificidades desse segmento (Brasil, 2019).

Entretanto, a imposição das condicionalidades tem gerado interpretações divergentes na comunidade científica, levando a debates acalorados: alguns a enxergam como uma ferramenta para melhorar o acesso aos serviços e promover mudanças positivas na relação entre os usuários e os sistemas (Oliveira et al., 2011), enquanto outros a veem como uma ameaça aos princípios da cidadania, ao condicionar o acesso aos direitos sociais ao cumprimento de obrigações (Lavinias et al., 2000).

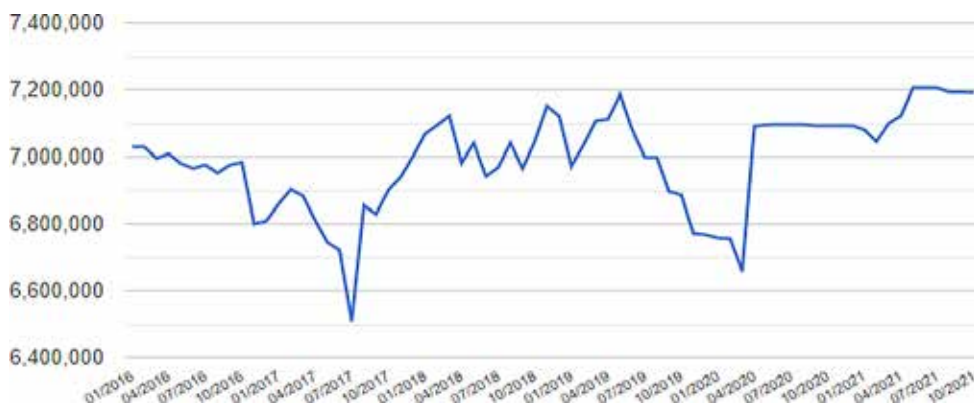
Ademais, acrescenta-se que, particularmente, quando se refere as desigualdades do acesso a saúde, compostas pelas multicausalidades da desigualdade social, que dificulta o acesso de bens e serviços aquele segmento da população às margens da sociedade, as condicionalidades podem ampliar este acesso. Entretanto, o desafio encontra-se no cumprimento de tais condicionalidades, desde à execução na cobertura do acesso até os próprios recebimentos de repasses financeiros.

O caso brasileiro conforme indicado por Monnerat et al. (2007), nos conduz a uma reflexão adicional. Busca-se, através das condicionalidades, suprir lacunas de acesso aos serviços de saúde, especialmente à atenção básica, cujas dificuldades de acesso são bem conhecidas, principalmente para uma parcela significativa da população. Mesmo que isso possa aumentar a exigência de tornar o beneficiário corresponsável pela superação dessas dificuldades, ao colocá-lo no centro da questão, promove-se a autonomia de escolha.

As condicionalidades do PBF na saúde: reflexões sobre a região nordeste

Com vista a realizar uma análise reflexiva acerca dos indicadores sociais advindos das condicionalidades do PBF na saúde, na Região Nordeste, no período de 2016 a 2021, torna-se imprescindível apresentar, inicialmente, o quantitativo das famílias beneficiárias do PBF neste recorte temporal.

Gráfico 1: Quantidades de Famílias Beneficiárias do PBF



Fonte: Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

Em janeiro de 2016, o PBF tinha cerca de 7.029.598 milhões de famílias beneficiárias. Entre abril e julho de 2017, houve uma queda para 6.508.767 milhões de famílias beneficiárias. Essa queda é atribuída à intensificação das políticas neoliberais durante o governo de Michel Temer, que resultou em uma redução de recursos para programas sociais, incluindo o PBF.

Entre outubro de 2017 e outubro de 2018, houve variação no número de famílias beneficiárias na região nordeste. O governo federal reduziu abruptamente os recursos destinados ao PBF, tornando o programa mais seletivo na inclusão e reavaliação de beneficiários.

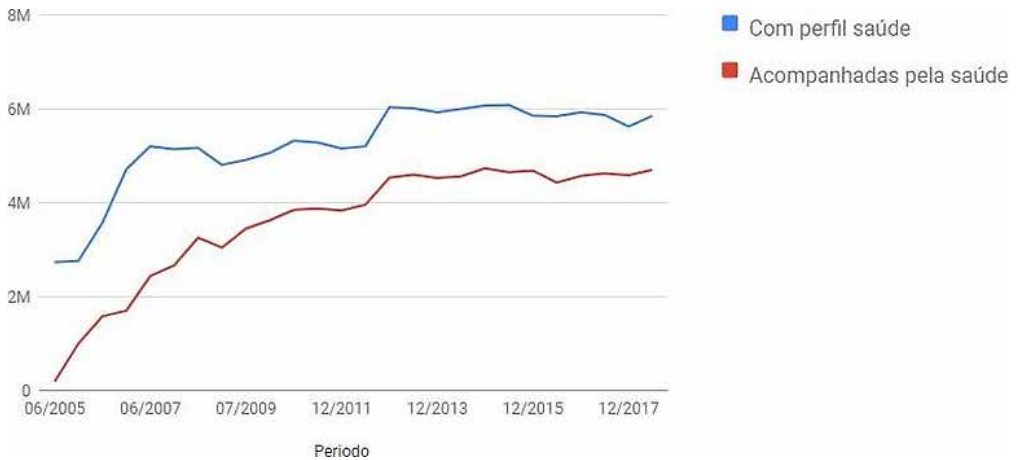
Entre julho de 2019 e abril de 2020, houve um aumento no número de famílias beneficiárias, atingindo 7.186.148, seguido de uma queda contínua. Durante esse período, o governo de Jair Bolsonaro alterou significativamente as políticas sociais, descaracterizando o PBF e outros programas emergidos durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A partir de abril de 2020, ocorreu um aumento expressivo no número de famílias beneficiárias, coincidindo com a aprovação do Auxílio Emergencial devido à pandemia de COVID-19.

Ainda em 2020, o governo Bolsonaro tentou desconfigurar o PBF com o Renda Brasil, mas sem sucesso. Desde então, houve investidas contínuas para modificar o programa, culminando na substituição do Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 dezembro de 2021.

Assim, percebe-se que o PBF foi frequentemente alvo de mudanças políticas e tentativas de desconfiguração, especialmente durante o governo Bolsonaro. Contudo, vale destacar sua importância como uma medida de mitigação da pobreza, especialmente em regiões como o Nordeste do Brasil.

Considerando as condicionalidades na saúde, a seguir busca-se abordar como apresenta-se na região nordeste, através dos dados coletados do SENARC/MC.

Gráfico 2: Quantidade de Famílias com perfil saúde e acompanhadas pela saúde



Fonte: Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

O gráfico 2 apresenta a evolução do acompanhamento das famílias beneficiárias com perfil de saúde; ou seja, as famílias que tem entre seus membros mulheres de 14 a 44 anos, gestantes de qualquer idade e crianças de até 7 (sete) anos. Há um aumento gradual no número de famílias acompanhadas pela saúde, especialmente durante o período de implementação das condicionalidades na saúde. Destaca-se uma disparidade do quantitativo de famílias elegíveis e aquelas efetivamente acompanhadas, especialmente na região nordeste, onde a adesão dos municípios ao acompanhamento foi um desafio.

Em junho de 2005, encontrava-se na região nordeste 2,73 milhões de famílias elegíveis com perfil para serem acompanhadas pelas condicionalidades na saúde; no entanto, apenas 192 mil estavam sob a tutela dos acompanhamentos. É possível indicar que essa abrupta diferença está direcionada para o fato da adesão dos municípios ao acompanhamento.

O aumento gradual no acompanhamento ao longo do tempo reflete esforços para promover a adesão dos municípios e implementar a descentralização da gestão. A adesão inclui a busca ativa, especialmente para gestantes e crianças.

Neste contexto, ao detalhar o acompanhamento, é possível observar a análise dos grupos de forma dissociada, conforme demonstrado nos gráficos subsequentes.

Gráfico 3: Quantidade de crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pela saúde



Fonte: Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

No período de 2016 a 2021, conforme demonstrado no gráfico 3, o Programa Bolsa Família (PBF) apresentou um alto índice inicial de acompanhamento, com destaque para junho de 2018, quando atingiu o maior número de crianças acompanhadas, marcando a consolidação do programa após 18 anos de existência, apesar dos desafios enfrentados. No entanto, houve redução significativa em dezembro de 2018, correlacionada com ameaças à existência do programa e cortes abruptos no orçamento social pelo governo. Em junho de 2020, durante o auge da pandemia de COVID-19, houve uma queda drástica no acompanhamento, refletindo os impactos da crise sanitária. A retomada gradual ocorreu em junho de 2021, impulsionada pela vacinação contra o COVID-19, que se tornou uma parte importante das condicionalidades do programa, visando a prevenção da mortalidade infantil.

O outro segmento acompanhado pelas condicionalidades do PBF na saúde, são as gestantes e nutrízes, com vistas ao acompanhamento no pré-natal e no puerpério. Desse modo, destaca-se no gráfico 4, o quantitativo de gestantes acompanhadas durante o período de 2016-2021.

Gráfico 4: Quantidade de gestantes acompanhadas pela saúde

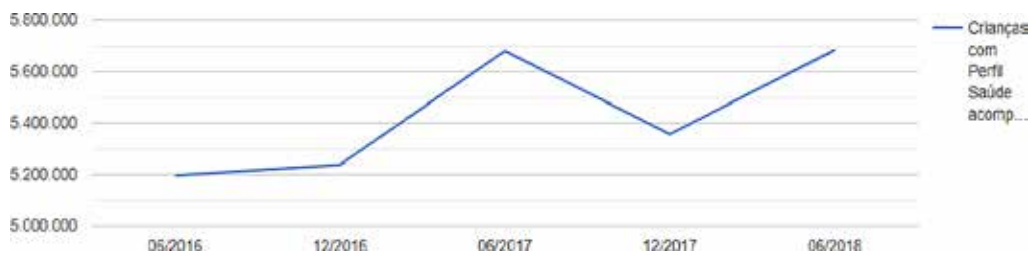


Fonte: Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

Em junho de 2016, houve uma baixa adesão aos acompanhamentos, com 159.264 gestantes acompanhadas. Entretanto, a partir de junho de 2017, esse número aumentou, alcançando 178.170 gestantes. Quanto a 2018, houve uma pequena redução para 168.416, mas em dezembro do mesmo ano, o número subiu novamente, atingindo cerca de 225.289 gestantes. Nos anos seguintes, houve uma tendência geral de aumento nos acompanhamentos, com exceção de uma pequena queda em junho de 2020, onde o número chegou a 221.451 gestantes. Em junho de 2021, houve um aumento significativo para 262.263 gestantes acompanhadas, e em dezembro de 2021, cerca de 261.870 gestantes. Apesar dos desafios enfrentados durante a pandemia, as ações de busca ativa às gestantes continuaram.

Destaca-se, ainda, a condicionalidade referente ao acompanhamento de imunização e peso das crianças até 7 anos. Desse modo, o gráfico 5 apresenta o quantitativo de crianças inseridas no PBF com vacinação acompanhada, tomando como referência a região Nordeste durante o período de 2016 a 2018.

Gráfico 5: Crianças com Perfil Saúde acompanhadas com a vacinação em dia



Fonte: Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

Os dados do gráfico 5 revelam flutuações na adesão à vacinação e aos acompanhamentos de crianças de 0 a 7 anos. Em junho de 2016, observa-se um total de

5.196.059 milhões de crianças acompanhadas, mantendo-se estável até dezembro do mesmo ano. Em dezembro de 2016, há uma tendência de alta, com 5.237.147 milhões de famílias em acompanhamento. Essa tendência de aumento continua atingindo 5.680.856 milhões de crianças em junho de 2017.

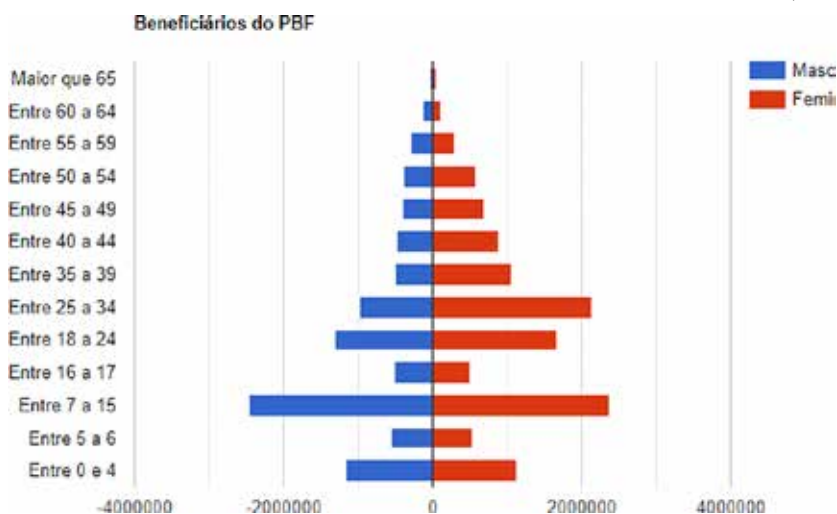
Os impactos negativos na vacinação em nível nacional são evidentes devido às reduções orçamentárias nas políticas sociais, afetando principalmente a atenção básica, essencial para o Sistema Único de Saúde (SUS). A falta de imunizantes e a escassez de educação em saúde resultam em baixa adesão à vacinação, expondo o sistema a um risco maior.

Em dezembro de 2017, percebe-se no gráfico 7 a redução no acompanhamento de crianças em idade de vacinação pelo PBF, atingindo cerca de 5.355.988 milhões. É possível destacar, que o acompanhamento, mesmo dispondo com obrigatoriedade para recebimento do benefício, aproxima as famílias do compromisso com a vacinação das crianças.

Embora as condicionalidades tenham avançado, como evidenciado em junho de 2018 com 5.684.885 milhões de crianças acompanhadas, ainda há desafios. A conscientização sobre a importância da vacinação, especialmente entre famílias pobres, requer não apenas critérios de elegibilidade claros, mas também uma educação em saúde abrangente. A mecanização do monitoramento pode limitar os resultados positivos das condicionalidades, tornando essencial uma abordagem mais holística e a interseção de políticas para promover a autonomia individual e coletiva. A capacitação dos profissionais de saúde é crucial para garantir que compreendam as condicionalidades de maneira ampla, indo além da simples privação do benefício.

Vale ressaltar o papel das mulheres no PBF, as quais assumem um direcionamento central, já que, são majoritariamente as responsáveis familiares, sendo acompanhadas desde a gestação até a fase de nutrizes, e são cotidianamente responsáveis por conduzir as crianças no acompanhamento.

Gráfico 6: Pessoas em Famílias Beneficiárias do Bolsa Família – Pirâmide Etária (Junho 2020)



Fonte: Elaborado pela autora baseado em dados da Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

**Tabela 1: Pessoas em Famílias Beneficiárias do Bolsa Família
– Porcentagem de Faixa Etária e Gênero (Junho 2022)**

	Masculino	% Masculino	Feminino	% Feminino	Total	% Etária Total
Entre 0 e 4	1.168.792	51,06%	1.120.433	48,94%	2.289.225	10,79%
Entre 5 a 6	553.665	51,06%	530.656	48,94%	1.084.321	5,11%
Entre 7 a 15	2.461.599	50,94%	2.370.332	49,06%	4.831.931	22,79%
Entre 16 a 17	526.631	50,85%	509.055	49,15%	1.035.686	4,88%
Entre 18 a 24	1.305.908	43,86%	1.671.271	56,14%	2.977.179	14,04%
Entre 25 a 34	977.536	31,41%	2.134.174	68,59%	3.111.710	14,67%
Entre 35 a 39	490.948	31,67%	1.059.183	68,33%	1.550.131	7,31%
Entre 40 a 44	473.060	34,78%	886.999	65,22%	1.360.059	6,41%
Entre 45 a 49	413.371	37,94%	676.123	62,06%	1.089.494	5,14%
Entre 50 a 54	382.497	40,21%	568.785	59,79%	951.282	4,49%
Entre 55 a 59	303.983	50,25%	300.941	49,75%	604.924	2,85%
Entre 60 a 64	126.088	52,47%	114.233	47,53%	240.321	1,13%
Maior que 65	38.640	48,24%	41.456	51,76%	80.096	0,38%
Total	9.222.718	43,49%	11.983.641	56,51%	21.206.359	100,00%

Fonte: Secretária Nacional de Renda de Cidadania (2021).

Considerando uma visão geral da faixa etária e do gênero, observa-se que, no primeiro semestre de 2020, a maioria dos indivíduos do PBF está na faixa etária de 7 a 15 anos, com 4.831.931 pessoas, seguida por 25 a 34 anos, com 2.977.179, e 18 a 24 anos, com 3.111.710 pessoas. Outrossim, a faixa etária de 18 a 34 anos, houve um aumento nas famílias do PBF em 2020 devido à pandemia, que causou desemprego e trabalho informal. Dessa forma, o auxílio emergencial como benefício de transferência de renda emergencial, abrangeu muitos desses beneficiários em idade ativa. Nesse contexto, identifica-se o número expressivo de beneficiárias mulheres inseridas no PBF na faixa etária entre 7 e 15 anos e entre 24 e 34 anos, totalizando 4.504.469.

Repercussão das condicionalidades do PBF na saúde: uma perspectiva através dos indicadores de saúde

Os indicadores de saúde desempenham um papel crucial na análise e avaliação do estado de saúde de uma população, bem como na eficácia das políticas e práticas de saúde. Eles são ferramentas essenciais para monitorar tendências, identificar problemas de saúde, avaliar intervenções e orientar decisões políticas. A construção de indicadores envolve um processo complexo, que pode incluir desde

a coleta de dados simples até a formulação de medidas mais sofisticadas, levando em consideração a validade, confiabilidade e relevância dos dados.

Esses indicadores devem ser facilmente interpretáveis e compreensíveis para os diferentes usuários, incluindo gestores de saúde, profissionais e o público em geral. Além disso, é importante que os indicadores sejam mensuráveis, relevantes e custo-efetivos, garantindo que forneçam informações úteis e acionáveis para melhorar a saúde da população. Em última análise, os indicadores de saúde desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades em saúde.

Neste sentido, a fim de mensurar a contribuição das condicionalidades do PBF, mediante seu direcionamento para saúde pública, busca-se apresentar os indicadores correlacionados, a saber: mortalidade materna, mortalidade infantil, segurança alimentar e imunização.

O indicador de mortalidade materna expressa o número de óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. O indicador do Brasil considera o fator de correção da vigilância do óbito de mulheres em idade fértil (MIF), com base na metodologia da Busca Ativa. Vale destacar que o mesmo apresenta algumas limitações, a saber

1. Exige conhecimento preciso das definições de morte materna e das circunstâncias em que ocorrem os óbitos, para que sejam classificados corretamente. Imprecisões no registro geram subdeclaração de mortes maternas, o que demanda, em todos os países, a adoção de um “fator de correção”;
2. Requer estudos especiais para determinar esse fator de correção, que é obtido pela razão entre o número de mortes maternas conhecido por investigação e o número informado em atestados de óbito originais, nos quais a morte materna foi efetivamente declarada pelo médico.
3. Impõe cuidados na aplicação de fator de correção, pois em algumas regiões os dados obtidos diretamente do sistema de informação sobre mortalidade podem já estar corrigidos por investigação sistemática dos óbitos de mulheres em idade reprodutiva (OPAS, 2008, p.120).

Desta feita, apresenta-se a seguir, na tabela 2, o indicador de mortalidade materna, especificamente os dados coletados na região nordeste, no período de 2016 a 2020:

Tabela 2: Indicador da Taxa de Mortalidade Materna

Variável - Taxa de Mortalidade Materna (óbitos por 100 mil nascidos vivos)					
Brasil e Grande Região	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	64,4	64,5	59,1	57,9	74,7
Nordeste	78	73,2	67,1	63,6	91,8

Fonte: CGIAE/DAENT/SVS/MS - Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC 2022).

A tabela 2 demonstra a evolução da taxa de mortalidade materna no período de 2016 a 2020. Pode-se notar que com o decorrer dos anos, há um decréscimo na quantidade de óbitos a cada cem mil nascidos vivos. Esse cenário ocorre em todo território brasileiro, e é refletido na região nordeste. Tal queda encontra-se em sintonia com o acompanhamento das gestantes pelo PBF. Ao passo em que, em 2018, há um aumento do acompanhamento de gestantes na saúde, há também a redução da mortalidade materna.

Embora o acompanhamento das gestantes pareça ter ajudado a reduzir a mortalidade materna, o aumento em 2020, especialmente no Nordeste, sugere desafios adicionais, como os efeitos da pandemia de COVID-19. Isso levanta questões sobre a eficácia das medidas do PBF durante crises de saúde pública.

Além da mortalidade materna, outro indicador crucial para análise é a mortalidade infantil, que estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar um ano de vida. Valores elevados desta taxa sugerem condições precárias de vida e saúde em determinado território, refletindo um baixo nível de desenvolvimento social e econômico.

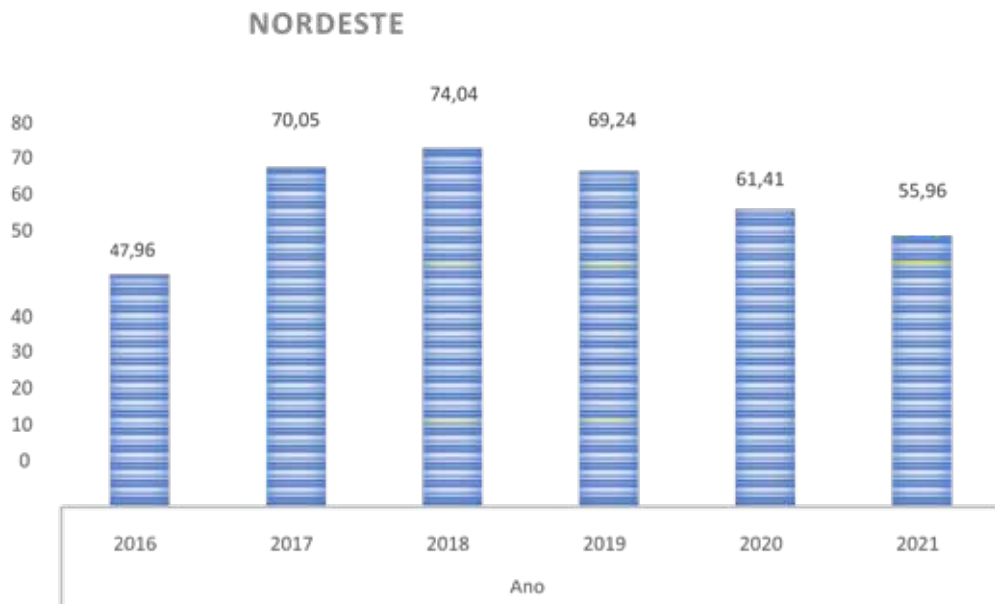
Considerando os dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2021), a Taxa de Mortalidade Infantil - TMI no território brasileiro demonstra um constante declínio desde 1990 até 2015. Em nível nacional, no ano de 2016 pôde ser observado um aumento da TMI, apresentando 14 óbitos infantis por mil nascidos vivos. Neste mesmo período, a região Nordeste indicou 19 óbitos por mil nascidos vivos; um número superior a média nacional. No período estabelecido entre 1990 e 2019, indica-se na região Nordeste um declínio de 75,8 para 15,2, por mil nascidos vivos, considerando a faixa etária ampla da infância.

Vale destacar que, a redução da TMI na região Nordeste no período de 2016-2021, encontra-se, também, relacionada ao acompanhamento das crianças de 0 a 6 anos. As ações direcionadas às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza têm se concentrado na atenção às crianças em risco de desnutrição ou comorbidades, o que contribui para a redução da TMI. No entanto, apesar dos esforços, a desigualdade persiste, com um aumento da taxa de mortalidade infantil nos bairros mais pobres, evidenciando disparidades socioeconômicas. Embora o acompanhamento das condicionalidades do PBF tenha impacto na redução da mortalidade infantil, não é suficiente para eliminar essas disparidades.

O maior desafio para a TMI se manter reduzida, esteve na adesão a vacinação das crianças até a faixa etária de 6 anos, período de acompanhamento das condicionalidades do PBF na saúde. Este período corresponde a aplicação das principais vacinas.

Nos últimos anos, a vacinação tem sido tema central de debates em âmbito nacional e internacional, especialmente devido à pandemia global que assolou a humanidade. A importância da vacinação como principal ferramenta de combate ao vírus foi amplamente propagada, porém, simultaneamente, houve um aumento dos movimentos antivacinação, que levantaram questões sobre a confiabilidade e os efeitos colaterais das vacinas, além de propagarem teorias conspiratórias relacionadas a elas. A seguir, o gráfico 7 apresenta a cobertura de vacinação na região Nordeste entre os anos de 2016 e 2021.

Gráfico 7: Cobertura de Vacinais na Região Nordeste



Fonte: Elaboração própria (2022).

O gráfico 7 aponta que entre 2016 e 2017, houve um aumento significativo na vacinação na região Nordeste, indo de aproximadamente 47.965 para 70.054 mil indivíduos vacinados. Esse crescimento continuou em 2018, com 74.054 imunizados, porém, em 2019, houve uma queda para cerca de 69.241 vacinados. Esse período coincidiu com um governo de extrema-direita, liderado por Jair Bolsonaro (2019-2021), caracterizado por negação da ciência e ataques à saúde pública. Isso se refletiu na redução da profilaxia, com o Ministério da Saúde inerte. Em 2020 e 2021, a adesão à vacinação continuou a diminuir, com aproximadamente 61.413 e 55.957 mil pessoas vacinadas, respectivamente.

Considerações finais

Os dados pesquisados em termos de recorte temporal apontam para a controvérsia em torno das condicionalidades do PBF, destacando que elas têm um caráter dual. O acompanhamento das condicionalidades na saúde pode resultar em avanços e limitações. Por um lado, o monitoramento sem educação em saúde leva a uma execução tecnicista, enquanto, por outro lado, avanços no acompanhamento das condicionalidades podem melhorar os indicadores de saúde e a qualidade de vida da população.

No entanto, há inúmeros desafios a enfrentar, especialmente nas áreas com altos índices de mortalidade infantil e materna na região Nordeste, considerando o baixo poder aquisitivo de segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora. Todavia, para alcançar eficiência e eficácia do programa em tela junto aos segmentos populacio-

nais da referida classe, são necessárias ações propositivas no âmbito da territorialidade municipal, através de um agir por meio da rede socioassistencial, com vistas a busca ativa, entrevistas sociais com escuta qualificada e de informações baseadas em direitos e deveres das famílias beneficiárias à luz dos direitos sociais.

Portanto, na especificidade das condicionalidades na saúde, no período investigado, observa-se um retrocesso frente às conquistas alcançadas nos governos do Partido dos Trabalhadores.

O retrocesso acima referenciado corresponde ao período de 2016 e 2021, em que ocorre a intensa ofensiva ultraneoliberal às políticas sociais através do ajuste fiscal instaurado pelo governo Temer (2016-2018) e radicalizado no governo Bolsonaro (2019-2022). Tais circunstâncias implicam na redução orçamentária, nos abruptos bloqueios de benefícios, na redução da abrangência nacional e regional, na descaracterização da transferência de renda como direito social, na focalização e na seletividade.

Ademais, o PBF foi substituído, em 2021, pelo Programa Auxílio Brasil, que caracteriza os objetivos propostos pela transferência de renda na perspectiva progressistas, uma vez que utiliza-se do mesmo como estratégia de cooptação eleitoral e ampliação de sua popularidade, que fora perceptível através do Auxílio Emergencial, benefício eventual de emergência implementado no período da Pandemia da COVID-19.

Portanto, compreende-se a relevância de uma Política de Transferência de Renda com bases firmes na compreensão de um direito para a população, e que sendo condicional perpassa a necessidade de estruturação na medida do avanço daquela população. Os Programas de Transferência de Renda no território brasileiro apresentam bases de uma dupla influência teórica, que ainda firma sua característica e mistificação em torno.

As condicionalidades no âmbito da saúde, podem contribuir quando implementadas vinculadas as ações de saúde pública, incluído a educação em saúde. Os avanços ocorridos perpassam a intersectorialidade executadas, no enquanto compreensíveis a população, ou não passarão de programas focalizados, com controles, regras e mecanismos, cuja tecnicidade apenas garante a manutenção da fila e o recebimento do benefício.

Referências

BRASIL. **Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf. Acesso em: 10 agost. 2022

BRASIL. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF: MC, 2020. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf. Acesso em: 10 agost. 2022.

BRASIL. **Acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação em 2020.** Brasília: DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico 37:** Mortalidade infantil no Brasil. Volume 52 | Nº 37 | Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf/view. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil:** conceitos e aplicações. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; BRITTAR, M.; BAHIA, M.; BEZERRA, R. A. **Combinando compensatório e redistributivo:** o desafio das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2285/1/TD_748.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. **Programas de Garantia de Renda Mínima e Ação Coordenada de Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: 1997.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M. C. M.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 1453-1462, 2007.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL. **Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=3>. Acesso em: 29 jul. 2022.

OLIVEIRA, F. C. C.; COTTA, R. M. M.; SANTANA, L. F. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Programa Bolsa Família e estado nutricional infantil: desafios estratégicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3307-3316, 2011.

WORLD WITHOUT POVERTY MUNDO SEM POBREZA. **Política Social:** Bolsa Família. Disponível em: <https://wpp.org.br/politica-social/bolsa-familia/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

A política de educação do ensino superior público para Pessoas com Deficiência

Jeovana Batista de Sousa Nunes

Introdução

Para situar a discussão do acesso à educação e as pessoas com deficiência, é necessário pautar a educação brasileira enquanto uma política elaborada para atender aos interesses das classes dominantes, a fim de perpetuar a acumulação capitalista e o poder da classe a quem beneficiaria, configurando-se no padrão de educação voltada as necessidades do capital com vistas ao processo de expansão e acumulação, servindo, predominantemente, como um espaço de preparação ao trabalho explorado, “em que a correlação de forças permite a prevalência de certos direitos sociais diante do particularismo do Estado. No caso brasileiro, historicamente a universidade pública não foi consolidada como direito universal” (Leher, 2019, p. 17).

A educação, desde seus primórdios, configura-se como um modelo ofertado a uma pequena parcela da sociedade detentora de poderes como um privilégio, e assim sendo, a educação direcionada às pessoas com deficiência foge as regalias, carregando a marca do preconceito, da integração social e da exclusão. Vale ressaltar que a política de educação para pessoas com deficiência está imbricada em diferentes conceitos, dentre eles: específica, inclusiva, especial ou excepcional.

A escrita deste capítulo direciona a leitura ao conceito de educação inclusiva enquanto uma necessidade específica chamando a atenção ao binômio “inclusão versus exclusão”, sobretudo para relatar que a educação inclusiva, muitas vezes, está enviesada pela política de integração social como bem mencionou Veiga-Neto (2001), em seu texto “*Incluir para excluir*”.

O “paradigma da inclusão”, deveria substituir a ideia de integração, com condições de acessibilidade e inclusão para todas as pessoas, independentemente das limitações físicas, sensoriais ou cognitivas, todavia, recordamos que a Educação Especial para pessoas com deficiência foi organizada a partir de iniciativas particulares isoladas e com pouquíssimas ações oficiais, que ocorrera de 1854 a 1946, como relata Mazzota (2001), as iniciativas da educação especial foram trabalhadas de forma isolada no Imperial Instituto de Meninos Cegos do Rio de Janeiro, criado em 1854, que passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC) em 1891; Imperial Instituto dos Surdos e Mudos, em 1957, passando a se chamar em seguida de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundada por D. Pedro II.

A integração social traz a ideia de que deveria haver a reabilitação individual para que, por méritos próprios e o mais próximo possível de um padrão de “normalidade”, a pessoa ou estudante com deficiência pudesse ser integrada ou reintegrada nos sistemas gerais de educação, saúde e trabalho, como bem nos lembra Sasaki (1997), indagando sobre a razão de nomear de “anormal” discentes que tem uma necessidade educativa especial ou necessidade educacional específica, que em muitas situações são excluídos ou convidados a integrar-se para permanecer nos espaços acadêmicos.

As políticas de integração social atuam mediante mecanismos de ocultamento do caráter sistêmico das formas de manutenção das desigualdades sociais. Castel; Wanderley; Belfiore-Wanderley (2011)

Nesse sentido, a noção de “exclusão” remeteria a um ato que poderia ter como seu reverso as políticas de “inclusão”, e com isso se apagaria o fato de que a própria constituição do corpo social nas sociedades capitalistas dá-se mediante uma exclusão estrutural. Contudo, uma vez entendida como um ato contingente à formação social capitalista, a “exclusão” poderia ser, de algum modo, compensada mediante políticas de inclusão dirigidas aos grupos marginalizados. (Benevides, 2011, p. 248).

A “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais”, ou, da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX (Mazzota, 2001, p. 27).

Cabe ressaltar que o processo de formação profissional frente a política de educação para pessoas com deficiência é envolto por diferentes terminologias, dentre elas, destacamos duas: 1. Educação Inclusiva e 2. Educação Especial, que se diferem. Para explanar essa diferença utilizaremos as palavras do pesquisador e assistente social Sasaki (1997) ao relatar: a primeira se propõe incluir, a outra, na medida em que defende uma educação separada e exclusiva, acaba segregando as pessoas com deficiência.

E, nos lembra Gawryszewski; Motta (2017) que vivenciamos uma ofensiva de valores e pautas conservadoras no âmbito da educação brasileira, de espoliação ao direito à educação, que deixa a margem uma grande parcela da sociedade sem acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. É nesta direção que este capítulo vem discorrer sobre a política de educação para pessoas com deficiência; a política de ações afirmativas e o programa incluir.

A educação para todas as pessoas e a política de ações afirmativas

A educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas parece um clichê, mas é necessário reforçar que trata-se de um direito fundamental, entretanto, para que seja de fato efetivo e atenda todos os segmentos de nossa sociedade, e primordialmente, para que as pessoas das camadas pauperizadas atinjam níveis mais elevados do ensino, no atual contexto capitalista ultraneoliberal, convidamos a refletir a política de educação e a autonomia universitária, sobretudo, sua função social dentro do contexto escasso e de natureza cada vez mais excludente, seguindo a lógica bancária da educação que restringe as oportunidades.

Sob essa égide, a autonomia universitária é condicionada a ordem e a “mão invisível do mercado”, de forma que a liberdade e a autonomia são associadas ao livre mercado, onde este último conduziria sozinho o equilíbrio da sociedade. Para os neoliberais, o Estado é identificado como entrave para a liberdade almejada e “é causa exclusiva das dificuldades das sociedades contemporâneas” (Leher, 2011, p. 9).

É significativo que se compreenda, no primeiro momento a política de educação brasileira, que assume a função de difundir a lógica dominante para que seja aceita como normal as políticas educacionais excludentes e segregadoras, o que vai na contramão da educação inclusiva no país, mesmo com uma vasta legislação que traduz o compromisso mundial de assegurar o direito à educação para todos (Santos; Reis, 2015).

Para que se tenha a efetivação de uma educação universal, é necessário investimento econômico, mas também é preciso combater quaisquer práticas de exclusão social, assim como, implantar medidas para que o respeito a diversidade aconteça enquanto mudança estrutural e ideológica (Ferreira, 2012).

É necessário compreender as questões históricas e culturais que sustentam a organização social. Neste sentido, historicizamos, brevemente que “de 1957 a 1993 emergiram as primeiras iniciativas oficiais de inclusão em âmbito nacional, pelo Governo Federal, com a criação de campanhas voltadas a educação das pessoas com deficiência visual, auditiva e mental, em específico”. As ações estavam subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinham como funções, “a promoção, em todo território nacional, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiência; a cooperação técnica e financeira com entidades públicas e privadas; e o incentivo de organização de cursos e entidades voltados a essa área” (Kassar, 2004, p. 28).

Corroboramos com Ferreira (2012, p. 16) quando nos convida a compreender a estrutura e o desenvolvimento das sociedades, à qual essa “educação está submetida para analisar em que aspectos ela consegue possibilitar melhores condições de vida para todas as pessoas, inclusive para as com deficiência”, uma vez que a formação profissional destas, está legalizada em acordos internacionais, na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes de Bases da educação (LDB) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI); a partir de dois documentos internacionais: a “Declaração Mundial de Educação para Todos” aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, entre 5 a 9 de março de 1990, dedicando seu artigo 3º, para tratar sobre a universalização da educação e a promoção da equidade e a Declaração de Salamanca, criada na Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994, com o intuito de discutir a oferta da educação para pessoas com necessidades educacionais especiais.

Este capítulo foi pensado com a finalidade de contribuir e tornar possível uma educação universal, humanista e acessível, tendo em vista que as pessoas estão chegando ao ensino superior e “adaptando-se” as condições postas, almejando concluir sua formação profissional e acender ao mercado de trabalho. Enquanto, as universidades e institutos federais estão recebendo-as sem as devidas condições de acesso e, neste sentido, é urgente pensar como agir frente as necessidades específicas ou frente as necessidades educacionais especiais, levando em consideração as diferenças que cada pessoa carrega.

É preciso direcionar o olhar as pessoas com deficiência motora, cegas, surdas e com deficiência mental, que necessitam de condicionalidades específicas para além do espaço físico acessível, onde se faz necessário: Ledor para cegos e o Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras); entre outras ações que venham a efetivar a LBI.

A educação para atender ao desenho universal deve pressupor medidas que extrapolam a dimensão de acessibilidade, seja arquitetônica, atitudinal, entre outras que possam atender todas as pessoas com ou sem deficiência, desde as práticas avaliativas e metodológicas relacionadas como forma de ensino e aprendizagem com vistas a assegurar uma educação humanista, na perspectiva gramsciana de efetivação da busca pela emancipação humana com fins a concretização de uma nova cultura pautada, sobretudo, na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, frente ao desafio da política de educação, enquanto política de proteção social, acessível a todas as pessoas e que leve em consideração as barreiras de “acessibilidade”. Citaremos algumas, referenciadas por Sasaki (2005, p. 23):

1) Arquitetônica - quando há barreiras ambientais físicas nos recintos internos e externos, como ruas, calçadas, edificações, salas de aula, nos transportes coletivos, entre outros;

2) Metodológica - quando os métodos e técnicas de estudo não sofrem adaptações de ordem curriculares, assim como as aulas que muitas vezes não envolvem a participação do todo. É urgente encontrar um “novo conceito de avaliação e de aprendizagem”, um “novo conceito de educação”, “novo conceito de logística didática e de ação acadêmica e comunitária com uma metodologia social, cultural e artística baseada em participação ativa de todas as pessoas (Sasaki, 2005, p.23).

3) Comunicacional - é preciso romper as barreiras na comunicação interpessoal face-a-face, com uso da língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual e comunicação escrita: jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para pessoas com baixa visão, além de outras ações que devem ser desenvolvidas e outras tecnologias assistivas para viabilizar a comunicação corporal, verbal e virtual, no quesito da acessibilidade digital.

4) Atitudinal - no quesito da educação, é preciso sensibilizar docentes, discentes e servidores técnicos administrativos em geral para tornar possível a convivência frente a diversidade humana, “resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações” (Sasaki, 2005, p.23).

Nosso interesse é contribuir com a comunidade acadêmica e a formação profissional, pensando no processo de inclusão social, sobretudo, educacional levando em consideração que o significativo aumento da parcela da sociedade com deficiência que consegue acessar ao ensino superior é preocupante, pois “o percentual não chegou nem perto de 1% do total” e, registramos neste espaço que: “menos de 10% da população com deficiência tem ensino superior completo” (Martins; Leite; Ciantelli, 2018, p. 16).

O retrato da Figura 1 nos leva a refletir sobre a política de educação inclusiva do ensino superior público, emergente do século XXI como um desafio urgente, de forma que precisamos considerar os indicadores sociais, mas sobretudo, a história de luta, celebrada na data 21 de setembro marcando o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de exaltar a luta anticapacitista e sensibilizar a população sobre o respeito as diferenças e a diversidade humana, enaltecendo a

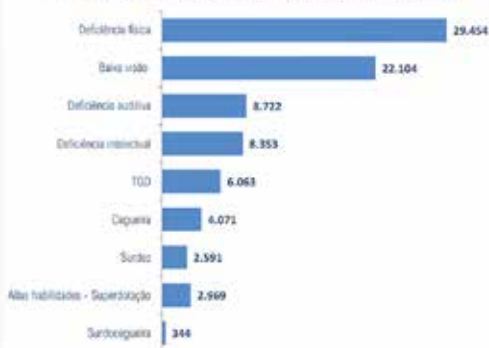
parcela da sociedade composta por 18,6 milhões, um percentual que corresponde a 8,9% de pessoas com deficiência em nossa nação, conforme mostra a Figura 2.

Figura 1: Inclusão na educação superior

Tabela 7. Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2012-2022

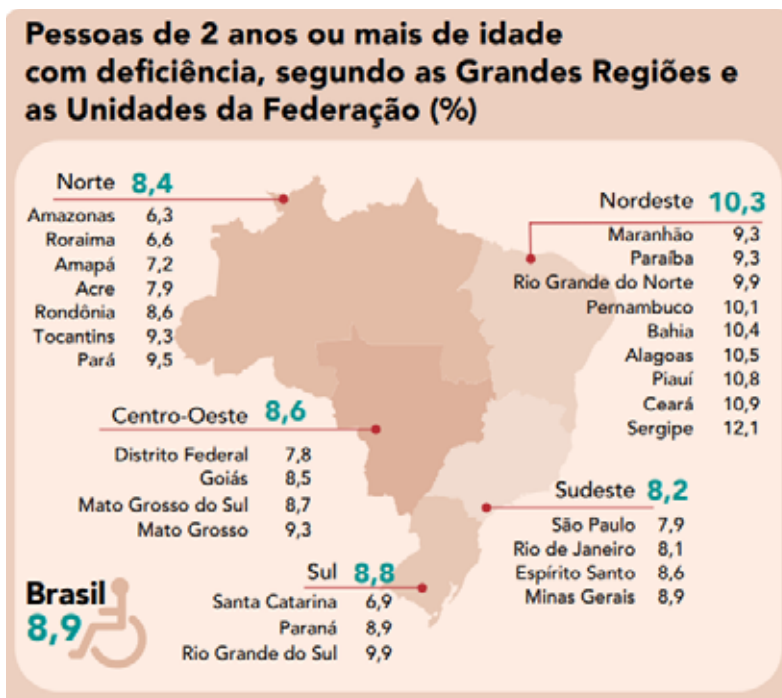
Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2012	20.482	0,4%
2013	29.094	0,4%
2014	33.177	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.533	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%

Gráfico 45. Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência – Brasil 2022



Fonte: IBGE, 2023

Figura 2: Pessoas com Deficiência no Brasil



Fonte: IBGE, 2023

Os indicadores demográficos da Figura 2 chamam atenção para as Unidades da Federação, neste sentido corroboramos com Belfiore-Wanderley (2011, p. 15) ao relatar que “mesmo considerando o fato de melhoria de alguns indicadores sociais, permanece a desigualdade social,” em todas as esferas: econômica, política, cultural, educacional, que se constitui como um imenso desafio a todos que acreditam que “um novo mundo é possível”. E, convidamos a refletir sobre o Nordeste, por ser a região com maior percentual: 10,3% dos 18,6 milhões de pessoas com deficiência.

Sobre a educação superior pública apresentamos a Tabela 1, extraída da pesquisa realizada por Sallit (2019), que relata que das 51 universidades brasileiras com mais de 5 mil discentes matriculados, 36 instituições de ensino superior públicas possuem 1% de estudantes com alguma deficiência.

Rank.	Tabela 1: Universidades Públicas com mais de 5.000 discentes e com maior representatividade de estudantes com deficiência	Estudantes com Deficiência	%
1	Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	419	4,1%
2	Universidade Federal do Acre (Ufac)	384	3,9%
3	Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	356	2,9%
4	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	732	2,6%
5	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	435	2,5%
6	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	452	2,3%
7	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	357	2,0%
8	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	123	1,9%
9	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	295	1,9%
10	Instituto Federal do Ceará (IFCE)	293	1,8%
11	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	160	1,8%
12	Universidade Federal de Rondônia (Unir)	170	1,7%
13	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	454	1,6%
14	Universidade Federal do Ceará (UFC)	483	1,6%
15	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	112	1,5%
16	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	232	1,4%
17	Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	74	1,4%

Rank.	Tabela 1: Universidades Públicas com mais de 5.000 discentes e com maior representatividade de estudantes com deficiência	Estudantes com Deficiência	%
18	Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	90	1,4%
19	Universidade Federal do Abc (UFABC)	179	1,4%
20	Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	190	1,3%
21	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	320	1,3%
22	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	316	1,3%
23	Instituto Federal do Rio Grande Do Sul (IFRS)	81	1,2%
24	Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	80	1,3%
25	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	399	1,2%
26	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)	108	1,2%
27	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	480	1,2%
28	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	233	1,2%
29	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	114	1,2%
30	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	246	1,2%
31	Universidade Federal do Pará (UFPA)	430	1,2%
32	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	91	1,0%
33	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	325	1,0%
34	Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp)	349	1,0%
35	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	112	1,0%
36	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	52	1,0%

Fonte: Censo (2018 apud Sallit, 2019).

A Tabela 1 nos faz refletir sobre o Estado da Paraíba, por ser o primeiro no *ranking*, representado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) com o percentual de 4,1% de estudantes com alguma deficiência, ocupando o 1º lugar; a Universidade Federal Paraíba (UFPB) está em 13º, ocupando o último lugar em nosso Estado; a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 7º, com 2% e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em 9º lugar, com 1,9% de seus estudantes matriculados, com alguma deficiência, conforme os dados da pesquisa de Sallit (2019).

Reforçamos o olhar, urgente, para a política de educação inclusiva do ensino superior no Nordeste e registramos que a pesquisa de Ribeiro (2022) sobre “As pessoas com deficiência no ensino superior: um estudo na educação pública do Maranhão” proporcionou este capítulo, bem como o projeto: “A formação profissional crítica e educandos com deficiência”, apresentado ao Departamento de Serviço

Social da UFPB na “373ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2023, aprovado “por unanimidade”, conforme a Certidão Nº 28 (Brasil, p.1, 2023a).

Nossa finalidade é seguir pesquisando, com a intenção de contribuir com a formação profissional humanista e aproveitamos para registrar a criação da primeira “Comissão Setorial de Acessibilidade do Departamento de Serviço Social, que foi aprovada, por unanimidade, na 372ª Reunião Ordinária do Colegiado do Departamento de Serviço Social”, conforme a Portaria Nº 7/2023 e entendemos que, a UFPB caminha na direção de que é possível um novo mundo ou um novo conceito de educação para todas as pessoas (Brasil, p. 1, 2023b). Também ressaltamos que, há outras ações dentro da UFPB, como exemplo, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) criado, oficialmente, no dia 26 de novembro de 2013, através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (CONSUNI) (Brasil, 2013).

Todavia, ressaltamos que a política de educação inclusiva no ensino superior público tem como marco histórico o ano de 2005 e passos lentos, tendo em vista o seu marco temporal e as primeiras iniciativas/ações das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir de 26 de abril de 2007, quando foi implementado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), com a proposta de assegurar as pessoas com deficiência os seus direitos, dentro das universidades.

Dutra (2018) relata que o Programa Incluir emergiu como uma política frente as intervenções, com ações e metas “necessárias” ao acesso, permanência e egresso de estudantes com deficiência, uma vez que este programa possibilitou a criação de Núcleos, Comitês e Assessorias de Acessibilidade dentro das IFES entre 2005 e 2011, a partir dos projetos de criação e consolidação através da concorrência entre si, mas apresentava “muitas falhas”, devido a lógica dos editais da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e Secretaria de Educação Superior (SESU).

Em 2012, universalizou-se o Programa Incluir e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a garantir, na matriz orçamentária das IFES, recursos prévios para concretização da educação inclusiva e acessibilidade por meio dos Comitês, Diretorias e Núcleos de Acessibilidade, com a finalidade primordial assegurar a inclusão, a permanência e o egresso de estudantes com deficiência das IFES. No entanto, é perceptível que o Programa Incluir está voltado aos números, ou melhor, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para composição dos dados educacionais. “O Programa Incluir não estabelece diretrizes específicas para a inclusão. Ele repassa às instituições de ensino superior a responsabilidade de criar e implementar as políticas educacionais inclusivas, com as diretrizes voltadas à acessibilidade” (Ferreira, 2012, p.77).

Os Núcleos, diretoria e comitês de inclusão e acessibilidade das IFES que foram implantados para atender ao Decreto nº 7.611/2011 e em consonância com o Programa Incluir para “organizar ambiente, instalações, equipamentos e materiais didáticos, com o intuito de promover a participação dos estudantes nas atividades ofertadas pela instituição”, com vistas “à eliminação das barreiras físicas, comunicacionais e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com deficiência”, também caminha a passos lentos (Brasil, 2013 apud Silva, 2016, p. 48).

As políticas de educação voltadas para inclusão social ou ações afirmativas, seguem a lógica de enfrentamento da crise do capital, de minorar as expressões de

exclusão social e alinhadas aos documentos elaborados por organismos internacionais que recomendam mudanças do sistema educativo, a partir da observância das recomendações existentes na Declaração Mundial da Educação para Todos e da Declaração de Salamanca.

Os documentos normativos voltados para democratização do ensino superior a partir da elaboração de políticas educacionais afirmativas deveriam assumir o compromisso político e social com a oferta de vagas para todas as pessoas promovendo ações e metas para diminuir as desigualdades de acesso, a permanência e o egresso à educação de segmentos sociais “excluídos”: pessoas pretas e pardas, estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência e indígenas, em meio aos processos seletivos de ingressos nas universidades públicas e institutos federais, como forma de reparar os danos historicamente causados pelo processo de espoliação do direito à educação.

Entretanto, relata Behring; Boschetti (2008, p. 51) que o reconhecimento é mínimo por parte do “Estado repressor”, sob a direção do capital, que segue limitando, reprimindo e consagrando legislações sociais “punitivas”, restritivas frente ao “abandono das medidas repressivas de proteção social”.

Essa lógica vem desde os mais remotos tempos, em que a sociedade vivencia uma diversidade de práticas sociais de desproteção social, excludentes e segregadoras, de forma que diferentes segmentos populacionais ficam a margem, sem acesso aos direitos sociais básicos, dentre esses, destacamos as pessoas com deficiência “invisível” ou não aparente, pelo menor grau da deficiência, que muitas vezes não procuram os núcleos, comitês, diretorias e comissões de acessibilidade por desconhecer a existência destes, ou por desconhecer os seus direitos e deveres dentro do ensino superior, enfrentando ou “aceitando” as consequências do esquecimento ou melhor da desproteção social, dada a falta de uma política de proteção social ampliada.

Em pleno século XXI sofremos aos influxos da onda de uma cultura ultraconservadora, que segue a lógica do projeto hegemônico de sociabilidade burguesa e mundialização do capital configurado na sociedade da informação, tecnologias, aldeia global do conhecimento e do mercado financeiro. É nessa nova configuração desenhada pelo capital que a problemática da exclusão social dos países periféricos precisa ser administrada por meio da democratização do acesso à educação. Por ser considerada:

[...] uma eficaz estratégia de alívio da pobreza que se amplia e aprofunda nos países da periferia do capitalismo, constituindo-se como política internacional de segurança do capital; como promissora área de investimentos para o capital em sua crise incessante busca por novos mercados e novos campos de exploração lucrativa; e como importante estratégia de difusão da concepção de mundo da burguesia, em sua disputa constante para conformar mentes e corações à sua imagem e semelhança (Lima; Silva; Silva, 2005, p. 22).

Cada instituição tem sua autonomia universitária para desenvolver as atividades com vistas as necessidades específicas das pessoas com deficiência, determinada e organizada por acordos com condições concretas de produção e de reprodução da vida em determinado sistema econômico. Todavia, Mészáros (2008) salienta que as instituições formais de educação exercem uma função ideológica

no sistema capitalista, tornando-se um instrumento do processo de acumulação de capital através da oferta do conhecimento e pessoal para a reprodução do sistema, criando consenso entre as classes a partir de um sistema de internalização, que transmite e dissemina os valores que legitimam os interesses da classe dominante.

Mesmo reproduzindo a ideologia de uma classe em particular, a escola tem sido reprodutora de tensionamentos antagônicos, haja visto que é o único modelo oferecido para as classes subalternas. Lembrando que, o modelo disponibilizado não é o ideal, mas é parte de um processo político de construção de uma hegemonia ou de uma contra hegemonia (Castro; Rios, 2007).

A igualdade e o respeito a diversidade deveria ser constituído como a regra mestra de aplicação das garantias sociais de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, como bem retrata a Constituição de 1988, que sentencia a igualdade formal e consubstancia o princípio da isonomia pautado na afirmação de que todos são iguais perante a lei, entretanto, não é o que ocorre na realidade concreta.

Há uma necessidade, urgente, de uma política de educação de respeito as diferenças, a diversidade humana e a inclusão social, que exerça a função social das IFES no que tange ao acesso, a permanência e o egresso, frente a garantia de direitos. Uma educação que de fato possa contribuir com a formação humanista, abrangendo medidas que extrapolem a resposta aos números e promova as pessoas com deficiência e a toda sociedade, de modo geral.

A partir do método de análise gramsciano é possível perceber que a presença, ainda, incipiente das pessoas com deficiência no ensino superior está estreitamente ligada às dificuldades enfrentadas no processo de escolarização desde a educação básica. Neste sentido, é preciso rever o projeto de universidade para todos, que queremos, assim como rever os projetos pedagógicos, as ações, metas e metodologias aplicadas e/ou desenvolvidas pelas instituições de ensino superior público, bem como é urgente a valorização e capacitação profissional dos docentes e servidores técnicos administrativos a fim de combater a “desumanização”, como bem lembra Marx (1978).

A doutrina materialista sobre a mudança das contingências e da educação se esquece de que tais contingências são mudadas pelos homens e que *o próprio educador deve ser educado*. Deve por isso separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da outra. A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como práxis revolucionária. (Marx, 1978, p. 51, grifos nossos).

As políticas educacionais precisam de mudanças significativas, de valorização docente e capacitação da comunidade acadêmica. Assim sendo, “eliminar” as formas de desigualdades socioeconômica e culturais existentes na particularidade brasileira, tal como expresso na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, Acesso e Qualidade, em Salamanca no ano de 1994 ultrapassa a fronteira de números e conclama a verdadeira formação humanista.

A eliminação de barreiras físicas, atitudinais e infocomunicacionais devem ser incluídas como pauta de lutas diárias para a desconstrução de conceitos e pre-

ceitos que segrega as pessoas com deficiências, no âmbito da sociedade civil e acadêmica, em particular no ensino superior público. Neste sentido, é necessário lembrar o princípio educativo do pensamento gramsciano que rejeita as escolas que possuem uma diferenciação classista, ou seja, aquelas destinadas a formar operários e aquelas para formar especialistas e dirigentes (Gramsci, 2001).

Dentro do viés da formação humanistas é urgente o compromisso com a educação para todas as pessoas. Neste sentido, é válido lembrar que existem docentes ministrando aulas para pessoas com deficiência sem saber que estas pessoas têm algum tipo de deficiência, como relata Ribeiro (2022), há docentes que desconhecem discentes com deficiência em suas disciplinas, tendo-os em suas turmas/disciplinas regulares.

A compreensão da educação humanista está relacionada a igualdade de oportunidades invocando como princípio basilar o respeito, considerando a diversidade humana e o papel da universidade frente a operacionalização das políticas de inclusão, todavia, ressaltamos que esta, tem como compromisso a preparação para a vida em sociedade e para o trabalho, possibilitando a autonomia dos “sujeitos”, a emancipação humana e política. Cabe ressaltar que o “modelo” gramsciano da escola unitária, humanista, é aquele que educa no sentido político e filosófico para manter uma visão de mundo crítico e consciente (Silva; Evangelista, 2015).

Para Gramsci “todos os homens são intelectuais” apesar de nem todos desenvolverem essa função, assim, a escola em sua visão “é um instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis” sendo eficaz para imprimir mudanças sociais, na medida em que exerça a função de “elevar a consciência do trabalhador através da compreensão e crítica da ideologia dominante” (Gramsci, 2001, p.19).

Considerações finais

Ao analisar a atual conjuntura detectamos que há um avanço de medidas, ainda que a passos lentos direcionadas as pessoas com deficiência frente ao processo de inclusão no ensino superior público, e por outro lado, resiste a onda ultraconservadora infiltrada em nossa comunidade acadêmica, de forma “agressiva”, em um cenário de relações sociais com forte resistência as minorias.

O processo de inclusão é considerado um processo “novo”, a partir do programa “incluir” reforça-se que esse processo requer mudanças estruturais e culturais, sobretudo, em nossa comunidade acadêmica.

A temática ora exposta não se esgota, é urgente e carece aprofundamento para além da inclusão, cotas ou ações afirmativas, sobretudo, quando se trata da permanência ao egresso de estudantes com deficiência, que precisam seguir para o mercado de trabalho ou para pós-graduação, em nível *stricto sensu*.

Ressaltamos que a existência de leis, decretos e documentos que garantem a inclusão das pessoas com deficiência na educação pública do ensino superior é de extrema relevância, mas refletir nos fatores que inviabilizam a permanência destas pessoas é um desafio e um convite, se levarmos em consideração o número de pessoas com deficiência sem acesso à educação pública e a evasão acadêmica.

Por fim, almeja-se que este capítulo sirva de base para pesquisas em andamento e vindouras.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Belfiore-Wanderley, Mariangela. **Apresentação da 3ª edição**. In: Orgs. Belfiore-Wanderley, Mariangela; Lucia Bógus; Maria Carmelita Yasbek. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2011.

BENEVIDES, Pablo Severiano. As retóricas contemporâneas e a significação da educação inclusiva. **Psicologia & Sociedade**; 23 (2), p. 248-253, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/F4NjS7GjphJVFFhb3HfSPQP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 34/ 2013**, do Conselho Universitário. Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, dia 26 de novembro de 2013. Disponível em: 2013 <<https://www.ufpb.br/cia/contents/documentos-1/resolucao-34-2013.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Documento Orientador Programa Incluir: acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESU**: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. **Certidão Nº 28**, de 20 de dezembro de 2023. CCHLA/DSS/UFPB. João Pessoa: 2023a.

BRASIL. **Portaria Nº 7**, de 19 de outubro de 2023. CCHLA/DSS/UFPB. João Pessoa: 2023b.

CASTEL, Roberto, WANDERLEY, Luiz Eduardo W., Belfiore-Wanderley, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2011.

CASTRO, Michele Correa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e Educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007. Disponível: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/187>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

DUTRA, Valéria Valeska Mendes. **O processo de educação inclusiva de pessoas com deficiência na Universidade Federal do Maranhão: uma abordagem a partir do Programa Incluir**. 2018. 73f. (Monografia em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFMA, São Luís, 2018.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. 2012. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MOTTA, Vânia Cardoso da. A ofensiva conservadora-liberal na educação: elementos para uma análise da conjuntura contemporânea. **Trabalho Necessário**. Ano 15, Nº 26/2017. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em: 02 dez. 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pessoas com Deficiência 2022**: PNAD Contínua. Divulgação dos Resultados Gerais, p.1-41. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediai-bge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf>. Acesso em 03 dez. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Uma leitura da Educação Especial no Brasil**. In: Roberta GAIO; Rosa G. Krob Meneghetti. (Org.). Caminhos pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, v. 1, p. 19-42.

LEHER, Roberto. Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. In: 32º Encontro Nacional de Estudantes de Direito ENED, 2011, São Paulo. **Caderno de Textos**. p. 03-12. São Paulo: Faculdade Zumbi dos Palmares e Clube de Regatas Tietê, 2011.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LIMA, Terezinha Moreira; SILVA, Maria Jacinta; SILVA, Maria Muniz Marques. **Crianças e adolescentes com deficiência**: direitos e indicadores de inclusão. São Luís: EDUFMA, 2005.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. **Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras**. Artigo. Psicol. Esc. Educ. 22 (spe), 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018033>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. In: MARX, Karl. **Os Pensadores**. São Paulo: Victor Civita, 1978. p. 51-53.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

RIBEIRO, Jeovana Nunes. As pessoas com deficiência no ensino superior: um estudo na educação pública do Maranhão. **Relatório Final PIBIC**. São Luís: UFMA, 2022.

SALLIT, Mathias. As maiores representatividades de pessoas com deficiência nas universidades do Brasil. **Revista Quero Bolsa**, 02 dez. 2019. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/revista/maiores-representatividades-de-pessoas-com-deficiencia-nas-universidades-do-brasil>>. Acesso em 02 jan. 2024

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, p.19-23, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma Sociedade para Todos. WVA, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Thiffanne Pereira dos; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação especial**: Da segregação a inclusão? UEG – Câmpus Inhumas: 8 a 13 de junho de 2015.

SILVA, Elcio Arestides de Mattos da; EVANGELISTA, Francisco. Antonio Gramsci e a educação (escola unitária). **Laplage Em Revista**, 1(3), p. 55-66, 2015.

SILVA, André da. Mobilidade urbana e equidade social: possibilidades a partir das recentes políticas de transporte público na Metrópole do Rio de Janeiro. **GOT**, n 10, Porto, dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.014>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para excluir**. In J. Larrosa & C. Skliar (Orgs.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Serviço Social e Produção do Conhecimento

Serviço Social e formação profissional: a importância da pesquisa numa perspectiva antirracista

Aline Maria Batista Machado

A formação profissional é um tema bastante problematizado no campo acadêmico da área de Serviço Social. Conforme Koike (2009, p. 202), “Manter o processo de formação profissional sob permanente e crítica atualização torna-se, cada vez mais, uma necessidade nos diferentes campos profissionais”. Afim de mesmar a direção social crítica da formação profissional, o objetivo principal deste texto é expor algumas reflexões teóricas acerca da relevância da pesquisa numa perspectiva antirracista.

A Semana Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) iniciou a abertura do semestre 2023.2 trazendo a público o tema da formação profissional antirracista, uma demanda antiga da nossa sociedade e que foi tomada como central na agenda da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que em 2018 lançou o documento “*Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*”, o qual explica que:

Após o documento ser apresentado no ENPESS 2018, nossa proposta é que cada regional incentive atividades nas UFAs e organize dois ciclos de debates regionais no primeiro semestre de 2019, com o intuito de aprofundar a discussão com a base profissional e incorporar elementos teóricos, empíricos e políticos ao documento, contribuindo para a versão final. As sistematizações elaboradas pelas regionais serão enviadas ao Grupo de Trabalho (GT) “Subsídio ao Debate da Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” da ABEPSS, que terá a tarefa de finalizar uma versão final do documento e apresentar na Oficina Nacional da ABEPSS de 2019. (Abepss, 2018, p. 12).

O objetivo principal do documento é:

Oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada). (Abepss, 2018, p. 12).

Em uma das mesas redondas da referida Semana Acadêmica, intitulada: “Serviço Social e Formação Profissional da UFPB: ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva antirracista”, fiquei encarregada de abordar a importância da pesquisa na formação profissional em Serviço Social numa perspectiva antirracista, ao passo que outras duas docentes abordaram o ensino e a extensão. Assim sendo, a construção deste texto não advém de uma larga experiência acerca do tema étnico-racial, emerge do convite do Departamento de Serviço Social da UFPB para debatermos essa temática junto à comunidade acadêmica, e, agora, feito os devidos ajustes, transformado neste capítulo de livro.

De início, destaco que falar de formação antirracista é discorrer sobre uma formação que respeita os direitos humanos, de modo particular, os direitos de todo um povo oprimido, desde sua ancestralidade até a geração atual. É considerar, fundamentalmente, a histórica opressão ao povo negro. Por isso abordar o tema do antirracismo é considerar que a cultura tem um papel fundamental, pois ela é uma esfera de poder. E o poder não se consolida apenas economicamente. Ele se consolida, também, pela força da reprodução das relações sociais. Por isso que a educação tem um papel de poder dentro da cultura de uma sociedade. E a escola, a universidade, a mídia, e todos os centros educativos tem um papel essencial para uma formação educativa.

A despeito dos intelectuais positivistas quererem colocar essas instituições como “neutras”, a verdade é que de neutras elas não têm nada, e as que apostam em uma educação crítica, investem em uma formação problematizadora, questionadora, que visa processos de transformações sociais. Como é o caso da formação profissional em Serviço Social da UFPB, a qual se fundamenta no Projeto Ético-Político Profissional da área. Projeto, este, composto pelas diretrizes curriculares de 1996, pela lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) e do nosso atual código de ética, também de 1993.

Além disso, quando eu falo em formação profissional, meu lugar de fala é de uma mulher, negra, educadora, nordestina, que defende a Educação Popular, ou seja, uma educação que dialoga saberes científicos e populares em prol de uma formação que não seja verticalizada, ou seja, impositiva, de cima pra baixo. Em que o educador(a) saiba respeitar a leitura de mundo dos educandos. Obviamente que nesse diálogo, a problematização deve gerar um avanço de saberes de ambas as partes e também deve contribuir com a superação dos processos de alienação tanto do educador que acha que sabe tudo, como do educando que supõe não saber nada. Paulo Freire é uma das principais referências da Educação Popular e aponta na obra *Pedagogia do Oprimido* (2015) que a educação imposta pelo sistema capitalista foi a “educação bancária”. E explica que:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. (...) O educador que, aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. (...) O educador se põe frente aos educandos como sua antinomia necessária. Reconhece na absolutização da ignorância daqueles a razão de sua existência (Freire, 2015, p.81).

De acordo com o autor, para haver um efetivo diálogo entre as partes que dialogam é preciso mais do que troca de ideias, é necessário humildade na troca de ideias, a fim de que não se veja no outro apenas um ignorante, como na educação bancária. Para que o diálogo seja verdadeiro, faz-se imprescindível o pensar crítico, caso contrário, o que parece diálogo/troca de ideias, pode, na verdade, ser manipulação de ideias.

A pesquisa na perspectiva antirracista e o método dialético marxista

Na área do Serviço Social, a partir de 1996, as Diretrizes Curriculares da Abepss apontam uma lógica curricular que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social;
2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A pesquisa em Serviço Social, assim como metodologia do trabalho científico estão no núcleo 3, *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Mas, o que é pesquisa? Para responder essa pergunta temos que entender que a Ciência é a busca da verdade. E a pesquisa no campo científico emerge como o instrumento para investigar essa verdade. Mas como a realidade é muito complexa, a pesquisa não dá conta da totalidade da realidade, o que nós, pesquisadores(as) do Serviço Social, buscamos, é entender o objeto de estudo ou fenômeno investigado no contexto da totalidade social, fundamentado, sobretudo, mas não exclusivamente, no Materialismo Histórico-Dialético.

Essa perspectiva teórica metodológica dá conta de todos os objetos de estudo? Não. Daí muitos investigadores fazerem intersecção dessa corrente de pensamento com outras teorias críticas. E isso é importante, mas, há que se ter muito cuidado para não cair no ecletismo teórico.

A pesquisa é primeira etapa da produção do conhecimento, porque não basta só coletar dados, informações. É preciso interpretar esses dados à luz de uma teoria crítica. Para Severino (2016, p. 27),

Na universidade, a pesquisa assume uma tríplice dimensão. De um lado, tem a dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Ela é mediação necessária e eficaz para o processo de ensino/aprendizagem. Só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa. Mas ela tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão. O conhecimento só se legitima se for mediação de intencionalidade da existência histórico-social dos homens.

O fato é que toda teoria científica traz em si uma metodologia de investigação e um método. Na área de Serviço Social o método mais adotado nas pesquisas é o método dialético marxista. Ainda que a dialética tenha surgido desde a Grécia Antiga, com Heráclito de Éfeso. O método dialético marxista surge inspirado na forma como Karl Marx analisou as contradições do sistema capitalista, buscando

nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros da sociedade.

Por considerar o capitalismo reprodutor de relações sociais injustiças, Marx concebeu a filosofia “não como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” (Vázquez, 1977, p. 5). Sua forma de interpretar a realidade dá origem ao materialismo histórico-dialético (matriz teórico-metodológica conhecida como marxismo) e, por conseguinte, ao método dialético. Sobre este método explica Marx (1983, p. 20):

Meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Neste sentido, embora esse pensador tenha sido discípulo de Hegel – que concebia a realidade como uma projeção da ideia – se opôs ao aspecto mistificador da dialética hegeliana, promovendo uma nova inversão metodológica, a qual estabeleceu que não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência (primazia da matéria sobre a ideia). Conforme Boron (2007, p.40-42), o método dialético

propõe reproduzir, no plano do intelecto, o desenvolvimento que tem lugar no processo histórico. Coube a Hegel o mérito de ter descoberto as formas gerais de movimento da dialética. Só que ao plasmar suas descobertas, o que fez foi cristalizar uma visão mistificada e fetichizada da dialética. Recuperada sua “figura racional”, como dizia Marx, a dialética deixa de ser um inofensivo recurso retórico para tornar-se “escândalo e abominação para a burguesia”, e isso por muitas fundadas razões: porque sustenta que o conflito social é onipresente (...), porque a lógica na história não é de identidade senão de contradição (...) [e] porque, ao consagrar a provisoriedade e historicidade de todo o existente, é socialmente corrosiva e radical.

Ao sustentar que “o conflito social é onipresente” o método dialético aponta que o movimento histórico-social não ocorre alheio aos conflitos sociais, ou seja, não ocorre ocasionalmente, independente das ações do homem; ao assinalar que “a lógica na história não é de identidade senão de contradição” indica que o processo histórico não segue um percurso linear, evolucionista e imutável, ao contrário, são as contradições, os conflitos e as revoluções sociais que impulsionam seu movimento; e ao “consagrar a provisoriedade e historicidade de todo o existente” assinala as possibilidades de processos de transformação no contexto da totalidade social.

Boron (2007) destaca três aportes fundamentais do pensamento de Marx ao estudo da sociedade, os quais são centrais para viabilidade do método dialético: o primeiro reside na importância decisiva que esse pensador deu ao estudo da *totalidade social*, o segundo diz respeito à construção teórica que recupera a *complexidade e historicidade do social* e o terceiro é a *relação entre teoria e práxis*.

A totalidade social se contrapõe à esterilidade das visões fragmentadoras e reificadoras das relações sociais características do pensamento burguês. Diante da

ausência de contradições esta totalidade é, conforme Montenegro (1993), vazia e inerte e, estas, as contradições, fora da totalidade são formais e arbitrárias.

De acordo com Löwy (1992, p. 16), o princípio da totalidade como categoria metodológica não significa um estudo da totalidade da realidade, visto que ela é infinita e, portanto, inesgotável. Significa, então, “a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”.

Já historicidade é um dos requisitos lógicos fundamentais de uma interpretação crítica. O contraponto passado e presente é essencial para explicar ou compreender o movimento da realidade social, cujas “configurações estáveis, normais, estáticas, sincrônicas representam momentos, sistemas, estruturas da mudança, dinâmica, modificação, transformação, historicidade, devir” (Ianni, 1990, p. 94). Trata-se de levar em conta as conexões históricas, em uma relação dialética que permite uma melhor compreensão da sociedade em que vivemos. Decerto podemos argumentar que precisamente aí está uma das limitações de parte das teorias sociológicas e educacionais contemporâneas, que captam o que o autor denomina de momento do real, ao invés de captarem o movimento do real.

E a relação entre teoria e *práxis* é fundamental porque a ação é condição do conhecimento e vice-versa. Ao se reportar a relação entre teoria (enquanto busca da verdade) e *práxis* (enquanto prática política), Boron (2007, p. 49) aponta a deserção dos intelectuais do campo da crítica e da revolução e explica que

Marx não estava interessado em desvendar os mais recônditos segredos do regime capitalista por mera curiosidade intelectual, mas sim sentia-se urgido pela necessidade de transcendê-lo, dada a radical impossibilidade de construir, dentro de suas estruturas, um mundo mais justo, humano e sustentável.

Nessa perspectiva, o método dialético nos orienta não só a considerar a hegemonia da matéria sobre a ideia como a compreender o mundo para além da simples aparência, como um conjunto de processos em que a realidade social é vista como um fenômeno em movimento no contexto da totalidade social. Ademais, sugere que é sobretudo a partir da história que podemos perceber as contradições da realidade social e as possibilidades de superação dessas contradições, que ocorre por meio da ação concreta do sujeito social, isto é, da *práxis*. Concreto que, para Marx (1978), é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações.

O esquema reproduzido por esse método e difundido desde Hegel apresenta-se, conforme Fourez (1995), da seguinte forma: primeiro se afirma uma *tese*, isto é, a maneira pela qual a realidade se apresenta, depois, apresenta-se uma *antítese*, a negação da tese, negação que é aprovada pela aparição de outros pontos de vista, surgidos com base no exame crítico que se fez, e, enfim, apresenta-se uma *síntese*, que é uma nova maneira de ver, resultante do processo crítico. A síntese não é, porém, uma visão incontestável das coisas “é simplesmente uma nova maneira de ver, resultado da investigação” (Fourez, 1995, p. 35). Como assinala Frigotto (2006, p. 89), “a síntese resulta de uma elaboração. É a exposição orgânica, coerente, concisa das ‘múltiplas determinações’ que explicam a problemática investigada”. Diz, ainda, que na síntese podemos discutir as implicações para a ação concreta, a *práxis*.

Pensar dialeticamente é, portanto, ir “de encontro ao senso comum vulgar, o qual é dogmático, ávido de certezas peremptórias” (Gramsci, 1975, p. 1425). E aqui cabe distinguir senso comum de saber popular, visto que este último é de fato um saber, traz um conhecimento passado de geração em geração e o senso comum pode conter ao mesmo tempo saberes e processos de alienação.

Assim sendo, falar em pesquisa na formação profissional antirracista é, a meu ver, pensar de forma crítica, com o método dialético, embora muitas vezes o método etnográfico ou autoetnográfico prevaleça, visto que a Etnografia é um estudo descritivo da cultura dos povos, considerada a “ciência das etnias”.

A etnografia desenvolve-se no final do século XIX e início do século XX, como uma tentativa de observação mais holística dos modos de vida das pessoas. Foi encontrada primeiramente em livros de viagem, descrevendo sociedades exóticas. Muitos desses livros foram criticados por serem incompletos ou por dramatizarem excessivamente os fatos descritos. Houve também neste período um estudo de caso descrevendo os modos de vida desses povos exóticos, introduzindo desta forma a etnografia que daí se desenvolveu. Um dos marcos históricos na etnografia é o trabalho de Margaret Mead (1928), um trabalho monográfico em pesquisa educacional desenvolvido na universidade de Columbia que tem sido um marco na etnografia até a atualidade (...) Etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo. (Mattos, 2011, p. 53).

Diferentemente das áreas que se utilizam da etnografia, como a Educação e a Antropologia, a pesquisa na formação antirracista na área do Serviço Social deve utilizar metodologias críticas, que de fato se adequem aos seus objetos de estudo. Daí o Serviço Social apostar no método crítico dialético, fundamentado no aporte teórico marxista.

Conforme a Abepss (2018, 19):

a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação.

A meu ver, a formação profissional deve ir contra a perspectiva bancária da educação, visto que a troca de saberes populares e científico são fundamentais, e, como nos orienta a Educação Popular freireana, deve ultrapassar a “forma cotidiana

na de abordagem do mundo” para uma “forma crítica de abordagem do mundo”. Não devemos diminuir outros métodos de investigação, mas compreender os que efetivamente atendem os fenômenos pesquisados na área de Serviço Social, quais sejam: as variadas “expressões da questão social”. E é por isso que o método dialético marxista permite uma análise mais crítica e apurada da realidade social.

Finalizo citando Bell Hooks (2013, p. 273) quando diz: “A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades”. Fazemos, portanto, da formação profissional um processo de ensino e aprendizagem crítico, problematizador e democrático, que possibilite impactos reais para a atuação profissional antirracista.

Referências

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. Vitória, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf Acesso em: 10 mar 2024.

BORON, Atilio. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atilio A., AMADEO, Javier e GONZÁLEZ Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição crítica de V. Gerratana. Turim: Einaudi, 1975.

HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013.

IANNI, Otávio. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 13**. São Paulo, 1990.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. vol. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fc-fr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf> Acesso em: 19 mar 2024.

MONTENEGRO, M. E. **A psicologia histórico-dialética para cursos de licenciatura.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

As tendências e os desafios dos grupos de pesquisa no Serviço Social brasileiro

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tania Ferreira da Silva
Maria Betânia Gomes da Silva
Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva
Randriele de Lima Calixto

Introdução

Durante o século XX, ocorreu um conjunto de profundas transformações societárias geradas pelo grande Capital no enfrentamento às inflexões da crise da sociedade tardo-burguesa, instalada nos anos 1970. Segundo teóricos marxistas (Anderson, 1999; Berman, 1977; Eagleton, 1998; Harvey, 1996; Jameson, 2002; Kurz, 1999; Lukacs, 1959; Menegat, 2003; Therborn, 2012; Wood, 1999), essas inflexões incidem na sociedade capitalista contemporânea mediante rupturas políticas, econômicas e culturais, que se traduzem em processos de fratura do Projeto de Modernidade com a desconstrução das metanarrativas totalizantes – ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, freudismo, marxismo, positivismo, funcionalismo, estruturalismo, emancipação humana universal, progresso, etc. – que ameaçam a hegemonia do paradigma da racionalidade e a hierarquia na vida pública, e, resultam na emergência de um novo padrão societal, ainda que polêmico, conhecido como “irracionalismo pós-moderno”.

Essas mudanças societárias eclodem imbricadas às descobertas tecnológicas – derivada da Indústria 4.0, ou a quarta revolução industrial, tomada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), digitalização, conectividade, inteligência artificial (IA), redes e plataformas virtuais, internet das coisas e máquinas ensinadas a pensar – e às descobertas científicas, artísticas e arquitetônicas sob o legado da subjetividade e relativista, a lógica do trabalho e do capital móvel, a desreferencialização das pessoas, a distopia, a mediatização, o presenteísmo e o consumo imediato.

Nessa contextualidade, destaca-se a crítica à sociedade capitalista, marcada pela irracionalidade ou nova racionalidade (a lógica do capitalismo neoliberal), crítica esta fundamentada na razão dialética de totalidade que o Serviço Social se inspira.

A pós-graduação, a pesquisa e a produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro emblemam fatores que contribuem significativamente para o acúmulo teórico-metodológico da profissão. Nesse campo, evidenciam-se os grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social brasileiros, cada vez mais desafiados a elaborar análises críticas e atualizadas para o desvendamento dos contextos singulares e coletivos com os quais trabalham e nos quais se inserem.

A relevância da pesquisa no Serviço Social que valorize a habilidade investigativa é fundamental para fortalecer o processo de ensino e formação de profissionais de Serviço Social nas áreas de fundamentos teórico-metodológicos e política social. É através da pesquisa que ocorre a produção de conhecimentos sobre os fatores que influenciam o trabalho, as circunstâncias em que ele ocorre e os resultados que gera, tornando visíveis suas contribuições para a sociedade (Prates *et al.*, 2012).

De acordo com Almeida e Mendes (2014), as fundamentações teórico-metodológicas do Serviço Social se manifestam de diversas maneiras, incluindo a pós-graduação, a pesquisa e a produção de conhecimento. Tais elementos configuram-se como essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento do Serviço Social como área do conhecimento.

Nessa direção, o presente estudo objetiva construir uma reflexão a partir dos dados parciais da pesquisa intitulada “As tendências atuais dos grupos de pesquisa em Serviço Social brasileiro”, coordenada pela professora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB), da cidade de João Pessoa/PB.

A referida pesquisa integra um projeto mais amplo que tem como objetivo “Analisar histórico, teórico e metodologicamente os atuais grupos de pesquisa em Serviço Social, vinculados aos Programas de Pós-graduação brasileiros, na perspectiva da razão crítica do Projeto de Modernidade e da desrazão (irracionalidade) neoconservadora do movimento pós-moderno”, compreendendo o recorte espacial e temporal (2010-2020) e coordenada pela referida professora.

O objeto desta proposta investigativa incide sobre os grupos e núcleos de pesquisa e as respectivas produção de conhecimentos e contribuição para o adensamento teórico do Serviço Social no âmbito dos Programas de Pós-graduação no país. Neste capítulo serão apresentados dados parciais coletados do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUC-RS), avaliado pela Capes (quadriênio 2017-2020) com o conceito 7 (excelência), enquanto uma das fontes secundária e terciária da pesquisa.

Justifica-se a relevância deste estudo por considerar que ao analisar a produção do conhecimento dos grupos de pesquisa permitiu constatar as principais tendências e desafios enfrentados na relação entre a produção do conhecimento e a pesquisa no contexto da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil.-

O presente estudo adota o método do materialismo histórico dialético, visto à aderência temática na análise crítica da sociedade capitalista e contemporânea, permitindo apreender na investigação a totalidade histórica do objeto de análise

em sua dinâmica macrosocietária e as contradições no processo de produção e reprodução das relações sociais. Esse método possibilita ir além das aparências ao intentar alcançar a essência dos fenômenos.

Apesar dos significativos avanços no campo da pós-graduação, na produção de conhecimento e da pesquisa no Serviço Social, identificam-se desafios e tendências que permeiam o campo do Serviço Social brasileiro na relação com as instituições de apoio à pesquisa no Brasil, quanto à permanência na direção social crítica do projeto ético-político profissional, desmonte da educação pública, desfinanciamento do orçamento público, o negacionismo da ciência, dentre outros.

Resultados e Discussões

A partir do final do século XX, a pesquisa e a produção de conhecimentos no Brasil têm fortalecido o processo de amadurecimento do Serviço Social. Segundo Prates (2013), essa atividade representou um marco significativo na consolidação do acervo simbólico da profissão ao longo das últimas quatro décadas, tendo em vista que estas se constituíram como um divisor de águas no processo de consolidação do acúmulo da produção do conhecimento do Serviço Social, de importância basilar para o amadurecimento teórico e para o desenvolvimento da profissão.

Nesses termos, os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que se conformaram no país ampliaram a produção de conhecimentos na área, conferindo à profissão um novo estatuto. Essa produção de conhecimentos permitiu uma maior reflexão teórica e prática, fortalecendo o embasamento da profissão e sua atuação diante das demandas sociais (Prates, 2013).

Além disso, Prates (2013) destaca que no campo do Serviço Social a pesquisa e a produção de conhecimento foram consubstanciadas em três subáreas de conhecimento, a saber: Fundamentos do Serviço Social, Trabalho e Questão Social, e Política Social. Contudo, essa produção de conhecimento requeria ser difundida nos processos de formação. Para tanto, a autora cita a criação da revista Serviço Social e Sociedade em 1979; a inclusão, pela primeira vez, da pesquisa como uma das exigências da formação profissional pela reforma curricular de 1982; em 1987, a criação do Centro de Documentação em Pesquisa, Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) daria mais um impulso à produção de conhecimentos na área com a publicação dos Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS e dos Cadernos ABESS no período de 1986 a 1998 e, posteriormente, substituídos pela Revista Temporalis; ademais, sucessivos periódicos foram produzidos pelos Programas de Pós-graduação ao longo das décadas seguintes, entre outros elementos fomentadores.

Nos anos de 1980, as principais agências de fomento de pesquisa – Capes e CNPq – incluem o Serviço Social como área de conhecimento (Prates, 2013). Nesse período, as pesquisas e o debate profissional centravam-se na discussão metodológica, nas controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais e na produção de conhecimentos e intervenção do Serviço Social; já nos anos de 1990, mesmo em um contexto de “crise paradigmática” associada à crise do socialismo, na retomada da tradição marxista e no embate entre modernidade e pós-modernidade, a hegemonia permaneceu ancorada na teoria marxiana (Prates, 2013). No início dos anos 2000, o Serviço Social finalmente se consolidou como área específica de pós-

-graduação na CAPES e a partir desse momento o debate, a pesquisa e a produção do Serviço Social centram as análises em torno dos impactos do ajuste macroeconômico, do neoliberalismo, das privatizações, das transformações do mundo do trabalho, do desmonte das políticas sociais, da reforma de Estado, enfim das contradições decorrentes do processo de mundialização e do capital virtual.

Nas últimas décadas, a produção intelectual do Serviço Social tem acompanhado as demandas societárias e, dessa forma, contribui para a sua explicação (Almeida, 2019). Nesse sentido, Prates (2013, p. 216), com base nos escritos de Simionatto, ressalta “a preocupação que a categoria precisa ter em garantir nas suas produções a mediação entre o universal e o particular”.

Em estudos que vêm sendo realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS) sobre “As tendências atuais dos grupos de pesquisa em Serviço Social brasileiro” constatou-se que, “A Área de Serviço Social possui 36 programas em andamento no quadriênio (2017- 2020), dos quais 3 foram implantados em 2019 (UFRB; UFT; UFBA [...]” (CAPES, 2022, p. 57). Assim, do total de 36 PPG da área, “25 (69,44%) são da área básica de Serviço Social; 10 (27,78%) são das áreas básicas de Política Social e Políticas Públicas, existindo apenas 01 PPG da Área de Economia Doméstica (2,78%)”, (CAPES, 2022, p. 59). Portanto, o número específico de Programas na área é de 35 PPGSS.

Nesse contexto, as investigações acerca das tendências atuais dos grupos de pesquisa a partir da espacialidade dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social brasileiros e da temporalidade no período de 2010 a 2022 têm apontado que a formação do perfil de líderes dos grupos de pesquisas requer alguns critérios essenciais: titulação máxima, ou seja, o líder deve possuir doutorado e/ou pós-doutorado na área acadêmica; atuação ativa em programa de pós-graduação, o que inclui ser docente de disciplinas, atuar como orientador(a) e também como pesquisador(a); ter produção científica regular, dessa forma, o líder deve ter uma produção científica consistente, tanto em periódicos indexados quanto nos estratos mais elevados do Qualis 1 (A, B, C e D), (Almeida, 2019).

Decerto, essa produção científica contribui para o avanço do conhecimento na área. Além disso, o líder deve desenvolver projetos de pesquisa, os quais devem atender às exigências dos órgãos de fomento, demonstrar relevância e impacto na área de pesquisa (Almeida, 2019). Em síntese, um líder de grupo de pesquisa, para promover o avanço do conhecimento em sua área de atuação, deve combinar expertise acadêmica, produção científica sólida e habilidades de gestão.

Contudo, a pesquisa aponta para as diversas barreiras existentes para acessar o restrito Sistema de Bolsas do CNPq. Tais barreiras não se limitam apenas à produtividade bibliográfica e tecnológica ou à participação em formação altamente qualificada, mas também estão relacionadas a fatores regionais (Almeida, 2019). Nessa direção, é válido ressaltar que a produtividade científica, a qualidade e a relevância das publicações, bem como a aplicação prática da pesquisa constituem um importante papel nesse processo. No entanto, não são os únicos critérios.

No que se refere à questão regional, destaca-se que a distribuição desigual de recursos e oportunidades entre diferentes regiões do Brasil incidem no acesso às bolsas de produtividade em pesquisador (PQ) do CNPq, sendo as regiões do Sul e Sudeste mais aquinhoadas, cujos Programas de Pós-graduação são melhor

avaliados pela Capes. Dessa forma, regiões menos desenvolvidas enfrentam desafios adicionais para obter financiamento e reconhecimento, afora o insignificante número de periódicos produzidos (Almeida, 2019), uma vez que o acesso às bolsas do CNPq inclui produção científica, formação, inserção regional e participação em programas de excelência.

Ante o exposto, salienta-se a relevância dos grupos de pesquisa na formação em Serviço Social tanto para estudantes como para profissionais, além do adensamento da produção de conhecimentos da área. Para Prates *et al* (2012, p. 175),

Os grupos de investigação são espaços por excelência para o adensamento desse debate e para despertar a curiosidade científica e o espírito investigativo, instigando a formação de profissionais críticos e estimulando alunos que almejem dar prosseguimento a seus estudos para formar-se como professores e investigadores.

De acordo com os autores, os grupos permitem a integração entre teoria e prática; estímulo à investigação; desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais; interdisciplinaridade e a possibilidade da investigação coletiva. Em síntese, os grupos de pesquisa são espaços enriquecedores que contribuem significativamente para a formação e capacitação de forma crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social (Prates *et al*, 2012).

No caso do PPGSS/PUCRS, fonte da pesquisa, assinala-se que esse programa foi criado em nível de mestrado no ano de 1977 e o doutorado no ano de 1998, mas somente a partir da década de 2000 deu-se o processo de cadastramento dos grupos de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

O referido Programa conta com 14 grupos de estudos, entre estes 09 (64,2%) são grupos de estudos e pesquisas e 5 (35,7%) são núcleos de estudos, os quais objetivam contribuir com a produção de conhecimento na área de Serviço Social tanto na Graduação como na Pós-Graduação. Podemos identificar que Núcleo de Pesquisa e Grupo de Pesquisa tem algumas distinções, conforme classificação dos órgãos de fomento de pesquisa, pois o Núcleo se caracteriza como conjunto de linhas de pesquisa e áreas de concentração. Por sua vez, o grupo de pesquisa pode ter mais de uma linha, mas apenas uma área de concentração do conhecimento (Almeida, 2019).

As investigações apontam que esses grupos possuem regularidade na produção científica, sobretudo com a produção de E-books (23 nos últimos 5 anos), desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse e mérito nacional e da profissão, bem como a participação em redes de colaboração nacional e internacional, dentre outras exigências acadêmico-científicas. Destaca-se, que o Programa conta com 3 líderes de grupos de pesquisa que são bolsistas PQ/CNPq no nível inicial (PQ-1E).

No que se refere à discussão dos dados sobre a dimensão investigativa correspondente ao Perfil dos Grupos de Pesquisa, os dados apontam para uma predominância das temáticas Formação/Ensino e Políticas Públicas; verifica-se, ainda, a tendência a várias temáticas investigativas referentes às subáreas do conhecimento do Serviço Social (Fundamentos e Políticas Sociais), as áreas afins até as áreas conexas, tais como: Estudos sobre América Latina, fundamentadas à discussão da Teoria Social Crítica; Gestão Social e Serviço Social; Estudo da Paz; Saúde, Educa-

ção Permanente e Rede conectada a outras temáticas, como Família, Violência e Serviço Social; Filosofia do Direito com ênfase nos estudos sobre a Dialética; Violência relacionado aos estudos de segmentos como criança e adolescente, idoso e gênero; Rede e Identidade.

Em referência à temática Formação/Ensino (28,5%), esta aparece com maior significância. Assim, considera-se que essa temática adquire grande relevância por vincular aos Fundamentos do Serviço Social que historicamente possui menor incidência de pesquisas nessa área, tendo em vista a concentração nos estudos da Política Social.

A segunda prevalência alude a temática de Políticas Públicas com 21,4%, o que revela uma tendência histórica em pesquisas no Serviço Social brasileiro. As Políticas Públicas são espaços tanto de formação acadêmica/profissional quanto de inserção de profissionais que atuam nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Ressalta-se que o termo Política Pública aparece na denominação de alguns grupos, já em outros se referem à setorialidade das políticas sociais, como: gestão e saúde. Nas ementas desses grupos, a Política Pública aparece explícita em temáticas como violência, gestão, identidades, redes e outras.

A terceira ocorrência de temáticas investigativas dos grupos, com 14,2%, relaciona-se aos estudos nas áreas sobre organizações, violência, saúde e intersectorialidade e gestão social. Esse resultado atesta o mérito da discussão sobre a Saúde na área de Serviço Social, tendo em vista ser uma demanda histórica na atuação e formação profissional e por ser uma das Políticas Públicas mais acessadas pela população, vez que é um direito universal conquistado constitucionalmente.

As demais temáticas abordadas reportam-se às múltiplas expressões da questão social, ainda que citada por apenas 01 grupo de pesquisa, estas são inerentes à proposta do PPGSS/PUCRS desde a denominação do Programa. Portanto, trata-se de temáticas que se imbricam na formação e na pesquisa do referido programa, tais como: família, violência, trabalho, território, direitos humanos e ética.

A pesquisa aponta também para o aparecimento de temáticas investigativas voltadas à discussão de Identidades e Subjetividade (7,1%), Violência (14,2%), Rede (7,1%), Organizações (14,2%), Estudo da Paz (7,1%), dentre outros. Esses resultados podem estar associados à emersão do conhecimento na tendência pós-moderna.

Sobre o discurso pós-moderno, Moraes (1996, p. 46) explica que,

O discurso pós-moderno e as teorias que o compõem não expressam um corpo conceitual coerente e unificado. Ao contrário, quando se quer delimitar o seu sentido, nos deparamos com uma pluralidade de propostas e interpretações, muitas vezes conflitantes entre si. Na verdade, o que se convencionou chamar de pós-moderno possui hoje tanta abrangência que se transformou em um tipo de “conceito guarda-chuva”, dizendo respeito a quase tudo: de questões estéticas e culturais, a filosóficas e político-sociais.

Essa diversidade de perspectivas é característica do pós-modernismo, que é um movimento intelectual e cultural, que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, fundamentado no pós-estruturalismo referente a uma abordagem de pluralidades (Moraes, 1996). No Brasil, chega nos anos de 1990 influenciadas pela literatura francesa.

Realça-se, ainda, a expressiva quantidade de projetos de pesquisas em desenvolvimento, coordenados pelos líderes dos grupos de pesquisa e a aderência destes à área de concentração e linhas de pesquisa do PPGSS/PUCRS. Comprovou-se, quanto ao desenvolvimento de pesquisas nos últimos 5 anos, um total de 69 projetos, em vigência a partir de 2018, cuja modalidade expressiva ancora-se no âmbito institucional (82,6%).

Outro fator relevante diz respeito à interação da atuação dos grupos de pesquisa em nível da articulação interna (institucional), interinstitucional (11,5%) e internacional (5,7%) (participação em redes). De acordo com os dados levantados, comprova-se que foram 6 instituições públicas que concederam algum tipo de financiamento (ou fomento) para desenvolvimento de projetos de pesquisa dos líderes dos grupos do PPGSS/PUCRS. Esse resultado indica uma característica de colaboração científica entre grupos de pesquisa que atuam em áreas similares.

Vale ressaltar que essa colaboração se dá em decorrência de vários aspectos, posto que as parcerias entre os grupos podem ocorrer para atender a editais de fomento ou para ampliação de estudos e pesquisas, diversificando perspectivas teóricas e metodológicas. Também podem ser pela proximidade entre as linhas de pesquisa e conhecimento, bem como para ampliar a produção e disseminar o conhecimento. Assim, essa colaboração é essencial para o avanço do conhecimento, a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos científicos mais robustos, conforme aponta Odellius e Ono (2019, p. 103-104),

O trabalho colaborativo não é um fenômeno recente, porém, passou a ter maior visibilidade à medida que a colaboração ganhou espaço no campo acadêmico. A *colaboração científica* (CC) constitui estruturas formadas por *grupos de pesquisa* (GP) que têm por finalidade uma atuação conjunta, com o compartilhamento de recursos financeiros, humanos, materiais ou de conhecimento, visando a obter resultados relacionados ao aumento da produção científica, o avanço do conhecimento, o desenvolvimento de competências e a estimulação da aprendizagem (grifo nosso).

Por certo, a capacidade investigativa pode contribuir de forma significativa na elaboração de planos, projetos, formulação de planejamentos, bem como subsidiar uma atuação mais qualificada, ética e efetiva na área de Serviço Social.

A pesquisa também buscou identificar e examinar as contribuições dos grupos de pesquisa em Serviço Social nas áreas do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas.

A produção bibliográfica gerada nos Programas de Pós-graduação (PPGs) desempenha um papel decisivo na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja avaliação incide na quantidade e a qualidade dos trabalhos científicos publicados pelos docentes e discentes dos PPGs, incluindo a produção de artigos científicos, livros, capítulos de livro, produção técnica e tecnológica, e trabalhos completos em anais de eventos acadêmico (Almeida, 2019).

No que tange a essas contribuições, identifica-se a relevância dos estudos e análises produzidos nas publicações, sobretudo, em E-books, os quais são organi-

zados por Líderes dos Grupos de Pesquisa em autoria individual ou em coautoria com demais autores.

Na particularidade do PPGSS/PUCRS, os dados coletados indicam a relevância em discutir e analisar a produção bibliográfica dos líderes dos Grupos de Pesquisa. A análise dos dados atinentes a essa produção, levantada no Lattes, compreende dois eixos investigativos simultâneos: a produção autoral de cada docente líder de grupo de pesquisa e a produção em coautoria desses docentes. Conforma-se, assim, como um processo de totalização das produções dos autores e coautores, arroladas nos indicadores bibliográficos: Artigos, Resumos, Trabalhos completos, E-books, Livros e Capítulos de livros. Destes, a publicação de Livros apresenta um menor percentual (5,5%); já os demais formatos de produção científica representam a maior parcela (84,4%).

Os dados sugerem, por um lado, que o foco dos pesquisadores se direciona à priorização dos artigos ou trabalhos completos em Anais e artigos em periódicos, estes reconhecidos e valorizados na comunidade acadêmica e científica. Por outro, a baixa incidência (5,5%) de publicação de livros indica desafios que vão desde a concepção até a publicação destes, pois exigem um processo mais complexo e oneroso financeiramente.

No Brasil, a ênfase na publicação de artigos em periódicos é uma das exigências no âmbito da produção científica, sobretudo dos docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação. Entretanto, a área do Serviço Social enfrenta séria dificuldade devido ao número limitado de revistas científicas bem avaliadas pelo Qualis, bem como o acesso adstrito em publicar em periódicos de áreas afins. Essas dificuldades potencializam-se também em face dos recursos insuficientes para fomentar a publicação das pesquisas. (Brasil/MEC/CAPES, 2019).

Outro dado relevante remete-se à contribuição dada pela publicação de 23 E-books para o adensamento do debate no Serviço Social brasileiro, demarcada por uma conjuntura interna adversa de características neofascista e ultraneoliberal do governo Bolsonaro e a pandemia da Covid-19 que afetaram, sobremaneira, as políticas públicas.

Os resultados apresentados na pesquisa demonstraram que ocorreu a participação dos líderes dos grupos de pesquisa do PPGSS/PUC-RS em produção de E-books, sendo que 3 realizaram produções autorais e 20 em formato de coletâneas, no total de 23 E-books, no período de 2018-2022. Verificou-se também a produção de publicações em outras modalidades não eletrônicas, entre autorias e coautorias de livros no decorrer da carreira acadêmica dos líderes dos grupos.

Diante desses resultados, é possível atestar que a publicação em coautoria (coletânea) é uma tendência na produção científica por possibilitar a divulgação das pesquisas, ser economicamente viável e favorecer a participação coletiva e o intercâmbio dos grupos de pesquisa do Programa, de outros Programas e internacionais. Nessa perspectiva, observou-se a presença de autores de outros Programas de Pós-graduação brasileiros para prefaciarem as obras, elaborar capítulos e atuar na editoria dos E-books.

Braghini, Munakata e Oliveira (2020, p. 4) argumentam sobre a questão da publicação em livros,

As agências de fomento à pesquisa vêm diminuindo o valor atribuído a este tipo de produção intelectual, o que afeta a avaliação e consequente classificação de programas de pós-graduação, professores e pesquisadores e seus projetos de pesquisa. Há também a disseminação, em especial em uma área como a Educação, a publicação de coletâneas sem qualquer tipo de cuidado, com um mínimo de organicidade, unidade, coerência. Em relação a este aspecto, muito motivado por um mercado editorial e por uma compulsão pela publicação, com tudo que daí advém (visibilidade, status, reconhecimento), com frequência as coletâneas em formato de livros reúnem textos díspares, sem conexão entre si, sem uma problemática comum. Mais ainda em um momento em que também está disseminado o autofinanciamento, que não raro significa um acordo tácito entre autores e editores, de que qualquer coisa pode ser publicada, desde que haja dinheiro para isso. Este caso trata mais de um apelo mercadológico do que propriamente acadêmico, principalmente considerando que não é possível medir com facilidade o impacto dessas coletâneas e, menos ainda, dos seus capítulos individualmente.

Contudo, merece considerar que “os livros cumprem, ainda, um papel fundamental na produção de conhecimentos” e as coletâneas “além de orbitarem em torno de temas, problemas, bases teóricas ou empíricas, são importantes por disseminar, de uma maneira mais ampla, o que de novo tem sido publicado pelo mundo acadêmico”, (Braghini, Munakata e Oliveira, 2020, p. 6).

Quanto às temáticas investigativas abordadas na produção bibliográfica revelam discussões pertinentes ao processo de formação profissional, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, em que são avaliadas e investigadas as tendências na produção do conhecimento. As temáticas investigativas incidem sobre Serviço Social, Políticas Sociais e demais temas.

As temáticas sobre a formação profissional versaram em torno do contexto de pandemia da covid-19, quando o ensino teve que se adaptar ao formato *online* em caráter de emergência, gerando uma particularidade no processo de aprendizagem de discentes.

Diante da pandemia do coronavírus, são profundas as mudanças no trabalho, na forma de sociabilidade, posto que somos sujeitos de vida em sociedade; nos nossos afetos e na expressão deles; no convívio em nossos territórios de vida e trabalho. Os números de mortos pela política genocida do governo federal já deixaram de ser números há muito tempo. Na verdade, nunca foram só números. A disputa teórica no âmbito da formação profissional, neste cenário, é parte da luta mais geral, porque se conecta com o projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora deste país. Porém, tal disputa ocorre em um campo de batalha novo e distinto, que é a crise humanitária (ABEPSS, 2021, p. 8).

Além disso, destacam-se os desafios no âmbito do ensino e da pesquisa tanto nos níveis da graduação e da pós-graduação.

A formação de assistentes sociais está imersa no cenário de profundas mudanças nas universidades públicas, incluindo a introdução do Ensino Remoto Emergencial. Ao inscrevê-la neste cenário, algumas “condicionantes” nos dão pistas do movimento da realidade, o qual precisamos desvendar para agir, tendo como horizonte nosso projeto de formação e a defesa da educação pública (ABEPSS, 2021, p. 9).

As obras analisadas sobre as temáticas acima referidas expressam a interlocução entre estudos, pesquisas e reflexões realizadas por um coletivo de autores alinhados ético e politicamente ao projeto de educação superior de qualidade. Para tanto, buscaram sistematizar análises acerca da atual conjuntura e produção de conhecimento, de modo a refletir a respeito das tendências dessa produção na área do Serviço Social nos eixos dos Fundamentos (Formação e Trabalho Profissional), Políticas Sociais e outros.

Com base nessas obras e de acordo com os autores, merece sublinhar que a oferta de cursos de serviço social tem se ampliado no país, em instituições públicas e privadas, tanto nas modalidades de ensino presencial como à distância e no contexto de pandemia da covid-19 na modalidade remota.

Como resultado desse processo de ampliação de cursos, certifica-se um crescimento exponencial do número de assistentes sociais, seguido de novos perfis de discentes e a incorporação de quadros docentes. Igualmente, esse cenário impõe tendências e desafios aos grupos de pesquisa do Serviço Social brasileiro.

Concernente ao tema das Políticas Públicas, as análises apresentam as inflexões no mundo do trabalho e nas políticas sociais no período da pandemia, que confirmam a relevância destas para o Serviço Social, enquanto área de atuação e pesquisa, haja vista que estão vinculadas diretamente aos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional. Por certo, essas produções ressaltam a importância das Políticas Públicas enquanto garantia de direitos sociais, considerando que contingente significativo da classe trabalhadora é usuária destas.

Em relação à produção de livros denota que as análises sobre política social são fundamentadas à luz da teoria social crítico-dialética, sobretudo, ancorada na tradição marxista no campo da economia política. Contudo, verificou-se que algumas das produções dos livros recorrem ao paradigma da pós-modernidade nas análises de temáticas e objetos de estudo.

Para Behring e Boschetti (p. 26, 2006),

A maior contribuição da tradição marxista para uma abordagem da política social – e dos processos sociais de uma maneira geral – ou de uma reconstrução dessa categoria inscrita na realidade sócio-histórica é exatamente a sua perspectiva metodológica [...]. Esta tem a potencialidade de evitar abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalista e a-histórica.

A análise dos dados parciais da pesquisa, na particularidade do PPGSS/PUCRS, comprova duas das principais tendências atuais da pesquisa no Serviço Social:

1. A hegemonia do legado da Modernidade à ofensiva pós-moderna;
2. Análises da totalidade do real que contextualizam as tendências atuais da pesquisa em Serviço Social a partir da crise societária tardo-burguesa que incide

no pensamento social entre referenciais da teoria social crítica marxista e o neo-conservadorismo pós-moderno.

Além dessas tendências, em particular para os grupos de pesquisa no Serviço Social brasileiro, um dos maiores desafios refere-se às contradições enfrentadas na recente conjuntura societária brasileira, ao se vislumbrar Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil que enfrentam a crise na educação pública e privada sob ameaças de fechamento de programas tradicionais de excelência. Trata-se de uma ofensiva de negação da ciência e desmonte da pesquisa.

Desta feita, o caso mais emblemático foi vivenciado pelo PPGSS/PUCRS, que apesar do nível de excelência do conceito 7, obtido na última avaliação quadrienal 2017-2020 da CAPES, impactou a comunidade acadêmica brasileira e as entidades representativas da área - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) - com a notícia veiculada no dia 03 de agosto de 2022 sobre o fechamento desse Programa, um dos principais e mais antigos da área, que atendia às exigências das agências de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento científico do país (ABEPSS, 2024).

O PPGSS da PUCRS, conforme dados discutidos neste estudo, é uma instituição com histórica contribuição à formação e à pesquisa, vasta produção do conhecimento no Serviço Social e áreas afins, que possui a Revista Textos & Contextos (Qualis A1), 14 grupos de pesquisa, cadastrados e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo quadro de docentes e pesquisadores formou pesquisadores de diversos estados do Brasil e fora do país (ABEPSS, 2024).

Trata-se de uma realidade de ataque e descapitalização dos investimentos, sobretudo nas ciências humanas e sociais, que interfere negativamente no âmbito da Educação Superior (universidades públicas e privadas), no cumprimento da sua função social para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Em termos conclusivos, as análises das atuais tendências dos Grupos de Pesquisa do PPGSS/PUCRS indicam a predominância dos estudos investigativos em torno das temáticas Formação/Ensino e Políticas Públicas. Embora se reconheça a prevalência das pesquisas sobre as Políticas Públicas Sociais no Serviço Social brasileiro, o PPGSS/ PUCRS apresentou uma significância de 28,5% das pesquisas nas temáticas ligadas à Formação/Ensino, o que revela a importância da contribuição desse Programa de Pós-graduação.

Ressalta-se a interlocução dos grupos de pesquisa do Programa em nível interno (institucional), interinstitucional e internacional, inclusive com a participação em redes. Nesse aspecto, evidencia-se a coordenação desse Programa na implantação e implementação do PROCAD/Capes (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) com os Programas de Pós-graduação em Serviço Social das Universidades Federais do Amazonas e Pará (UFAM e UFPA), que resultou no desenvolvimento de inúmeras pesquisas, produções bibliográficas, missões e intercâmbios.

Em relação às temáticas dos grupos de pesquisa, verificou-se a tendência à amplitude de várias frentes investigativas referentes às subáreas do conhecimento do Serviço Social (Fundamentos e Políticas Sociais), as áreas afins até as áreas conexas, tais como: Estudos sobre América Latina, fundamentados na discussão a partir da Teoria Social Crítica; Gestão Social e Serviço Social; Estudo da Paz; Saúde, Educação Permanente e Rede conectados a outras temáticas, como Família, Violência e Serviço Social; Filosofia do Direito com ênfase nos estudos sobre a Dialética; a temática Violência relacionada aos estudos de segmentos como criança e adolescente, idoso e gênero; Rede e Identidade.

Merece sublinhar a expressiva quantidade de Projetos de Pesquisa em desenvolvimento, coordenados pelos líderes dos grupos de pesquisa, além da aderência desses Projetos de Pesquisa à área de concentração e às linhas de pesquisa do Programa e a significativa produção bibliográfica que apontam para inquestionável relevância e contribuição do PPGSS/PUCRS na formação de docentes, pesquisadores e profissionais no país e fora dele.

Referências

ABEPSS. **A formação em Serviço Social e o Ensino remoto emergencial**. Brasília. 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf Acesso em: 14 mar. 2024.

ABEPSS. **Pela continuidade da graduação em serviço social e do processo seletivo de mestrado e doutorado no PPGSS da PUC-RS**. ABEPSS/CFESS. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Ago-NotaAbepssCfess-PucRS.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **As Tendências Atuais dos Grupos de Pesquisa em Serviço Social Brasileiro**. João Pessoa: UFPB/DSS/PPGSS. 2019. (Projeto de Pesquisa).

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-modernidade**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BRAGHINI, Katya; MUNAKAT, Kazumi; OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Sobre o Valor dos Livros e das Coletâneas. **Outras Palavras**. São Paulo: 12/06/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/author/braghinioliveiramunakata1/> Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL/MEC/CAPES, Relatório do Qualis Periódicos, 2019.

CAPES. **Documento Técnico do Qualis Periódicos**. Brasília/DF: Capes/DAV, 2023. Disponível em: Acesso em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> Acesso em: 6 mar. 2024.

CAPES. **Relatório de avaliação 2017-2020 quadrienal 2021**. Área de avaliação: 032-Serviço Social. Brasília/DF: Capes, 2022.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1996.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. 5ª Edição. Trad. Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUKACS, Georg. **El Asalto a la Rázon**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Tradução Wenceslao Roce. Mexico: Fondo del Cultura, 1959.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 640-661, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/r4kDmyfsx5kvn-Ty6jsrRDxf/> Acesso em: 14 mar. 2024.

MENEGAT, Marildo. **Depois do Fim do Mundo**: a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes. Os “Pós-ismos” e outras querelas ideológicas. **Perspectiva**. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 24 p. 45 - 59, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10856/10334> Acesso em: 20 fev. 2024.

ODELIUS, C. C.; ONO, R. N. Características da colaboração científica entre grupos de pesquisa de áreas de exatas, vida e humanas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 1, p. 101-116, jan. 2019.

PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 213-220, 2013.

PRATES, Jane Cruz et al. A contribuição dos grupos de investigação para a formação em serviço social: uma experiência de articulação entre graduação e pós-graduação. **Plaza Pública**, 2012.

THERBORN, Göran. **Do Marxismo ao Pós-Marxismo?** São Paulo: Boitempo, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs). **Em Defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro; Jorge Zahar; 1999.

Ensaio sobre a produção do conhecimento acerca do trabalho do Serviço Social em cuidados paliativos

Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Cristiana Carla da Silva
Patrícia Barreto Cavalcanti
Rafael Nicolau Carvalho
Alecsonia Pereira Araujo
Kátiusca Torres Medeiros
Claudenizia de Oliveira Pereira
Carla Mousinho Ferreira Lucena

Introdução

A intervenção em cuidados paliativos deve ocorrer a partir de uma perspectiva holística e humanizada em interação com a família, objetivando promover cuidados intensivos aos pacientes com doença progressiva, degenerativa e sem possibilidades de cura para aliviar o sofrimento e a dor, voltando-se à melhoria da sua qualidade de vida. Neste sentido, o trabalho deve ocorrer a partir de uma atuação conjunta por equipe interdisciplinar, de modo que seja garantida uma abordagem integral e não focada na doença, conforme recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Enquanto trabalhador da saúde, o/a assistente social integra as equipes de cuidados paliativos nas modalidades previstas pelo Ministério da Saúde, quais sejam: Equipe Matricial em Cuidados Paliativos (EMCP), Equipe Matricial em Cuidados Paliativos Adulto e Pediátrico (EMCPAP) e Equipe Assistencial em Cuidados Paliativos (EACP). Para tanto, intervém junto ao usuário que esteja consciente e possua autonomia e/ou ao seu responsável legal, bem como junto à família, no sentido de facilitar a viabilização do direito social à saúde e às demais políticas sociais e previdenciária que se façam necessárias, mediante estratégia de intersetorialidade.

A discussão que perfaz este capítulo se integra ao projeto “Cuidados Paliativos e Serviço Social: um debate necessário”, desenvolvido desde 2019, no Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS) do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e objetiva refletir sobre como a produção do conhecimento na área de Serviço Social e de Saúde Coletiva tem abordado a atuação profissional de assistentes sociais em cuidados paliativos.

Considerações sobre os Cuidados Paliativos

Segundo a OMS, os cuidados paliativos devem ser “[...] integrados ao plano terapêutico desde o diagnóstico, com ênfase no controle dos sintomas e na promoção da qualidade de vida ativa e autônoma” (Ugarte, 2014, p. 18) a usuários em quadros de doenças que ameaçam a continuidade da vida ou sua qualidade, buscando a prevenção e o alívio da dor e do sofrimento.

Sua realização deve ocorrer de forma individual, com foco no usuário, respeitando seu direito à informação e à autonomia em todos os processos decisórios (Maciel, 2008; Ugarte, 2014), de modo a assisti-lo durante o processo evolutivo da doença, favorecendo uma morte digna, com assistência estendida aos seus familiares durante o tratamento e no seu luto.

Neste sentido, os cuidados paliativos representam uma abordagem terapêutica que deve ser interdisciplinar, a partir de uma visão humanizadora, que acolhe o doente fora de possibilidade terapêutica de cura e seus familiares que também vivem processos de sofrimento, com atenção em todos os detalhes e sintomas para maior conforto e bem-estar do doente, cuja amplitude dos cuidados dependerá da fase em que se encontra a doença (Taquemori; Sera, 2008).

Conforme as recomendações da OMS, para que uma Política Nacional de Cuidados Paliativos seja constituída, é necessário que haja três tipos de política: 1) governamental que estimule a integração deste tipo de cuidados ao Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive com investimentos financeiros; 2) educacional para promoção da formação de profissionais de saúde e da comunidade para este tipo de intervenção, tendo em vista que os cuidados paliativos são realizados tanto por profissionais, quanto por cuidadores formais e informais; e de 3) medicamentos para manejo da dor e outros sintomas (Ugarte, 2014).

Todavia, ainda são muitos os entraves para a concretização dos cuidados paliativos, não obstante a existência coetânea do reconhecimento em âmbito internacional de que o acesso aos cuidados paliativos é uma obrigação legal dos Estados, conforme especificado nas convenções de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, os debates a respeito da temática datam os anos 1970, já o trabalho em forma de atendimento em cuidados paliativos, foi iniciado na década de 1980, a partir de serviços vinculados diretamente à terapêutica e outros em que eles apareceram citados nas ações da rede de cuidados, associados sobretudo ao tratamento de doenças como câncer. Nesse processo, são marcos nacionais para os cuidados paliativos a criação da Associação Brasileira de Cuidados Paliativos (ABPC), em 1997, e da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), em 2005 (Hermes; Lamarca, 2013).

Em 2002, foi publicada a Portaria GM/MS nº 19/2002 que instituiu o Programa de Assistência à Dor e Cuidados Paliativos no Sistema Único de Saúde (SUS) e indicou o estabelecimento de equipes multidisciplinares para atenção de usuários em cuidados paliativos, mas que, devido sua baixa operacionalização, foi revogada em 2006, pela Portaria nº 3.150 MS/GM que estabeleceu a Câmara Técnica em Controle da Dor e Cuidados Paliativos para estruturação das Diretrizes Nacionais de Atenção em Cuidados Paliativos e Controle da Dor Crônica (Ugarte, 2014).

Também de 2002, datam a Resolução da ANVISA – RDC nº 202/2002 que dispensou a notificação de Receita “A” para usuários cadastrados no Programa, a Portaria nº 1.3119 GM/MS que criou os Centros de Referência em Tratamento da Dor Crônica, a Portaria nº 472 responsável por aprovar as normas de cadastramento dos referidos centros e a Portaria nº 859 que aprovou o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Uso de Opiáceos no Tratamento da Dor Crônica – Codeína, Morfina, Metadona – revogada em 2012 pela Portaria SAS/MS nº 1.083 (Brasil, 2002, *apud* Ugarte, 2014).

Até muito recentemente o Ministério da Saúde vinha consolidando formalmente os cuidados paliativos no âmbito do sistema de saúde do país, por meio de portarias e documentos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo próprio Ministério da Saúde, ou seja, a legalidade em relação aos cuidados paliativos no país se ancorava em apenas um instrumento legal (Portaria GM/MS nº 2.439/2005) que incluía os cuidados paliativos na Política Nacional de Atenção Oncológica. Dessa forma, excluía as demais doenças e usuários que também necessitavam desses cuidados, em uma linha que contemplasse todos os níveis de atenção.

Em 2011 foi lançado o Programa Melhor em Casa, estruturado a partir da Atenção Domiciliar, enquanto modalidade de atenção estratégica, constituída pelos serviços de Atenção Domiciliar (SADs), e voltada à organização e/ou consolidação das redes de atenção à saúde (RAS). O Programa propõe reduzir a permanência de usuários em hospitais, mediante acompanhamento mais humanizado por equipe e com maior comodidade e conforto.

Data de 2018 a aprovação da Resolução 41/18, do Ministério da Saúde que fixou diretrizes para que os cuidados paliativos fossem garantidos aos pacientes do SUS, desde o diagnóstico até a fase terminal, e de 2023 a criação da Frente Paliativista e homologação da Resolução CNS nº 729, de 07 de dezembro de 2023, aprovando a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP).

A PNCP foi precedida de uma ampla mobilização na ocasião da realização 17ª Conferência Nacional de Saúde, que reuniu propostas para a construção da política. Seu aspecto nuclear é criar e cultivar a cultura dos cuidados paliativos entre população usuária e profissionais. Para tanto, a política tem um caráter transversal a todos os níveis de complexidade em saúde, nomeadamente na atenção básica. Ademais, está prevista a integração da referida política às Redes de Atenção à Saúde em funcionamento no SUS atualmente. A materialização da mesma produziria indiscutivelmente, vários ganhos do ponto de vista da gestão de recursos, tais como: redução de gastos tendo – em vista diminuição de readmissão hospitalar; contenção de procedimentos terapêuticos e exames laboratoriais; desafogamento das unidades de terapia intensiva e, por fim, diminuição do tempo de permanência do paciente na rede hospitalar (Rossi; Selbach; Westphal, 2023).

Outrossim, há que se ressaltar que, mesmo com avanços do ponto de vista da legislação (embora de modo lento), observa-se uma expansão desordenada dos serviços e ações em Cuidados Paliativos e, apesar dessas conquistas legal-formais, com o recrudescimento do envelhecimento populacional, o empobrecimento e a vulnerabilidade social observados no Brasil, os dados relacionados aos cuidados paliativos no país são preocupantes. Em 2014, o Brasil recebeu a classificação 3A no Atlas Global de Cuidado Paliativo que “caracteriza países onde a provisão de cuidados paliativos é oferecida de maneira isolada”, irregular, sem fontes fixas de

financiamento, além de número insuficiente de serviços para a população e ocupava a 42^a posição em uma classificação sobre a qualidade da morte em 80 países, publicada pela Revista *The Economist* (ANCP, 2018).

Segundo pesquisa da ANCP (2022 apud BRASIL, 2023), o Brasil contava com 854 serviços na atenção especializada em cuidados paliativos, entretanto, para a médica e líder da Frente Paliativista, Julieta Fripp, estes serviços estão concentrados mormente nas grandes cidades, sendo acessíveis a apenas 7% das pessoas que deles necessitam (Brito, 2024), possibilitando que seja frequente que grande número de brasileiros/as com doenças graves não sejam assistidos/as com cuidados paliativos e sofram com dor não controlada (ANCP, 2018). Tais aspectos reiteram a necessidade da implementação de uma Política Nacional de Cuidados Paliativos totalmente atrelada ao Sistema Único de Saúde.

De modo reiterado e a cada gestão governamental, a ANCP sinalizou as principais necessidades próprias do universo dos cuidados paliativos no país, destacando-se: a inclusão dos Cuidados Paliativos na atenção básica; o atestado de óbito em domicílio; a “cesta básica” de medicamentos, e o armazenamento, a distribuição e o descarte de remédios opiáceos que aliviam a dor, para além da necessidade de investimentos na formação de profissionais. Ademais, importa reiterar que no trabalho em cuidados paliativos há o permanente enfrentamento da dor, não restrita à dor física, havendo que se considerar também a dor emocional ou psíquica, a dor espiritual e a dor social.

Em termos gerais, a dor social está vinculada à dor total, vivenciada no processo de adoecimento, cujas causas relacionam-se a “mudanças nas atividades de vida diária, troca de papéis sociais, isolamento e solidão” (Silva *et al*, 2021, p. 6), o receio de causar sofrimento às pessoas que integram a família e com quem se mantém laços de afetividade e o ensejo de evitar este sofrimento (Silva, 2021).

Nessa perspectiva, deve-se analisar os cuidados paliativos na realidade nacional, considerando suas nuances, bem como as interseções que eles possuem com a estrutura do Sistema Nacional de Saúde (no caso brasileiro o Sistema Único de Saúde). Essas peculiaridades e a relevância que a assistência em cuidados paliativos demanda, ganhou novos contornos apenas em 2023, face ao quadro epidemiológico multifacetado advindo da pandemia da covid-19, cujo início ocorreu em março de 2020, no Brasil.

Por três anos consecutivos, autoridades e profissionais de saúde passaram a lidar com os agravos e a cronicidade de várias doenças em paralelo ou decorrente da crise sanitária provocada pelo covid-19. Isso modificou de maneira contundente a forma como as autoridades sanitárias enxergavam os cuidados paliativos. Nesse cenário de aumento exponencial de mortalidade e de finitude, a urgência de construir uma Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP) no país se fez premente.

Contudo, uma das maiores barreiras na implementação de tal política reside na quebra da falta de acessibilidade e na demanda crescente, já que os serviços de cuidados paliativos da rede pública do país se concentram nos estados das regiões sul e sudeste. Nesse sentido, os serviços necessitariam de uma gestão descentralizada para que fosse possível oferecer cobertura em todo país. Ademais, Rossi, Selbach e Westphal (2023) aludem que, somados a tal obstáculo, a ausência de protocolos institucionais, falta de discussões profissionais sobre a

morte, resistência familiar e falta de autonomia profissional ao tomar a decisão na direção dos cuidados paliativos e não curativos, interferem no avanço deste tipo de assistência.

Para além de tais entraves, nestes 35 anos de existência do SUS, seus problemas históricos e estruturais – adensados pela desestruturação administrativa e, sobretudo, ideopolítica vivenciada nos últimos governos – se impõem como barreiras à PNCP, constituindo-se como fatores que levarão a implementação da PNCP a um longo processo para expansão e consolidação.

Na concepção de Rodrigues, Silva e Cabrera (2022), para que a PNCP avance é necessário atentar para o ciclo de vida que cada política pública constrói e que é pautado em cinco estágios diferentes, quais sejam: configuração da agenda; formulação da política; tomada de decisão; implementação; e avaliação da política. No momento, vivencia-se no Brasil os primeiros estágios que se revelam permeáveis ao contexto político e econômico de cariz liberal.

O trabalho de assistentes sociais em Cuidados Paliativos à luz da produção do conhecimento

Este estudo classifica-se como do tipo exploratório, resultando de uma revisão integrativa da literatura que envolveu uma pesquisa bibliográfica e utilizou o método dialético no processo investigativo e de análise, por compreendê-lo como viabilizador de uma “reflexão crítica e totalizante” acerca “dos conceitos já existentes” (Lima; Mioto; 2007, p. 40), de modo a comprová-los ou superá-los, mediante diálogo permanente com a realidade investigada.

Para elaboração do instrumento e análise do material, tomou-se como parâmetros as orientações Botelho, Cunha e Macedo (2011) sobre a revisão bibliográfica sistemática e de Lima e Mioto (2007) para leitura e seleção do material.

Tomando como objeto de investigação o trabalho de assistentes sociais em cuidados paliativos, numa seara cuja produção do conhecimento ainda é incipiente, realizou-se a pesquisa em 2019, considerando como “parâmetros” para a pesquisa bibliográfica (Lima; Mioto, 2007): a) o “parâmetro temático”; b) o “linguístico”; c) as “fontes” ou “bancos de dados” procedentes da pesquisa em 11 (onze) periódicos, de classificação qualis A e B; d) o “parâmetro cronológico” que incluiu obras de 2005 a 2019, cuja data inicial foi definida em decorrência da criação da ANCP, responsável por tecer importantes discussões sobre essa temática no âmbito da política de saúde.

Foram definidos como critérios de inclusão das obras selecionadas, aquelas que possuísem os descritores “Serviço Social”, “assistente social” e “cuidados paliativos”; e como critérios de exclusão aquelas que, embora tivessem um ou dois dos primeiros descritores referidos, não incluíssem o descritor “cuidados paliativos” nas suas discussões e, portanto, não se referissem ao trabalho de assistentes sociais nesta abordagem terapêutica, bem como os trabalhos que não estivessem disponíveis *on-line* ou que fossem publicados fora dos periódicos previamente selecionados para a pesquisa.

A Tabela 1 dá o demonstrativo quantitativo da distribuição dos artigos conforme os descritores isolados, nos periódicos selecionados, informando também seus respectivos qualis.

Tabela 1: Detalhamento dos periódicos e da quantidade de artigos selecionados por descritor

Periódico	Qualis	Serviço Social	Assistente Social	Cuidados Paliativos
Serviço Social & Sociedade	A1	71	28	-
Katálysis	A1	63	3	1
Textos & Contextos (Porto Alegre)	A1	59	21	2
Revista de Políticas Públicas da UFMA	A1	23	13	1
Em Pauta	A2	47	11	-
Argumentum (Vitória)	A2	10	7	-
Ser Social	A2	20	6	-
Serviço Social em Revista	A4	18	18	-
Temporalis	A4	76	12	-
Emancipação (Online) (Ponta Grossa)	A4	21	10	-
Libertas	B1	32	12	-
TOTAL		440	141	4

Fonte: Elaboração Própria (2019).

No que concerne aos periódicos pesquisados, foram analisados 3.186 (três mil, cento e oitenta e seis) trabalhos. Cabe destacar que nem todos os periódicos tinham disponibilizados seus volumes *on-line* desde 2005, conforme Tabela 2, mas que se optou por manter a data inicial por considerá-la um marco em cuidados paliativos no Brasil.

Tabela 2: Periódicos e anos de referência disponíveis para pesquisa *on-line*

Periódico	Anos de referência
Serviço Social & Sociedade	2010 a 2019
Katálysis	2009 a 2019
Textos & Contextos (Porto Alegre)	2006 a 2018
Revista de Políticas Públicas da UFMA	2005 a 2019
Em Pauta	2007 a 2019
Argumentum (Vitória)	2009 a 2019
Ser Social	2006 a 2019

Periódico	Anos de referência
Serviço Social em Revista	2009 a 2019
Temporalis	2010 a 2018
Emancipação (Online) (Ponta Grossa)	2005 a 2019
Libertas	2006 a 2018

Fonte: Elaboração Própria (2019).

Analisando a distribuição das pesquisas nos periódicos consultados, constatou-se a existência de uma grande profusão de interesses na pesquisa e discussão teórica, de revisão bibliográfica e documental no âmbito do Serviço Social, sendo que as maiores preocupações da categoria recaíram sobre: a) a investigação de questões ligadas à formação (9,81%) e a necessidade de sua vinculação às demandas advindas da realidade contemporânea; b) à intervenção e sua dimensão técnico-operativa (9,64%) com discussões gerais sobre o trabalho do/a assistente social sem ligação estrita a uma política específica; c) entre os núcleos temáticos, houve maior incidência no núcleo de “Fundamentos do Trabalho Profissional” – com destaque para os Fundamentos Teórico- Metodológicos, 8,09%, e investigação, pesquisa e produção do conhecimento, 5,85% –; d) e entre as políticas sociais, as que mais apresentaram registros de pesquisas foram a da saúde, 5,85%, e da assistência social, 3,44%, notadamente as que têm maior quantitativo de profissionais atuando.

No âmbito estrito do trabalho do Serviço Social em cuidados paliativos, observou-se incipiência na produção do conhecimento em questão, apesar da intensificação desta abordagem terapêutica nos anos 2000, alcançando um percentual de 0,86% entre as áreas investigadas.

No que tange especificamente à amostra da pesquisa deste trabalho, após a leitura detalhada, chegou-se a um total de 6 (seis) artigos selecionados e, depois de uma segunda revisão, restaram 3 (três) artigos que foram incluídos porque possuíam vinculação direta com o tema da pesquisa, conforme Tabela 3.

Com base no roteiro elaborado para leitura dos trabalhos incluídos, constatou-se uma vinculação do/as autor/as a instituições de tipo pública (67%) e privada (33%); uma lógica democrática prevalente na organização do trabalho do/a assistente social; e, em termos comuns, os conceitos centrais foram “Serviço Social” e “cuidados paliativos”; quanto à conceituação de cuidados paliativos, predominou sua compreensão como um cuidado integral, direcionado à melhoria da qualidade de vida do paciente e exercido por equipe interdisciplinar; e a temática foi associada principalmente à “integralidade”, à “produção do cuidado”, à “família”, à “valorização das escolhas do usuário” e ao “acolhimento”.

Tabela 3 – Detalhamento dos trabalhos encontrados relacionados à atuação de assistentes sociais em cuidados paliativos

Trabalho	Identificação do estudo	Autor(es)	Periódico	Ano	Tipo	Descritores
Crianças e adolescentes em cuidados paliativos oncológicos: a intervenção do Serviço Social junto às suas famílias	Roteiro de leitura 1	SILVA, Tatiana Silva Camara da	Políticas Públicas	2010	Artigo	Serviço Social; Cuidados paliativos
Acolhimento e acesso aos direitos sociais: assistência a pacientes em cuidados paliativos oncológicos	Roteiro de leitura 2	MEDEIROS, Thaize de Sousa; SILVA, Olinda Rodrigues da; SARDINHA, Ana Lídia Brito	Textos & Contextos	2015	Artigo	Cuidados paliativos; assistente social
Experiência da residência multiprofissional em Serviço Social e cuidados paliativos	Roteiro de leitura 3	FROSSARD, Andréa G. de Souza; SILVA, Emmanuel C. de Souza	Katálysis	2016	Relato de experiência	Serviço Social; Cuidados paliativos

Fonte: Elaboração Própria (2019).

Após a seleção do material, procedeu-se à análise categorial dos artigos, utilizando-se da análise de conteúdo, a partir do que se optou por organizar os dados em 4 (quatro) eixos temáticos. No primeiro eixo, “*trabalho interdisciplinar*”, o/a assistente social foi apontado/a, sobretudo, como o elo entre paciente, família e equipe, a partir do que deverá estabelecer “[...] uma relação de segurança e confiança com a equipe” para adesão ao tratamento (Roteiro de leitura n. 2, p. 407). A ênfase no trabalho interdisciplinar decorre do fato de que “[...] os cuidados paliativos como modelo assistencial é (sic) indissociável da prática interprofissional, considerando o reconhecimento da natureza multidimensional do sofrimento vivenciado pelo paciente, por familiares e cuidadores” (Roteiro de leitura n. 3, p. 286).

Tal abordagem entre os três principais entes que se interpõem no tratamento em saúde visa, de um lado, a facilitação do diálogo entre esses atores – mediante “comunicação franca” (Roteiro de leitura n. 3, p. 283) –, contribuindo para “[...] a de-

codificação da realidade social do paciente frente à equipe potencializando a atuação conjunta” (Roteiro de leitura n. 3, p. 286) e, de outro, o acesso aos direitos sociais.

Na intervenção com a equipe, Andrade (2008, p. 69) assevera a importância da “[...] complementação dos saberes, partilhamento de responsabilidades, tarefas e cuidados e negação da simples sobreposição entre as áreas envolvidas”, com tomadas de decisões conjuntas para demandas que são sempre específicas a cada usuário e família, vislumbrando dentro dos limites de cada profissão, a possibilidade de complementariedade.

Inferindo que o usuário e seus familiares costumam ter uma posição de maior abertura com o/a assistente social dentre os profissionais que compõem a equipe de saúde, destaca-se que caberá àquele/a desempenhar “[...] o papel de informá-la quem é esse paciente e sua biografia: onde e em quais condições ele vive para que possa receber o atendimento e, assim, planejar o tratamento e os cuidados necessários a ele e sua família” (Roteiro de leitura n. 2, p. 407), mediante compilação e síntese dos dados coletados, de forma clara e com linguagem adequada que permita a compreensão por toda a equipe (Reigada *et al*, 2014, p. 163), de modo que seja possível desenvolver e articular “redes de suporte social formais e informais” (Roteiro de leitura n. 3, p. 284).

Em uma proposta de intervenção do Serviço Social nessa equipe podem-se enumerar algumas atividades que podem ser incorporadas pelo Serviço Social que atende a essas famílias: visita domiciliar como forma de reconhecimento das dificuldades locais, das reais condições e moradia e da situação socioeconômica dos usuários e dos recursos disponíveis, que nem sempre são possíveis de se avaliar no momento da entrevista; articulação com as demais políticas no sentido de identificar recursos que possam fortalecer a família, garantindo-lhes condições de exercer seu papel de cuidadora; discutir junto à equipe interdisciplinar as condições sociais, econômicas, no sentido de definir a melhor modalidade de atendimento; problematizar os valores culturais presentes neste processo; promover junto à equipe momentos de estudo a partir de um caso; dentro do espaço hospitalar, promover informação sobre direitos e deveres [...]; pensar na formação constante dos profissionais, pois a capacitação permanente tem o objetivo de deixar a equipe mais segura para escutar e amparar as famílias nesse momento (Roteiro de leitura n. 1, p. 144).

No eixo temático “*competências do/a assistente social*”, dentre as principais ações cabíveis ao Serviço Social, ratificou-se a sua indispensável interlocução com a equipe, destacando-se a orientação, a “[...] divulgação dos direitos sociais” (Roteiro de leitura n. 3, p. 282) estabelecidos em lei e que podem trazer maior bem-estar ao usuário e sua família, o acompanhamento do acesso às demandas, o acolhimento, a autorização de visitas durante as internações hospitalares, a ajuda na escolha do procedimento mais apropriado ao usuário em cada fase do tratamento – inclusive nos processos de decisão sobre as modalidades de atendimento em cuidados paliativos a serem adotadas e/ou modificadas –, o suporte e as orientações das famílias após a morte.

[...] Iniciado o tratamento do paciente, portanto, é verificada a situação previdenciária, a situação trabalhista, assim como a situação financeira, a necessidade de encaminhamento a outros setores para realização de algum procedimento, encaminhamentos a serviços jurídicos: preparação de procuração quando não há condições físicas para exercer a autonomia de caráter cível; encaminhamento a instituições defensoras de seus direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Promotorias) quando estes em processo são indeferidos para concessão, além de verificar e orientar o paciente e seus familiares acerca do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), auxílio (transporte, estadia e alimentação) de direito a pacientes e acompanhantes quando o tratamento necessário não é oferecido pelo seu município de origem (Roteiro de leitura n. 2, p. 407).

Para a produção do cuidado, Pinheiro (2008) ressalta a importância da vida cotidiana e indica que ele será produzido a partir das experiências relativas a um determinado modo de viver, atravessado por questões diversas no âmbito político, cultural, histórico e social, transformadas em ações de um cidadão sobre outro.

Sobre a perspectiva do “cuidado ético”, para Martinelli (2011, p. 502), é mister levar em conta: o sentimento e a responsabilidade social partilhados, os espaços de escuta e de acolhimento estabelecidos por diálogo centrado na verdade, o reconhecimento dos diversos tipos de sofrimento associados à doença, a dignidade do trato em relação à condição do outro e a ética no ato da informação.

Considerando o eixo temático “*trabalho com famílias*”, estas foram definidas como “[...] o pilar de sustentação do tratamento do paciente” (Roteiro de leitura n. 2, p. 407), restando reforçada a necessidade de fortalecê-las através de suporte e assistência, e de estabelecer estratégias de enfrentamento e vivência do processo de adoecimento. Para isto, deve-se partir do conhecimento da população – usuários e familiares – e seu entorno para que sejam feitos os esclarecimentos e as orientações devidas, seja sobre a doença, o tratamento, ou ainda sobre questões relativas aos direitos sociais que possam gerar maior bem-estar e/ou salvarguardar as famílias no luto.

O cuidado diário é, muitas vezes, realizado por um cuidador familiar que tem um papel relevante no tratamento do paciente e a equipe precisa estar atentar a todos os fatores de estresse, sobrecarga e responsabilidade da família, cabendo ao/à assistente social descobrir junto com esta quais recursos podem “[...] promover/devolver a estabilidade e o equilíbrio” neste núcleo (Reigada *et al*, 2014, p. 160).

A centralidade do espaço familiar se dá porque é nele “[...] que as desigualdades da estrutura social se traduzem em situações de vulnerabilidade individualizadas e singulares” (Roteiro de leitura n. 1, p. 141), mas é importante considerar “[...] as mudanças ocorridas na estrutura familiar, juntamente com a conjuntura política do país” (Roteiro de leitura n. 1, p. 141). Além disto, como a escuta das famílias se configura como uma das ações mais constantes, o/a assistente social também precisará reconhecer quando são necessários os silêncios, e inclusive respeitar o tempo das famílias para o preparo para a morte do paciente (Andrade, 2008), atuando de modo que se sintam acompanhadas neste processo e auxiliando-as na compreensão e conscientização gradual da finitude, tendo em vista que muitas delas ainda conservam a expectativa de cura (Reigada *et al*, 2014).

O equilíbrio familiar através dos cuidados paliativos é um ponto importante a ser considerado pelo/a assistente social e demais profissionais da equipe porque o processo da morte é algo com que, em geral, as famílias não sabem lidar e o sofrimento acaba confluindo para que haja um distanciamento entre o doente e seus familiares, cujos sentimentos não são costumeiramente verbalizados, gerando ainda mais sofrimento, dúvidas e ansiedade (Simão *et al*, 2010).

Reigada *et al* (2014, p. 166) afirmam que na abordagem em cuidados paliativos junto às famílias, é preciso considerar as capacidades familiares relativas aos recursos materiais, funcionais, emocionais e relacionais e as capacidades familiares para o cuidado – emocionais e relacionais – e alertam para algumas ações consideradas fundamentais, quais sejam: a informação – relativa a ações cotidianas para o cuidado, mas também sobre o quadro do usuário, respeitando os níveis de consciência e tempos de adaptação –, a educação – centrada em ações de caráter educativo e preventivo –, e a autonomia – cujas ações voltam-se à orientação para tomada de decisões quando o usuário não consegue mais exercê-la totalmente, buscando, entretanto, a possibilidade de que estas tarefas sejam repartidas entre usuário e família, de modo que esse se sinta participe do grupo e, sempre que possível, tenha respeitada sua “vontade de controlar”. Para tanto, exigem-se das equipes a consideração e, sobretudo, o conhecimento de fatores como: os elementos materiais indispensáveis e as questões emocionais que se justapõem; os mecanismos de defesa; os fatores macrosociais.

Assim, no trabalho em cuidados paliativos, o foco do trabalho do/a assistente social resume-se em: “[...] para o paciente, garantia da qualidade de vida nos momentos finais e morte digna. Para a família, auxílio na manutenção do equilíbrio familiar possível” (Andrade, 2008, p. 71).

Já no eixo temático “*trabalho em rede*”, é central a questão do acesso aos serviços e às políticas para que se empreenda um atendimento integral e seja garantido o direito dos usuários e seus familiares, pois o “maior desafio enfrentado é contemplar integralmente os direitos sociais e não se restringir a demandas imediatas” (Roteiro de leitura n. 1, p. 141).

[...] necessita-se de uma articulação com a Rede de Serviços dos outros setores (assistência social, previdência social, educação, etc.). Nesse sentido, o assistente social também atua na organização e planejamento com esses outros setores a fim de verificar uma forma de ser viabilizado o acesso aos serviços necessários pelo paciente e sua família (Roteiro de leitura n. 2, p. 407).

Nesse sentido, o/a assistente social e os outros profissionais precisam estar sensíveis para o cuidar com usuários fora de possibilidade terapêutica de cura, para fortalecer a política de saúde e viabilizar os direitos sociais na perspectiva do cuidado integral, a despeito do subfinanciamento das políticas sociais públicas.

Considerações finais

Na abordagem terapêutica de cuidados paliativos, destaca-se a importância do trabalho de assistentes sociais que, numa perspectiva de atuação interdisciplinar e comprometidos/as com a liberdade, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa da universalidade do acesso, o estímulo à participação, e a qualidade dos serviços prestados, direcionem sua intervenção para a orientação de usuários e familiares no sentido de identificarem os recursos disponíveis para facilitação do acesso aos serviços e às políticas sociais, de modo a estabelecerem maior bem-estar àqueles e reforçarem os direitos sociais garantidos em lei.

A pesquisa demonstrou que o/a assistente social tem uma posição central na relação com a família e o usuário, representando um elo entre estes, as equipes e as instituições, cujas ações centram-se principalmente na orientação e divulgação dos direitos sociais, com vistas a reduzir os riscos sociais a que usuário e família estão expostos.

Este suporte, o acolhimento e a escuta devem ser norteados por um cuidado ético que auxilie as famílias a exercerem seu papel de cuidadoras, sem que, contudo, isto decorra na assunção de funções que fogem ao âmbito do Serviço Social ou revigorem práticas “tradicionais”.

Referências

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS. **Panorama dos Cuidados Paliativos no Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Panorama-dos-Cuidados-Paliativos-no-Brasil-2018.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2024.

ANDRADE, Letícia. Serviço Social. In: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cuidado Paliativo**. São Paulo, CREMESP, 2008, p. 69-73.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O Método da Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n.11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Proposta para Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP-SUS)**, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2023/12/3.3.2-PNCP-APRESENTA-CAO-FINAL-11-12-2023.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2024.

BRITO, Gabriel. Como garantir Cuidados Paliativos para todos. **Outras Palavras**, São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasaude/como-garantir-cuidados-paliativos-para-todos/>>. Acesso em: 05 mar 2024.

HERMES; Héli da Ribeiro; LAMARCA, Isabel Cristina Arruda. Cuidados Paliativos: uma abordagem a partir das Categorias Profissionais de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.9, p. 2577-2588, 2013.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina Celia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v.10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MACIEL, M. G. S. Definições e Princípios. In: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cuidado Paliativo**. São Paulo, CREMESP, 2008, p. 15-32.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 497-508, 2011.

PINHEIRO, Roseni. Cuidado em Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 110-114.

REIGADA, Carla *et al.* O suporte à família em Cuidados Paliativos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.13, n.1, p. 159-169, 2014.

RODRIGUES, Luis Fernando; SILVA, João Felipe Marques da; CABRERA, Marcos. Cuidados paliativos: percurso na atenção básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.38, n.9, 2022.

ROSSI, Rafaela; SELBACH, Manoela Duarte; WESTPHAL, Euler. Cuidados paliativos na pandemia: ser humano diante de sua finitude. **Rev. Bioética**, Brasília, v.31, 2023.

SIMÃO, Andréa Branco *et al.* A atuação do Serviço Social junto a pacientes terminais: breves considerações. IN: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 352-364, abr./jun. 2010.

SILVA, Tatiana Silva Camara da. Crianças e adolescentes em cuidados paliativos oncológicos: a intervenção do Serviço Social junto às suas famílias. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.14, n.1, p. 139-146, 2010.

SILVA Alexandre Ernesto *et al.* Dor social em pacientes oncológicos elegíveis aos cuidados paliativos na atenção domiciliar: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista-SP, v.10, n.5, p. 1-7, 2021.

SILVA, Andréa Fábria Freitas da. **Ressignificando a dor social no trabalho do Serviço Social em Cuidados Paliativos**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cuidados Paliativos) – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética e Cuidados Paliativos, CCS, UFPB, João Pessoa, 2021.

UGARTE, Olivia. **Contexto Normativo dos Cuidados Paliativos no SUS**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Coletiva e Educação na Saúde) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasília, 2014.

TAQUEMORI, Lais Yassue; SERA, Celisa Tiemi Nakagawa. Interface intrínseca: equipe multiprofissional. In: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cuidado Paliativo**. São Paulo, CREMESP, 2008, p. 55-57.

Serviço Social e Extensão Universitária

O combate ao trabalho análogo à escravidão, a economia solidária e o trabalho decente: a sistematização de um trabalho social com as artesãs de Pitimbu/PB

Valéria Costa Aldeci de Oliveira
Ana Lúcia Aurino
Luziana Ramalho Ribeiro
Valquíria Domingos da Silva
Mariana Marcelino do Nascimento
Joyce Arielli dos Santos Silva
Júlya Maria Ramos de Oliveira

Introdução

O presente trabalho é o resultado da sistematização de uma iniciativa social realizada por meio de um projeto de extensão universitária junto às artesãs de Pitimbu, na Paraíba. O primeiro contato com as artesãs ocorreu no início do ano de 2023, com o propósito de iniciar um diálogo com o grupo, dentro do ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O encontro foi permeado da partilha de esperanças, expectativas e frustrações das artesãs. As demandas apresentadas pelas artesãs diziam respeito à necessidade de gerar renda para sustentar suas famílias e filhos. No entanto, além do objetivo puramente econômico, o convívio, as conversas e as trocas também se revelaram como valores fundamentais para o grupo, extrapolando a questão da rentabilidade.

No ano de 2023, o grupo coordenado pela professora Valéria Costa Aldeci de Oliveira, intitulado TRAMAS e FIOS (Estudos sobre Trabalho, Memória e Movimentos Sociais), submeteu um projeto de extensão na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o qual foi contemplado com uma bolsista e mais quatro discentes interessadas em atuar como voluntárias. Além disso, o projeto incorporou outras docentes, incluindo a professora Ana Lúcia Aurino, vice-coordenadora do grupo, e a professora Luziana Ramalho.

O objetivo geral do projeto é ampliar o debate sobre o conceito de trabalho decente e sua conexão com o fortalecimento de empreendimentos solidários liderados por mulheres, visando à conquista da autonomia e ao aprimoramento do

grupo de artesãs de Pitimbu. Para alcançar esse propósito, estão sendo realizadas as seguintes ações:

1. Ações de formação cidadã sobre trabalho decente, desenvolvimento sustentável e combate ao trabalho análogo à escravidão na Paraíba.
2. Qualificação e resgate da memória das comunidades do litoral sul, por meio de oficinas específicas sobre o potencial produtivo dos municípios de Pitimbu.
3. Proposição de estratégias para a inserção desses grupos nas políticas públicas voltadas para a economia solidária e o turismo da Paraíba.
4. Promoção de intercâmbio entre os grupos de artesãs para compartilhamento de experiências.
5. Organização de oficinas para aprimoramento dos produtos artesanais, como a palha de coco, macramê e escamas de peixe, entre outros materiais, buscando parcerias com outras instituições para fortalecer os empreendimentos solidários.

Essas ações visam não apenas capacitar as artesãs, mas também promover o fortalecimento do empreendimento solidário, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e a autonomia econômica das mulheres envolvidas.

Contextualização do projeto de extensão: a realidade social das artesãs de Pitimbu/PB Sobre Pitimbu e o a questão do desenvolvimento local

Segundo relatos das artesãs de Pitimbu, a região é caracterizada por conflitos entre diferentes classes sociais, envolvendo disputas por terras e atividades rurais, como a pesca e a agricultura. Com a chegada de grandes empreendimentos turísticos, as artesãs não se veem beneficiadas pelo desenvolvimento local. Nesse embate entre os grandes empreendedores e a população nativa de Pitimbu, o fortalecimento da cultura local é considerado pelo grupo como um meio de resistência e sobrevivência das classes populares diante do desenvolvimento predatório do capital na região.

Em contrapartida, as artesãs reivindicam um desenvolvimento local e sustentável, que resgate a cultura local, os grupos folclóricos e as tradições, como uma forma de promover a sobrevivência e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Essa visão busca contrapor-se ao modelo de desenvolvimento que tende a marginalizar as populações locais e degradar o meio ambiente, defendendo uma abordagem que valorize a identidade cultural e promova o bem-estar das pessoas envolvidas.

O projeto de extensão proposto foi percebido pelo grupo como um dos mecanismos de resistência da população local para assegurar a sobrevivência, através do respeito ao território vivido e de ações voltadas para a melhoria da produtividade e da renda, constituindo-se como um dos meios de garantir um trabalho decente para as artesãs do litoral sul da Paraíba, em Pitimbu.

Dentro do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, o projeto proposto visa discutir o direito ao trabalho, o combate ao trabalho análogo à escravidão e a economia solidária como estratégias para promover o trabalho decente, bem como fortalecer os empreendimentos solidários das artesãs locais.

Este projeto tem se constituído como um espaço de troca de conhecimentos entre discentes, docentes e a população envolvida, permitindo um amplo debate

sobre trabalho decente e desenvolvimento sustentável, articulando-se com as necessidades sociais concretas das mulheres participantes do projeto. Através de um processo dialógico de troca de conhecimentos entre a universidade e o grupo de artesãs, o objetivo é articular ensino, pesquisa e extensão universitária em torno do direito ao trabalho digno em territórios vulneráveis socialmente.

Partindo desse escopo mais amplo e buscando dar continuidade ao debate iniciado em outros territórios da Paraíba, como em Fonseca, em Manaira, e em Tavares, o projeto busca iniciar um processo de fortalecimento do grupo de artesãs de Pitimbu.

O projeto teve origem em uma visita de campo ao município de Pitimbu e em uma reunião ampliada realizada na UFPB com o grupo de artesãs, onde puderam expressar suas demandas por qualificação do grupo produtivo, bem como sua insatisfação com a falta de apoio em contraste com os grandes empreendimentos da região, como o porto TABULOG, entre outros, que têm recebido todo o apoio governamental.

Os relatos sobre Pitimbu, fornecidos pelas participantes do projeto e os dados do IBGE Cidades, evidenciam a tríade latifúndio, pobreza e conflitos de classes, que marcam a exclusão social de parcelas consideráveis da população, impedindo o acesso à renda, ao saneamento básico, à saúde e ao crédito.

Por outro lado, segundo os relatos das artesãs, Pitimbu é um município com uma rica tradição cultural, com uma população afrodescendente e indígena, e uma forte tradição no artesanato, grupos folclóricos e religiosidade de matriz africana/indígena. Além disso, destacam-se atividades como a embarcação de duas velas, o trabalho com a fibra do coco e o barro, e a culinária com tradições seculares, conforme relatado pelas próprias artesãs de Pitimbu.

Porém, apesar da rica cultura da região, ainda não conseguiram se inserir na rota do turismo da Paraíba e relataram que até possui um grande *resort* muito próximo de Pitimbu, mas não há uma parceria com as artesãs locais para a comercialização dos produtos artesanais produzidos na região. O que elas relatam é que seu artesanato não é valorizado no território, vendido a preços ínfimos e, pelo relato das artesãs, outros artesanatos são muito valorizados, como por exemplo do estado vizinho de Pernambuco, enquanto os produtos por elas ofertado ficam “encalhados” nas feiras e não obtém as vendas e a valorização necessária. Foi ressaltada a importância de qualificar o grupo em várias temáticas e criar estratégias de inserção na rota do Turismo Paraibano. Para isto, foi levantada a necessidade de resgate e valorização da identidade dos territórios, revisitando suas raízes e melhorando os produtos no sentido de contar a história dos povos nativos. Esse processo visa não apenas fortalecer economicamente as artesãs, mas também preservar e promover a cultura local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Perfil das artesãs do projeto a partir da autoidentificação das participantes

Com o objetivo de conhecer as demandas das artesãs foram realizadas rodas de diálogos na associação de pescadores do município de Pitimbu-PB. Embora grande parte delas não dependa exclusivamente do artesanato como fonte de renda, devido a várias determinações territoriais que serão discutidas ao longo do artigo, aproximadamente 80% delas se dedicam a outras atividades lucrativas, como o cultivo em terras vizinhas, a agricultura familiar e atividades industriais nos arredores do município.

Além disso, é importante destacar que grande parte dessas mulheres acessa políticas de redistribuição de renda e benefícios socioassistenciais, o que evidencia a ausência total ou parcial do Estado no estímulo à geração de empregos ou no apoio significativo ao financiamento de atividades e melhorias no comércio artesanal local para a população residente em Pitimbu-PB. Essas determinações estruturais são fundamentais para compreender como essas mulheres se posicionam social e economicamente no município, bem como para discutir as questões objetivas que enfrentam em seu cotidiano.

Os materiais utilizados pelas artesãs são fibra de coco, palha do coqueiro, conchas, como também o tricô. Todos esses materiais são convertidos em artefatos de moda, tais como bolsas e acessórios, como também objetos decorativos. São produzidos e comercializados individualmente, o que torna complexo o processo de reconhecimento identitário do grupo, enquanto uma mobilização coletiva de mulheres que reivindicam seu espaço no turismo local. Diante dessa realidade, é possível pontuar alguns dilemas que impedem que o artesanato ocupe um lugar significativo na renda das famílias que comercializam arte no município.

Através do projeto foi sinalizado a importância do resgate e valorização do da identidade dos territórios, revisitando suas raízes e melhorando os produtos no sentido de contar a história dos povos nativos. Elevando assim, o perfil socioeconômico dessas mulheres artesãs, buscando um desenvolvimento local e sustentável do município, e com isso estimular a população na geração de renda do turismo.

Objetivos e metodologia do trabalho social

A metodologia utilizada no projeto tem uma proposta aberta ao diálogo, tendo como inspiração os princípios sistematizados pela escola de formação quilombo dos palmares (Equip *apud* Oliveira, 2006) da atuação em comunidades tradicionais. No projeto em tela são considerados os seguintes princípios fundamentais: 1- Conhecimento da realidade em sua complexidade pela equipe do projeto e mulheres participantes numa troca de conhecimentos entre os participantes; 2- Construção coletiva dos conhecimentos, das memórias do povos e saberes e sobre as potencialidades do grupo em relação ao trabalho e potencialidades produtivas; 3- Diálogo respeitoso e horizontal entre os participantes do projeto; 4- Intercâmbio de experiências para fomentar as estratégias de fortalecimento do empreendimento solidário ETAPAS Etapa 1 Promover reuniões de debates sobre o trabalho decente, fortalecimento dos vínculos do grupo, resgate da memória territorial Etapa 2 Diálogos sobre a economia solidária e gestão; Etapa 3 Formação

em melhorias dos produtos com parcerias na UFPB e outras instituições, a exemplo do SEBRAE Etapa 4 Debates sobre a organização do como será gerenciado o grupo, funções dos membros, processos decisórios e planejamento estratégico do empreendimento solidário.

Das questões discutidas no trabalho social: trabalho análogo à escravidão, trabalho decente e economia solidária

O moderno no capitalismo tem uma característica inóspita de se nutrir do atrasado, numa simbiose que atravessa os processos históricos, como evidenciamos na problemática do trabalho análogo a escravidão na realidade contemporânea (Oliveira, 2003). As marcas deixadas pela herança escravista da sociedade brasileira no tocante as relações de trabalho é inegável, mas o trabalho análogo a escravidão na contemporaneidade é um crime previsto no art.149 do código penal brasileiro.

A persistência dessa prática criminoso em alguns empreendimentos capitalistas no Brasil têm relações com um racismo estrutural no país, com o racismo geográfico e processos de acumulação de capital que se valem de práticas históricas de violação dos direitos humanos e trabalhistas por mecanismos ilícitos. Bruschini (2007), ao analisar a participação feminina no mercado de trabalho, ressalta que, desde os anos 1970, as mulheres vêm, paulatinamente, ocupando espaços no mundo do trabalho com avanços e retrocessos. Se, por um lado, há o incremento dos postos de trabalho para as mulheres mais escolarizadas, de outro, também se constatou o predomínio das mulheres em atividades precárias e informais. Sem contar a utilização a prática ilícita das “domésticas de criação” que estão sendo resgatadas encobre as relações de trabalho herdadas do escravismo. Cabe salientar que no capitalismo, a exploração do trabalho é uma realidade. A busca dos trabalhadores e trabalhadoras no mundo e no Brasil sempre foram no sentido de lutar contra a degradação no trabalho, sejam em torno das jornadas exaustivas, trabalho de crianças, falta de proteção no trabalho, dentre outras violações (Castel, 1998). No Brasil, a CLT, nos anos 1940 foi o princípio do estabelecimento de freios legais a exploração do trabalho e aos abusos, mesmo de lenta e gradual aplicação, e muitas vezes descumpridos ensejando as pilhas de processos na justiça do trabalho.

Na constituição de 1988 o direito ao trabalho decente volta a ter primazia entre os direitos sociais, mas a sociedade brasileira convive com retrocessos como a reforma trabalhista e um recrudescimento do trabalho análogo à escravidão. Segundo Brito Filho (2004, p. 52), atualmente, “garantir o trabalho decente é o primeiro dos objetivos da OIT”. Por essa razão, este é tema repetidamente abordado pelas convenções e recomendações da organização.

Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. O Trabalho decente trata-se de um conceito central para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, em especial o ODS 8, que busca “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. Os principais aspectos de trabalho decente também foram amplamente incluídos nas metas de muitos dos outros ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

O trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: 1. O respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); 2. A promoção do emprego produtivo e de qualidade; 3. A ampliação da proteção social; 4. E o fortalecimento do diálogo social. O esforço e a luta em garantir o direito humano ao trabalho decente se insere num contexto em que o trabalho escravo contemporâneo ganha contornos de tragédia humana global uma vez que esse fenômeno vergonhoso continua a crescer no mundo e no Brasil, em face do agravamento do desemprego, resultantes da crise que se instaurou pós pandemia do covid 19, reverberando de modo dramático nos países mais pobres, a exemplo do Brasil. O trabalho forçado assume particularidades diversas uma vez que é uma questão mundial e inclui desde cadeias produtivas do capitalismo global até práticas de heranças seculares de servidão por dívida e tráfico de pessoas, exigindo um esforço de organismos internacionais como toda a sociedade e autoridades no sentido de extirpar essa mancha planetária que viola os direitos humanos fundamentais. O trabalho forçado, conforme definido na OIT refere-se a “todo trabalho ou serviço que é exigido de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual essa pessoa não se voluntaria”.

No Brasil, conforme o Tribunal Superior do Trabalho – TST (2022), desde 1995 mais de 57 mil pessoas foram resgatadas nessa situação. Além disso, no ano de 2021 o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 1.415 denúncias de trabalho escravo, aliciamento e tráfico de trabalhadores, número 70% maior que em 2020. De acordo com o TST (2022), nos últimos 5 anos foram recebidas 5.538 denúncias relacionadas a trabalho escravo em todo Brasil, e, nesse mesmo período, foram firmados 1.164 termos de ajuste de conduta (TACs), ajuizadas 459 ações civis públicas e instaurados 2.810 inquéritos civis sobre o tema.

Ainda de acordo com TST (2022), às operações de resgate contam em 1.937 trabalhadoras e trabalhadores que foram retirados da situação de escravidão contemporânea em 2021 a maior soma desde 2013. Essas ações tiveram participação da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Previdência. O Ministério Público do Trabalho (MPT) esteve presente no resgate de 1.671 pessoas. De acordo com a CUT (2022), através de um levantamento do Ministério Público do Trabalho da Paraíba (MPT/PB), mostra que cerca de 550 trabalhadores e trabalhadoras oriundos do estado da Paraíba foram resgatados de trabalhos análogos à escravidão de 2013 a 2021, em vários estados brasileiros. Um dos resgates aconteceu em abril desse ano, em uma plantação de maçã, no Estado de Santa Catarina. Entre os resgatados, estavam quatro paraibanos, sendo três de São José de Piranhas e um de Monte Horebe, CUT (2022).

Na Paraíba, no ano de 2020, a cidade de Tavares, no Sertão paraibano, foi a terceira do Brasil com maior número de traficados para o trabalho escravo com 11 pessoas traficadas. (G1 PB/03/08/2021). Nesse sentido, a economia solidária tem sido um dos instrumentos de prevenção e combate ao trabalho degradante, trabalho escravo contemporâneo em territórios de extrema vulnerabilidade social.

No combate as violações dos direitos do trabalho, a economia solidária tem sido reconhecida como uma dos mecanismo de prevenção em territórios de vulnerabilidade social na medida em que proporciona relações de trabalho mais igualitárias e uma renda que possibilita as trabalhadoras a escolha em não aceitar trabalhos degradantes por necessidade extrema. Segundo Singer (2002 p.10) A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Os grupos produtivos organizados pelas classes populares de modo isolado se constituem muito precariamente exigindo o apoio estatal no tocante ao conhecimento, crédito e o incremento das formas de comercialização (Singer, 2002). Nesse sentido, e com o intuito de fomentar a Economia Solidária, em 2003, o Congresso Nacional aprovou o projeto de Lei que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Singer, 2002,). A vinculação ao MTE foi de extrema importância para que o desenvolvimento da Economia Solidária estivesse intimamente ligado a políticas públicas de trabalho. O objetivo era promover o trabalho decente, tendo como princípios a propriedade coletiva e a autogestão. A promoção, entretanto, não seria apenas de responsabilidade da SENAES, mas também, e principalmente, do MTE como o apoio financeiro do BNDS (Faria; Sanchez, 2011, p. 419-420).

Segundo Santin (2019, p.18) as mudanças propostas pelas economias solidárias, como a democratização das relações de trabalho, ainda não são suficientes para garantir que essas são a resposta exata ao desemprego e à informalidade. Apesar disso, fazem parte da mobilização social e não podem ser desconsideradas como um dos caminhos para a efetivação do trabalho decente. A economia solidária é mais do que um modelo mercadológico: é uma cosmovisão com roupagem econômica. Por ter surgido em virtude da falência do capitalismo tradicional é que se pode pensar que é alternativa para o desenvolvimento e fortalecimento de organizações econômicas e relações de trabalho.

Nesse sentido, corrobora-se com o pensamento da OIT e de autores da área de que a economia solidária tem um potencial relevante, sobretudo quando recebe o apoio da políticas públicas e das universidades como polo produtores de conhecimentos, contribuindo para o fortalecimento dos empreendimentos solidários

dos grupos populares por uma maior autonomia e equidade de gênero, além do combate as formas degradantes de trabalho, na medida em que criar possibilidades viáveis de renda para mulheres artesãs, como se propõe no presente projeto.

Ações realizadas no projeto e os diálogos entre as artesãs e a equipe do projeto: experiências compartilhadas nos eventos já realizados

O projeto em execução se propõe a realizar ações que desenvolvam o modelo de economia solidária, na promoção de um empreendimento autossustentável amparado na auto-organização comercial das artesãs. Em um primeiro momento optamos por promover uma escuta qualificada, instrumentalizada por uma roda de diálogos com as artesãs do município de Pitimbu-PB, buscou-se elaborar um mapeamento das demandas que permeiam a realidade das mulheres que, através da arte, buscam materializar a identidade cultural do território. Dentre a produção artística regional, são predominantes técnicas em: Escama de peixe, trançado em fibra de coqueiro, material reciclado (telha e madeira), crochê, macramê, concha de marisco, escama de peixe, areia colorida, renascença e cipó.

Todos esses materiais são convertidos em artefatos de moda, tais como bolsas e acessórios, como também objetos decorativos. São produzidos e comercializados individualmente, o que torna complexo o processo de reconhecimento identitário do grupo, enquanto uma mobilização coletiva de mulheres que reivindicam seu espaço no turismo local.

Como forma de incentivo e troca de conhecimentos sobre a forma organizacional de um empreendimento solidário, a segunda ação realizada foi a visita ao território das quilombolas de São Lourenço, o encontro objetivou uma troca de vivências entre as artesãs de Pitimbu, que ainda estão no processo inicial galgando os primeiros passos para a construção de uma economia solidária, com as artesãs da comunidade de São Lourenço, uma vez que o grupo quilombolas de São Lourenço tem uma maior experiência em empreendimento solidário.

Diante da realidade apreendida durante o primeiro encontro e as experiências vivenciadas durante o segundo momento, foi possível apreender as principais demandas, o que possibilitou a elaboração de um cronograma de atividades que inclui formação sobre economia solidária, oficina de aperfeiçoamento dos artesanatos produzidos e tem o objetivo de aprimorar os materiais que já são produzidos na localidade, visto que, as produções tem uma identidade local e isso agrega valor às mercadorias. Dentre essas podem ser citadas ainda encontros que tem como finalidade desenvolver habilidades de trabalho em conjunto na medida em que para a economia solidária a coletividade é um princípio fundamental.

Com isso, entende-se que a continuidade das ações planejadas irá propiciar um conhecimento ainda mais rico acerca da realidade e suas condicionalidades, portanto, o projeto apresenta como objetivo primordial, a promoção da formação cidadã dessas mulheres e o compromisso político de intervir diante da realidade repleta de contradições que atravessam a realidade social das artesãs do município de Pitimbu-PB.

As experiências compartilhadas e os eventos já realizados

Para uma melhor compreensão de como ocorreu a efetivação das ações do projeto, detalharemos os acontecimentos iniciando a partir do encontro com as artesãs, onde elas puderam expressar seus anseios e objetivos.

Em primeiro lugar, salienta-se a ausência do Estado no financiamento de ações que potencializem a promoção do comércio de artesanato local, por intermédio da Secretaria de Turismo, beneficiando as famílias do território e circunvizinhas que, em grande maioria, vivem da agricultura familiar e pesca.

O relato da falta de articulação do poder público com o grupo de artesãs, evidenciado nas falas das integrantes na reunião, é um dos impasses que mais interferem no escoamento das produções de artesanato, tanto em nível local, com a ausência de divulgação e promoção de encontros turísticos no município, quanto em nível nacional, quando ocorrem feiras de artesanato em outros estados e não há a disponibilização de veículos e outras condições materiais que possam garantir a ida dessas mulheres a outros espaços de comércio.

Outrossim, diante de uma realidade comercial dinâmica que prioriza a identidade visual e o *design* de mercadorias, existe uma lacuna entre a produção e a qualificação técnica dessas artesãs, no que se refere ao aprimoramento dos acabamentos das mercadorias. Com isso, a mercadoria final perde sua devida valorização social e monetária, abrindo espaço para a exploração de empresas que buscam baratear as mercadorias produzidas e, conseqüentemente, explorar a mão de obra artesã.

Para mais, outro dilema presente no decurso de ampliação da comercialização, é a ausência de mecanismos tecnológicos no processo de venda, a exemplo do uso de Pix e cartões, ferramentas imprescindíveis para a expansão do comércio na atualidade, mas que ainda não são manuseadas pelo comércio de artesanato local.

Mediante as colocações pontuadas acima, reorganizamos nosso cronograma de ações colocando agora como prioridade as demandas apresentadas pelas mulheres. Tornando as atividades mais atrativas garantindo assim uma maior participação. Resolvemos proporcionar um encontro com um grupo de economia solidária já consolidado, as quilombolas de São Lourenço.

A visita às mulheres Quilombolas de São Lourenço foi um momento rico, com uma grande troca de saberes. Ao chegarmos em território Quilombola Cecília membro da comunidade, nos recebeu de forma muito acolhedora nos apresentou um pouco da história do Quilombo de São Lourenço, mostrou um pouco de como acontece a rota cultural.

Uma das pautas da conversa com as mulheres de Pitimbu, foi a importância do trabalho conjunto, a economia solidária é formada pelo trabalho coletivo guiado numa equidade, onde cada integrante é parte crucial para a produção. As artesãs de São Lourenço produzem acessórios e o carro chefe das produções são colares feitos de crochê com conchas, cada um desses colares produzidos são exclusivos e contam uma história.

Durante essa visita se evidenciou-se a importância das mulheres se reconhecerem enquanto pertencentes ao território, pois quando se trata de produzir e vender sua arte a história do lugar tem influência significativa no valor final. O

artesanato conta a história de um povo e um lugar e essa particularidade deve ser evidenciada pelas artesãs.

Ainda das contribuições desse encontro, salientamos, a importância da organização e identificação dos produtos, como por exemplo a criação de uma logomarca que será a identidade visual do grupo, possibilitando o reconhecimento de um artesanato produzido pelo grupo em qualquer lugar. Merece destaque ainda um outro ponto, a valorização e divulgação do território, a formação de parcerias turísticas para atrair pessoas a conhecer o artesanato produzido no local, e para isso deve-se explorar todo o potencial que a localidade apresenta.

Na busca por aperfeiçoamento para que a equipe do projeto de extensão possa atender de forma qualificada às necessidades das mulheres de Pitimbu, participamos de uma formação sobre economia solidária e o atendimento ao cliente, onde a finalidade principal foi apreender conhecimentos para serem repassados às artesãs no próximo encontro.

Além disso, pensando também na relação entre as artesãs e o público, no processo de comercialização, foi ofertado para a equipe da extensão uma oficina de capacitação sobre “Atendimento ao Consumidor”, pela colaboradora Andreza Paiva, em parceria com a INCUBES/UFPB, o Centro Público - ECO PARAÍBA e a INCUTES/IFPB.

No evento, foram reunidos diversos representantes de grupos de artesanato da paraíba, que tinham como objetivo potencializar as vendas do artesanato por meio de uma melhor relação com o público. Nesse sentido, o evento objetivou fornecer aspectos relativos à como a economia solidária se fundamenta, exemplificando suas bases de contribuição coletiva, responsabilidade social e, também, de equidade e solidariedade.

Discutiu-se, além disso, a relação entre o território e o processo de produção e mapeamento do público alvo, a partir de uma análise de mercado e de estratégia de venda.

Nesse sentido, buscou-se elucidar quais são os métodos mais viáveis e adequados para cada realidade comercial, levando em conta aspectos como: situação socioeconômica do território, haja vista que são lugares turísticos; capacidade organizativa do grupo em permitir uma dinamicidade na relação de trabalho, levando em conta que não são todos que possuem conhecimento técnico ou comunicativo, junção do conhecimento acerca da identidade do território e a identidade visual do artesanato e, por fim, dicas do que se evitar no atendimento ao público, levando em consideração que o momento de diálogo entre o grupo e o público-alvo deve obedecer a noções éticas, pensando na coletividade.

As ações desenvolvidas até o momento nos demonstram o quanto importante é a economia solidária e como ela pode impactar positivamente na vida das pessoas que dela fazem parte. A seguir apresentaremos alguns registros fotográficos das atividades desenvolvidas.

Figura 1- Encontro realizado na UFPB/05/23



Figura 2- Encontro realizado em Pitimbu/2023



Figura 3-Interâmbio em São Lourenço/PE



Figura 4 - Encontro na associação Pitimbu/PB



Figura 5- Intercâmbio entre as artesãs de Pitimbu/PB e Quilombolas de São Lourenço/PE/2023



Considerações finais

O projeto ainda está em andamento, mas já é possível avaliar a importância do fortalecimento do empreendimento solidário das artesãs de Pitimbu, visto que a garantia de renda em territórios vulneráveis, em muitas situações, ampliam a cidadania, sobretudo das mulheres, uma vez que a autonomia financeira e a convivência solidária permitem a resistência de opressões: nas relações sociais de gênero e das relações de trabalho degradantes.

Referências

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo: LTr, 2004.

BRASIL, Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Brasília – Brasil: **XVI Reunião Regional Americana da OIT**, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. V.37. n 132 set/dez, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. São Paulo: Cortez, 2001.

G1.**GLOBO.COM/PB/PARAIBA/NOTICIA/2021/08/03/**. Acesso em 20.05.2023.

Ministério Público do Trabalho da Paraíba. Disponível em: < <https://www.prt13.mpt.mp.br/servicos/denuncias>>. Tribunal Superior do Trabalho. Acesso em Junho de 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Anotações metodológicas sobre o trabalho com comunidades e grupos populares na perspectiva da educação popular. In: ANDRADE, Ilza (org.) Metodologia do Trabalho Social: **A experiência da Extensão Universitária**. Natal, RN: EDUFRN, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais do trabalho**. Genebra – Suíça: Oficina Internacional do Trabalho, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Recomendação da transição da economia informal para a economia formal. **Relatório V (2B)**. Genebra – Suíça: Bureau Internacional do Trabalho, 2015.

SANTIN, Valter Foletto. Organização Internacional do Trabalho e o Trabalho Decente: **desafios para inclusão das economias informal e solidária**. In Responsabilidade do Estado I,(org.s) Elidia de Andrade et al.-1ª ed- Jacarezinho, PR: UENP, 2019.

SINGER, Poul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sobre as autoras e os autores

Albani de Barros

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: albanibr@hotmai.com

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/4243397331601145>.

Alecsonia Pereira Araujo

Professora do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

E-mail: alecsonia.araujo@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2800014740607340>.

Aline Maria Batista Machado

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/PPGE/UFPB). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

E-mail: prof.alinemachado23@yahoo.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9491559581049560>.

Ana Lúcia Aurino

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: ana.aurino@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/0991537123678838>.

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: aprsm@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6854822017960000>.

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB). Pesquisadora em Produtividade do CNPq (B). Doutora e Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: blfalmeida@uol.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0411097768343762>.

Carla Mousinho Ferreira Lucena

Assistente Social da Unidade de Pronto Atendimento Luiz Lindemberg Farias da Secretaria Municipal de João Pessoa. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB).

E-mail: carlamousi@hotmail.com.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3096175673747403>.

Claudenizia de Oliveira Pereira

Assistente Social e Coordenadora do Serviço Social do Hospital Napoleão Laureano. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB).

E-mail: claudeniziaopereira@hotmail.com.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9364210449564461>.

Cristiana Carla da Silva

Assistente Social do Serviço de Atenção Domiciliar da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa. Especialista em Cuidados Paliativos (CCS/UFPB).

E-mail: cristiane_servsocial@yahoo.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1212993165326521>.

Danielle Viana Lugo Pereira

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: danielle.lugo@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5035911096415122>.

Edna Tania Ferreira da Silva

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: silva_edna@uol.com.br;

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7403269763206766>.

Elaine Rossetti Behring

Professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutora em Sociologia e Ciência Política pela Université de Paris 8 – CRESPA/CSU.

E-mail: elan.rosbeh@uol.com.br.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4485025858173992>.

Eliane Leite Mamede

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

E-mail: eliane.mamede@academico.ufpb.br;

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5133551430753483>.

Emanuel Luiz Pereira da Silva

Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutor e Pós-Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: Emanuel.nepps.ufpb@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7708287586154448>.

Eryenne Lorrayne Sayanne Silva do Nascimento

Mestre em Serviço Social Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB).

E-mail: eryennelorrayne@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1503796894912268>.

Fabrcio Rodrigues da Silva

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB) Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: fabrcio.rodrigues@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/0618530871792054>.

Jamerson Murillo Anuniação de Souza

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE).

E-mail: jamerson.souza@academico.ufpb.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8378993010033479>.

Jeovana Batista de Sousa Nunes

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca SP) e Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB).

E-mail: jeovana.nunes@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7133765389946801>.

Joyce Arielli dos Santos Silva

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: joyce.silva@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2690127281574394>.

Júlya Maria Ramos de Oliveira

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: ormj2002@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8498164870596203>.

Katiusca Torres Medeiros

Assistente Social do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Mestre em Serviço Social (PPGSS/UFPB).

E-mail: katiusca.medeiros@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0763762802064650>.

Liana Amaro Augusto de Carvalho

Professora em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: liana.carvalho@uece.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7676010030467533>.

Luziana Ramalho Ribeiro

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: luzianaribeiro.ufpb@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5087059472987542>.

Maria Betânia Gomes da Silva

Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: betaniagomes770@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0380179670909746>.

Maria da Conceição Silva Felix

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: cecildafelix@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3917422275913441>.

Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

E-mail: maria.gracas2@academico.ufpb.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1759551131793201>.

Maria de Fátima Leite Gomes

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4394354057605546>.

Mariana Marcelino do Nascimento

Graduanda em Serviço social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: mariana.marcelino210@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2758466503333870>.

Marinalva de Sousa Conserva

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

E-mail: mconserva@uol.com.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7988302250649908>.

Patrícia Barreto Cavalcanti

Professora do Departamento de Serviço Social (DSS/ UFPB). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

E-mail: patriciabcaval@gmail.com.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7055585758385719>.

Rafael Nicolau Carvalho

Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) e Pós-doutor pela Universidade de Salamanca, USal, Espanha.

E-mail: rafael.carvalho@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3494692575372499>.

Randriele de Lima Calixto

Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: randriele@outlook.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6092499438387563>.

Robéria Dantas Marques

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB). Atualmente integra a equipe técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SMTRDS de Pombal-PB.

Valéria Costa Aldeci de Oliveira

Professora do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

E-mail: valeria.costa@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0799686133204651>.

Valquíria Domingos da Silva

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: valquiria.domingos@academico.ufpb.br.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8403953763965613>.

Sobre as organizadoras

Alecsonia Pereira Araujo

Professora do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

E-mail: alecsonia.araujo@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2800014740607340>.

Danielle Viana Lugo Pereira

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: danielle.lugo@academico.ufpb.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5035911096415122>.

Maria de Fátima Leite Gomes

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4394354057605546>.

